

**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Letras – IL**  
**Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas – LIP**  
**Programa de Pós-Graduação em Lingüística – PPGL**

**TATIANA ROSA NOGUEIRA DIAS**

**PRÁTICAS IDENTITÁRIAS EM RELATOS DE MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Orientadora: Professora Doutora Maria Izabel Magalhães

**BRASÍLIA, 2007**

**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Letras – IL**  
**Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas – LIP**  
**Programa de Pós-Graduação em Lingüística – PPGL**

**TATIANA ROSA NOGUEIRA DIAS**

**PRÁTICAS IDENTITÁRIAS EM RELATOS DE MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Lingüística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Professora Doutora Maria Izabel Magalhães

**BRASÍLIA, 2007**

**TATIANA ROSA NOGUEIRA DIAS**

**PRÁTICAS IDENTITÁRIAS EM RELATOS DE MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Lingüística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora:

**Profa. Dra. Maria Izabel Magalhães** (Presidente - LIP)

**Profa. Dra. Débora de Carvalho Figueiredo** (Membro Efetivo - Unisul)

**Profa. Dra. Rachael Anneliese Radhay** (Membro Efetivo - LET/UnB)

**Profa. Dra. Marta Carvalho de Noronha Pacheco** (Membro Suplente - Uniceub)

A minha mãe e ao meu pai que demonstram todos os dias a força e a presença do milagre da vida.

## AGRADECIMENTOS

Foram muitas pessoas que construíram comigo o presente trabalho de maneira direta ou indireta, contribuindo para desenvolver significados e sentidos.

Gostaria de agradecer à professora Izabel Magalhães pela construção de significados de teorias e métodos, além de representar o sentido de orientação. A todas as professoras e professores do Departamento de Lingüística que se fizeram presentes e dispostos a elucidar os problemas acadêmicos que todos enfrentamos, em especial, à professora Denize Elena Garcia da Silva que fez com que desenvolvesse o significado de disposição e auxílio para buscar novos caminhos.

Aos amigos que fiz e que partilharam todas as angústias e ansiedades, em especial, Carmem Jená Machado Caetano, por todas as horas de conversas e desabafos, além de orientações e buscas por novos olhares. Décio Bessa, por todas as indicações e conversas informais sobre o trabalho, além de desabafos das angústias. Ao grupo do 5 (G5) que se tornou G6 com Sandro, Denise e Ribamar que demonstraram atenção e reflexão a respeito de todos os problemas enfrentados. A todos os amigos que fazemos pelo caminho que contribuem para nossa formação, Viviane, Bosco, André, Luzia, Tércia, Selene e todos aqueles que passaram por esta estrada de construção de um novo significado pessoal.

Aos grandes colaboradores, meus avós, que, sem os mesmos, não poderia concluir mais uma etapa acadêmica. Aos meus pais que construíram comigo o significado de doação. A D. Abadia, Letícia, Rodrigo, Daniel, Gabi, Amanda e Luísa que constroem o significado de família, bem como Tiago, Thaís, Talita e Vitão. Além de todas as tias, tios, primos e amigos que, mesmo de longe, torceram pela conclusão de mais uma etapa. Ao meu eterno Nino Lindo que agüentou todas as ausências e constrói comigo o sentido da vida ao lado do nosso Luizinho.

A Deus, por estar sempre em primeiro lugar, deixando que encontre cada vez mais pessoas maravilhosas que contribuem para o significado e sentido do amor e da amizade.

## RESUMO

Esta dissertação origina-se de um problema cultural: a violência doméstica, que atinge todas as classes sociais no Brasil e sugere questões de poder, relacionadas ao gênero social, uma vez que as agressões são cometidas pelos homens das famílias. A análise teve como suporte teórico-metodológico a Análise de Discurso Crítica (ADC), seguindo a proposta de Fairclough (trad. 2001a), Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003), que considera aspectos de discurso e mudança social. Estes aspectos são analisados no presente trabalho à luz da implantação da Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, que desencadeou reflexões acerca da violência doméstica. O principal objetivo da investigação foi analisar as identidades presentes em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica que estão submetidas ao programa Casa Abrigo, que tem por finalidade atender mulheres e adolescentes sob ameaça de morte. As identidades foram analisadas tendo por base a divisão proposta por Castells (trad. 2006): identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto. Em seu trabalho Castells considera questões de poder, que são observáveis na prática de violência doméstica. Por meio das análises das identidades das mulheres vítimas de violência, observando a forma como elas se auto-representam, representam seus agressores e as influências da Lei Maria da Penha sobre as mesmas, pode-se perceber uma realidade social perversa que muitas vezes está próxima, mas que poucas vezes é problematizada.

Palavras-chave: Violência Doméstica, Gênero Social, Identidade, Análise de Discurso Crítica (ADC).

## **ABSTRACT**

This M. A. thesis has its origin in a cultural problem: the domestic violence, which includes every social class in Brazil and suggests issues of power related to gender, for the aggressions are committed by the families' men. The analysis had the theoretical-methodological support of Critical Discourse Analysis (CDA), following the proposal by Fairclough (trans. 2001), Chouliaraki & Fairclough (1999) and Fairclough (2003), which considers aspects of discourse and social change. These aspects are analyzed in the present work in the light of the Law nº11.340, 'Maria da Penha Law', that triggered reflections about domestic violence. The main purpose of this investigation was to analyze women's identities in stories about domestic violence. These women are staying at Casa Abrigo, which attends to women and girls who are under death threat. The women's identities were analyzed according to the division proposed by Castells (trans. 2006) into legitimizing, resistance and project identities. In this work, Castells, considers issues of power, which can be noticed in domestic violence practice. In this analysis of women's in cases of domestic violence, observing the way they represent themselves, represent their aggressors, and the influences of the Maria da Penha Law on them, we problematise a perverse social reality, which is often close to us, but seldom mentioned.

Key-words : Domestic Violence, Social Gender, Identity, Critical Discourse Analysis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Concepção tridimensional do discurso em Fairclough.....	20
Figura 1.2 – Resumo teórico da ADC.....	23
Figura 3.1 – Triangulação metodológica para coleta de dados.....	54

## LISTA DE QUADROS

Q.1.1 – Elementos sociais e linguagens.....	21
Q.1.2 – Recontextualização da LSF na ADC.....	22
Q.1.3 – Modos da operação da ideologia.....	24
Q.1.4 – ADC e identidades.....	32
Q.2.1 – História da política pública de proteção à mulher.....	39
Q.3.1 – Etapas do enquadre metodológico para ADC .....	51

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	12
<b>Capítulo 1: Pressupostos teóricos.....</b>	15
1.1 Análise de Discurso Crítica.....	15
1.2 Discurso na Análise de Discurso Crítica.....	16
1.2.1 Teoria Social de Discurso e Teoria Crítica de Discurso.....	17
1.2.2 Discurso e prática social: teoria faircloughiana.....	19
1.2.3 Discurso, ideologia e poder.....	24
1.3 A questão das identidades: gênero social.....	27
1.4 Identidade de gênero e Análise de Discurso Crítica.....	31
1.5 Conclusão.....	33
<b>Capítulo 2: Identidade de gênero e violência doméstica.....</b>	34
2.1 Questões históricas e sociais em relação a identidade de gênero.....	34
2.2 A relevância da cultura nos paradigmas de violência doméstica.....	37
2.3 A violência doméstica e a Psicologia.....	41
2.4 A violência doméstica e intervenção Estatal.....	42
2.4.1 Delegacias de Atendimento às Mulheres.....	43
2.4.2 Lei Maria da Penha.....	44
2.4.3 Casa Abrigo.....	46
2.5 Conclusão.....	46
<b>Capítulo 3: Metodologia.....</b>	48
3.1 Pesquisa qualitativa.....	48
3.2 Análise de Discurso Crítica como método.....	50
3.3 Pesquisa Qualitativa e Análise de Discurso Crítica.....	53
3.4 Os contextos da pesquisa.....	54
3.4.1 O lugar.....	55
3.4.2 O percurso.....	56
3.4.3 A pesquisa de campo e coleta de dados.....	58
3.4.3.1 Entrevistas semi-estruturadas.....	58
3.4.3.1.1 Questões semi-estruturadas.....	59
3.4.3.2 Observação participativa.....	61
3.4.3.3 Notas de campo.....	61
3.4.3.4 Relatos.....	62
3.5 As entrevistadas.....	62
3.5.1 Telma.....	63
3.5.2 Bisa.....	63
3.5.3 Jô.....	63
3.5.4 Camila.....	63
3.5.5 Rosana.....	64
3.5.6 Joana.....	64
3.5.7 Júlia.....	64
3.5.8 Lia.....	64
3.5.9 Valentina.....	65
3.5.10 Lúcia.....	65
3.5.11 Fátima.....	65

3.6 Conclusão.....	65
<b>Capítulo 4: Discurso e identidades.....</b>	<b>67</b>
4.1 Análise da conjuntura: as relações dialéticas no contexto de violência doméstica.....	68
4.2. Análise de discurso: entendendo a prática social.....	70
4.2.1 Análise dos elementos da prática em foco.....	70
4.2.2 Análise Lingüístico-discursiva: relações de elementos das práticas sociais.....	73
4.2.2.1 Significado acional: discurso como gênero discursivo.....	74
4.2.2.2 Significado representacional: discurso como discursos.....	79
4.2.2.3 Significado identificacional: discurso como estilo .....	86
4.3 Análise das identidades.....	91
4.3.1 As identidades das mulheres vítimas de violência.....	92
4.3.2 As identidades do agressor nos relatos de mulheres vítimas de violência.....	95
4.4 Conclusão.....	97
<b>Considerações finais: reflexões a respeito da pesquisa.....</b>	<b>99</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>102</b>
<b>Anexo I – Entrevistas com mulheres vítimas de violência .....</b>	<b>107</b>
<b>Anexo II – Lei Maria da Penha.....</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

A questão de violência na sociedade é algo que instiga e questiona a muitos, conforme afirma Odalia (1983: 9), “a violência, no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia-a-dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem”. A questão de violência também foi questionada por Pereira *et al.* (2000: 13) que apresenta o ‘paradoxo contemporâneo’ na medida em que existe uma sociedade que busca construir o pluralismo e o multiculturalismo para desenvolver novas formas de convivência democrática e por meio desse culturalismo emergem comportamentos violentos que buscam impor sua diferença.

Os autores afirmam ainda que, na sociedade contemporânea, a mídia desempenha um papel primordial na questão de violência, uma vez que seria um espaço aos ‘inúmeros grupos sociais’. Questões de violência estão estampadas em todos os jornais diários, mas o que chama atenção é que existe um tipo de violência que ainda permanece escondida, sendo revelada apenas após um homicídio ou atos de agressões severas, a violência que ocorre dentro das famílias.

A referida violência está ligada às questões de poder, em que há, nas sociedades que têm como base o patriarcalismo, uma figura masculina que impõe suas vontades e opiniões, submetendo, muitas vezes, as mulheres e os filhos a seu domínio ideológico, utilizando a força física como forma de coação. Ao perceber que esse problema cultural está relacionado às questões de gênero social, poder, ideologia e hegemonia, optei por fazer o presente estudo lingüístico como forma de investigar o problema e questioná-lo na ótica da tradição de trabalhos que relacionam linguagem e sociedade.

A escolha por um tema social associado a elementos lingüísticos deve-se ao fato de acreditar que a lingüística não deve assumir somente o papel de descritora de línguas, a linguagem deve ser concebida em um nível mais amplo, englobando aspectos sociais e questões de poder, pois as pessoas utilizam a linguagem para expressar suas emoções, seus sentimentos e também suas ideologias. Talvez o tema tenha chamado minha atenção, também, por ter em minha identidade pessoal a presença da identidade coletiva feminina que me faz refletir a respeito de outras mulheres que estão em uma situação de submissão a um poder imposto social e culturalmente.

A presente pesquisa tem como objetivo investigar questões identitárias apresentadas em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica, examinando, por meio de aspectos lingüístico-discursivos, as representações de suas próprias identidades, das identidades de

seus agressores, bem como a influência da nova Lei nº 11.340, de 2006<sup>1</sup> na constituição dessas identidades.

O suporte teórico utilizado é a proposta da Análise de Discurso Crítica (ADC), por julgar que é uma teoria que proporciona o desenvolvimento de uma transdisciplinaridade com outras teorias, que são imprescindíveis ao tratar de questões identitárias. Para não perder o foco do objetivo apresentado, as seguintes questões de pesquisa foram formuladas:

- 1) Que elementos lingüístico-discursivos constroem as auto-identidades de mulheres vítimas de violência doméstica?
- 2) Como as mulheres vítimas de violência doméstica constroem a identidade do agressor?
- 3) Que discursos institucionais constituem as identidades das mulheres vitimas de violência?
- 4) Que implicações tem a Lei Maria da Penha sobre as identidades das mulheres vítimas de violência?

A presente pesquisa foi dividida em quatro capítulos que buscam explicitar e questionar o problema de violência doméstica com base no gênero social.

No Capítulo 1, faço uma reflexão acerca da escolha teórica da pesquisa, observando que, na tentativa de unir elementos de linguagem e aspectos sociais, optei pela abordagem da Análise de Discurso Crítica (ADC), que possui algumas correntes, dentre as quais, enquadra-se a proposta de Fairclough (trad. 2001a), Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003), que fazem uma relação entre linguagem e sociedade considerando aspectos de mudança social. Essa proposta contribui para o presente trabalho, considerando a perspectiva de mudança social do problema da violência doméstica com a implantação da Lei Maria da Penha, em 2006.

Além da relação estabelecida entre linguagem e sociedade, a ADC permite uma relação entre aspectos do discurso e questões identitárias, o que contribui para uma análise específica das identidades presentes nos relatos de mulheres vítimas de violência doméstica. Para as questões identitárias, esta pesquisa tem como base o proposto por Castells (trad. 2006), que faz a divisão das identidades coletivas em: *identidade legitimadora*, *identidade de resistência* e *identidade de projeto*.

No Capítulo 2, faço uma reflexão sobre o problema social em análise, questionando o conceito de violência e contextualizando a violência doméstica em nossa sociedade. Também

---

<sup>1</sup> Lei Maria da Penha

realizo uma reflexão sobre o ciclo de violência a que as mulheres estão submetidas, apontando a interferência tardia do Estado no problema, com a criação de delegacias especializadas no atendimento a mulheres, uma lei para coibir crimes relacionados à violência doméstica e o programa Casa Abrigo.

No Capítulo 3, descrevo o percurso metodológico para coleta e análise dos dados, em que são observados e questionados alguns procedimentos, fazendo referência a questões éticas e as dificuldades apresentadas para uma pesquisa que envolve a questão de pesquisa com entrevistadas que estão em situação de vulnerabilidade. Além disso, proponho uma reflexão acerca da relação entre pesquisa qualitativa e ADC, bem como da escolha dos métodos para a coleta e análise dos dados.

Passo ao Capítulo 4, no qual procedo a análise propriamente dita, em que é feita a relação ente os elementos lingüístico-discursivos e elementos identitários, apresentando e questionando as identidades das mulheres vítimas de violência, de seus agressores e as influências do discurso jurídico nas mesmas.

Nas considerações finais, por meio de uma reflexão sobre a presente pesquisa, utilizo o conceito de *reflexividade* proposto por Giddens (1991), por entender que no período atual de *modernidade tardia* as pessoas passam por um processo de *reflexividade* e escolhem adotar determinadas posturas, inclusive no meio científico, tomando a posição de que não existe ciência neutra e que todas as pesquisas seguem uma visão pessoal, um olhar determinado por um ponto de vista específico que está situado em um espaço social e temporal específico.

## CAPÍTULO 1

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

No presente capítulo, explicitarei a abordagem teórica que foi tomada como base para a análise e reflexões das práticas identitárias presentes nos relatos de mulheres vítimas de violência doméstica. Tendo por base que a Lingüística, deve observar uma transdisciplinaridade com outras disciplinas de cunho social, conforme observa Fairclough (2003). Optei por fazer uma divisão do presente capítulo em cinco seções: nas duas primeiras, descrevo a Análise de Discurso Crítica (ADC), apresentando algumas de suas abordagens e exemplificando a definição de um conceito central que é seu diferencial, o discurso. A segunda seção será subdividida em três subseções que descrevem aspectos essenciais da concepção teórica adotada, a proposta por Fairclough (trad. 2001a), Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003). Na Seção 1.3 e 1.4, respectivamente, desenvolverei uma discussão a respeito dos diferentes conceitos de identidades, propostos por diversas teorias e sua correlação com o discurso, elemento lingüístico central de observação. Na Seção 1.5 teço as conclusões do presente capítulo.

#### **1.1 Análise de Discurso Crítica**

Originado em debates nos anos oitenta, na Universidade de Lancaster, o termo ‘Análise de Discurso Crítica’, vem, desde então, sendo empregado por alguns teóricos que procuram elucidar problemas sociais por meio da análise lingüística e de teorias sociais.

A análise da linguagem pela busca de suas origens sempre foi alvo de debates entre pesquisadores e filósofos. Na ânsia de se desvelar a origem da linguagem, surgiram algumas teorias lingüísticas, dentre as quais, o estruturalismo e o funcionalismo. Para uns a língua se apresenta como forma de estrutura, para outros as línguas indicam e propiciam determinadas funções e atividades sociais. Segundo Alkmin (2005: 24):

Saussure institucionaliza a distinção entre uma Lingüística Interna oposta a uma Lingüística Externa. É essa dicotomia que dividirá, de maneira permanente, o campo dos estudos lingüísticos contemporâneos, em que orientações formais se opõem a orientações contextuais, sendo que estas últimas se encontram fragmentadas sob o rótulo de muitas disciplinas: Sociolingüística, Etnolingüística, Psicolingüística etc.

Assim como foi citado, a área da lingüística se dividiu em áreas que seguem preceitos que remetem ao campo do formal ou do contextual. Pensando nas relações entre texto e os

conceitos de ideologia e poder, surge na Universidade de East Anglia, na década de 1970, a ‘Linguística Crítica’ que, segundo Fowler (trad. 2004), surge como uma ‘linguística instrumental’ e que possui como pressupostos a crítica marxista contemporânea, o pós-estruturalismo e o desconstrucionismo.

Na década de 1980, surge a ADC como forma de desenvolvimento da perspectiva crítica da linguagem. Teóricos como Fairclough, Wodak e van Dijk propuseram-se a investigar os aspectos dos textos que se relacionavam com questões de poder e de ideologia.

Segundo Wodak (trad. 2004), os termos Linguística Crítica e ADC são usados como sinônimos atualmente, mas a ADC percebe a linguagem como “prática social” e observa as relações entre linguagem e poder. Os analistas de discurso percebem aspectos sociais, “consideram a unidade mais ampla do texto como unidade comunicativa básica”, por isso estas pesquisas se voltam para “os discursos institucional, político, de gênero social, e de mídia (no sentido mais amplo) que materializam as relações mais ou menos explícitas de luta e conflito”.

Segundo Magalhães (2004a: 120), a ADC pode ser considerada uma continuação da Linguística Crítica, mas não se pode reduzir aquela a esta, pois a ADC “tem se dedicado à análise de textos, eventos discursivos e práticas sociais no contexto sócio-histórico”. A Linguística Crítica “desenvolveu um método para analisar um pequeno *corpus* textual, a ADC oferece uma contribuição significativa da linguística para debater questões da vida social contemporânea”.

## 1.2 Discurso na Análise de Discurso Crítica

O aspecto central de investigação para ADC é o discurso, que é visto como elemento de análise das interações sociais. Segundo Fairclough & Wodak (1997: 367), a ADC “interpreta o discurso – o uso da linguagem em fala e em escrita – como uma forma de ‘prática social’”<sup>2</sup>.

A definição de discurso como aspecto da linguagem que envolve questões de poder perpassa toda a teoria da ADC, mas a relação do discurso com outros elementos faz a diferença entre as concepções teóricas apresentadas pela área.

Segundo van Dijk (1997), uma concepção que deve ser considerada é o aspecto sociocognitivo de enunciação do discurso, pois aspectos contextuais e cognitivos aliados a

---

<sup>2</sup> Minha tradução para “...ADC interpreta el discurso – el uso del lenguaje en el habla y en la escritura – como una forma de ‘práctica social’”.

uma análise discursiva textual de determinados elementos lingüísticos propiciam uma reflexão a cerca da ideologia e do poder.

Para Wodak *et al.* (1999), os conceitos de discurso, ideologia e poder se complementam quando analisamos o contexto, inclusive os aspectos históricos do mesmo. Em reflexão feita por Wodak & Weiss (2005), os autores apresentam as indagações que se tem feito a respeito da teoria da ADC, uma vez que, por meio da mesma, pode-se haver confluência de pensadores que teriam idéias opostas, como Foucault e Habermas, além de autores como Bourdieu, Giddens e Luhmann. Wodak & Weiss (*op. cit.*) chamam a atenção para que os analistas de discurso não acabem por misturar teorias incompatíveis e indicam alguns passos para evitar enganos, como deixar claro a pressuposição teórica assumida em relação a elementos da análise, como conceitos de texto, discurso e estrutura social, entre outros.

Para explicitar os pressupostos assumidos na presente pesquisa, o conceito de discurso e suas relações com a prática social teve como base a teoria proposta por Fairclough (trad. 2001a, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999). Para os referidos autores, o discurso faz parte de uma rede de práticas sociais, pois não se pode pensar em língua e fala sem considerar aspectos sociais já que, segundo Fairclough (trad. 2001a: 91) “o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis”.

O presente estudo não pôde deixar de considerar o aspecto das práticas sociais em que as mulheres estão inseridas, uma vez que as identidades são moldadas por discursos sociais que as situam em determinadas posições. No caso de violência doméstica, em que temos uma visão cultural e social do papel da figura feminina em seu contexto familiar, as identidades são constituídas tendo por base determinadas posições e atitudes relacionadas ao gênero social.

Para compreender melhor a definição de discurso e sua relação com o social é necessário que se faça um percurso teórico acerca das reflexões propostas pelos autores a fim de elucidar determinadas posições quanto à análise e às discussões do presente trabalho.

### **1.2.1 Teoria Social do Discurso e Teoria Crítica de Discurso**

A Teoria Social do Discurso – TSD – é uma teoria proposta por Fairclough (trad. 2001a) que considera as relações entre linguagem e prática social. Segundo Resende & Ramalho (2006: 11)

trata-se de uma proposta que, com amplo escopo de aplicação, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social, capaz de mapear relações entre os recursos lingüísticos utilizados por atores sociais e grupos sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere.

Para Fairclough (trad. 2001a: 89), a TSD tem por objetivo reunir aspectos da “análise de discurso orientada lingüisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem (...), no estudo da mudança social”.

Tendo por base a TSD, surge a Teoria Crítica de Discurso (TCD), que segundo Magalhães (2004b: 113), “propõe uma agenda de debate sobre linguagem textualmente orientada”, observando que se enquadra em pesquisas que envolvam e considerem “transformações econômicas e sociais contemporâneas”. A TCD seria a ligação entre a TSD e a Lingüística Sistêmico-Funcional, possuindo como ponto em comum a definição de linguagem, tendo como fundamento “o estudo da linguagem para compreender outros fenômenos, apresentando características que dependem do propósito do estudo” (Magalhães, 2005a: 234).

Para que houvesse um elo entre lingüística e conceitos sociais, teve-se como base a lingüística sistêmico-funcional, que concebe aspectos da linguagem de uma forma que haja interação entre as diversas teorias. Segundo Magalhães (*op. cit*) “a lingüística sistêmico-funcional defende a idéia de que os sistemas são abertos à vida social, pois se constroem na intersecção das macro-funções da linguagem”. Com a possibilidade da ‘multifuncionalidade’<sup>3</sup> da linguagem é possível traçar um paralelo entre lingüística e aspectos sociais.

A proposta apresentada por Halliday (1985) é a de que as macrofunções atuam simultaneamente nos textos, sendo a função ideacional a que permite representação da realidade; a função interpessoal a que permite observar aspectos da relação social, tendo por base um aspecto mais acional da linguagem, como forma de uso da língua para expressar e construir relações sociais e pessoais; e a função textual, que permite observar aspectos semânticos, gramaticais e estruturais que agem como instrumento das outras duas funções. Abordarei na Seção 1.2.2 a reformulação de Fairclough das metafunções hallidayanas.

Fazendo um elo entre TSD e Lingüística Sistêmico-Funcional temos um aparato teórico-metodológico que propicia a investigação de contextos sociais específicos e que possibilita fazer uma análise de discurso com bases críticas e lingüísticas.

---

<sup>3</sup> Conceito discutido por Resende & Ramalho (2006: 57) que apresenta a questão da linguagem e suas funções, apresentando que a linguagem pode desempenhar muitas funções como representação, aços e identificação.

A abordagem teórica para análise apresentada por Fairclough torna-se uma opção adequada para o presente trabalho à medida que estão ocorrendo mudanças sociais no que tange a violência doméstica. Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.340, intitulada Lei Maria da Penha, que tenta coibir os crimes dessa natureza, o que evidencia uma mudança social relevante. Havendo mudança social, cabem indagações como a de que forma a mudança interfere, ou não, nas identidades presentes no contexto de violência doméstica na atualidade, fato que leva à reflexão e à construção do presente trabalho, tendo por base uma teoria que permite investigar as mudanças sociais ocorridas nesse contexto.

### 1.2.2 Discurso e prática social: teoria faircloughiana

Conforme explicitado anteriormente, a concepção adotada para criação de uma TSD surge da percepção da existência de uma relação entre prática social e linguagem. Para Fairclough (trad. 2001a), a concepção de prática social é entendida como atividade social relativamente estável. É relevante citar como exemplo a prática de exame médico ou as práticas escolares, que apresentam elementos de prática social específicos, como linguagem específica, utensílios específicos etc. Segundo Fairclough (2001b), “cada prática é a articulação de diversos elementos sociais dentro de uma configuração relativamente estável, sempre incluindo o discurso”<sup>4</sup>, estes elementos seriam: “atividades; sujeitos e suas relações sociais; instrumentos; objetos; tempo e espaço; formas de consciência; valores; e discurso”. A relação entre os elementos é dialética, uns ‘interferindo’ nos outros. Por essa perspectiva, a ADC teria como foco a análise da relação dialética entre discurso e os outros momentos da prática social.

Fairclough propôs, no início da década de 1990 (trad. 2001a: 100), uma visão tridimensional do discurso, na tentativa de “reunir três tradições analíticas, cada uma das quais indispensável para análise de discurso”. Segundo Resende & Ramalho (2006: 28),

*a prática social é descrita como uma dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva, que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares.*

---

<sup>4</sup> Minha tradução para: “Every practice is an articulation of diverse social elements within a relatively stable configuration, always including discourse” (Fairclough, 2001b: 1).

Por meio de seu modelo tridimensional de discurso, o autor propõe que as análises lingüísticas passassem a considerar a parte social, trazendo aspectos da sociologia, psicologia e política. O modelo tridimensional é representado pela figura 1, a seguir:



Figura 1.1 – Concepção tridimensional do discurso em Fairclough (trad. 2001a: 101)

Em outra etapa de reflexão a respeito das relações dialéticas que envolvem discurso e prática social, Chouliaraki e Fairclough (1999) desenvolvem uma teoria e método que consideram aspectos da pós-modernidade. Conforme observa Magalhães (2004b: 120), “um ponto ressaltado por Chouliaraki e Fairclough (1999) é que as transformações da pós-modernidade são efeitos de estratégias de grupos particulares em um sistema particular”.

Em Chouliaraki & Fairclough (1999), percebe-se que o discurso deixa de ser um elemento separado da prática social e passa a ser considerado um de seus momentos da prática social, existindo outros momentos como aspectos materiais, vozes e marcas em um papel; relações sociais e processos, considerando as relações sociais, poderes e instituições; e fenômenos mentais, como crenças, valores e desejos (Chouliaraki & Fairclough, 1999: 61). A relação entre os elementos da prática social é dialética, portanto um pode influir ou ser influenciado por outro, pois estão em uma relação de ‘articulação’ e ‘internalização’.

Fairclough (2001b). ao apresentar os elementos das práticas sociais afirma que a ADC “é a análise da relação dialética entre discurso (incluindo linguagem, mas também outras formas de semiose, por exemplo, a linguagem corporal ou imagens visuais) e outros elementos da prática social”<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Minha tradução para “CDA is analysis of the dialectical relationships between discourse (including language but also other forms of semiosis, e.g. body language or visual images) and others elements of social practices”.

O autor aponta que o discurso figura de três modos nas práticas sociais. Primeiro ele se configura como parte de uma atividade social (gêneros); segundo, configura-se como representação, sendo representação um processo de construção social das práticas (discursos<sup>6</sup>); terceiro, o discurso se configura como modo de ser, nas construções das identidades (estilos) (Fairclough, 2001b: 2).

O discurso é apresentado como elemento da prática social e, segundo Resende & Ramalho (2006: 40), “a mudança discursiva se dá pela reconfiguração ou pela mutação dos elementos que atuam na articulação (...) a luta articulatória assim definida é uma faceta da luta hegemônica”, pois conforme destacam, “a hegemonia é um estado de relativa permanência de articulações dos elementos sociais”.

Para que haja uma análise efetiva de como se dá essa ‘permanência’ em relação a práticas sociais, Resende & Ramalho (2006: 41) apontam que se pode fazer uma correlação ao contrastar conjuntura, estrutura e eventos. Segundo Magalhães (2004b: 115), “para compreensão da TCD (Teoria Crítica de Discurso), é preciso questionar sobre a relação entre práticas, eventos e estruturas sociais”, sendo que estruturas “como raça, gênero, classe, parentesco, língua, determinam um ‘conjunto de possibilidades’ que podem ou não concretizar-se nos eventos sociais, como a aula, a reunião acadêmica ou o culto religioso”.

Fairclough (trad. 2001a) recorre a teorias que poderiam desenvolver uma relação interdisciplinar com a lingüística e por meio de uma discussão teórica questiona a posição de Foucault referente ao conceito de ‘ordem de discurso’. Em seu artigo ‘a dialética do discurso’ (2001b), o autor define ‘ordem de discurso’ como a forma de como os aspectos do discurso estão interligados em uma ‘ordem social’, observando que uma ‘rede de práticas sociais’, associada a aspectos particulares, constrói uma ‘ordem social’.

Fairclough (2003) faz um recorte mais específico da relação dos elementos sociais e observa que a linguagem é um elemento social que abarca todos os níveis. Entendendo que o social é composto por estrutura prática e evento, faz-se o seguinte quadro comparativo de correlações:

Quadro 1.1 - Elementos sociais e linguagens, baseado em Fairclough (2003: 24).

<b>ESTRUTURAS SOCIAIS</b>	<b>LINGUAGENS</b>
<b>PRÁTICAS SOCIAIS</b>	<b>ORDEM DE DISCURSO</b>
<b>EVENTOS SOCIAIS</b>	<b>TEXTOS</b>

<sup>6</sup> O autor chama a atenção para que se perceba a diferença entre ‘discurso’, no singular, que seria um elemento da prática social, e ‘discursos’, no plural, que envolveriam os diversos discursos que temos como forma de representação em nossa sociedade, como o discurso tradicional, o discurso feminista, o discurso jurídico (*op. cit.*).

No que diz respeito ao discurso e à prática social, cuja relação envolveria aspectos de ‘ordem de discurso’, cabe avaliar a interação do discurso com outros elementos da prática social, como dito anteriormente, observando a ação do discurso como gêneros (meios de ação), discursos (meio de representação) e estilos (meio de ser). Ao fazer essa tripartição observa-se uma reformulação das funções propostas por Halliday, dito anteriormente.

Resende & Ramalho (2006) apresentam um quadro em que revelam as modificações em relação ao aspecto multifuncional da linguagem de Halliday (1985) do modelo de análise de Fairclough (2003), denominando-o de “recontextualização da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) na ADC”:

Quadro 1.2 – Recontextualização da LSF na ADC, baseado em Resende & Ramalho (2006: 61)

<b>LSF (Halliday, 1991)</b>		<b>ADC (Fairclough, trad.2001)</b>		<b>ADC (Fairclough, 2003)</b>
F. Ideacional	→	F. Ideacional	→	S. Representacional
F. Interpessoal	→	F. Identitária	→	S. Identificacional
	→	F. Relacional	→	
F. Textual	→	F. Textual	→	S. Acional

Ao dividir as funções e correlacioná-las a significados, Fairclough (2003) apresenta uma nova possibilidade de análise em relação ao funcionamento da linguagem, repensando seu significado como ação, representação e identificação (estilo). Bessa (2007: 46) faz um resumo da teoria fairclougheana de 2003 apresentando uma figura que demonstra a relação entre texto, elementos sociais e discursivos, considerando também a ideologia e o contexto sócio-histórico.

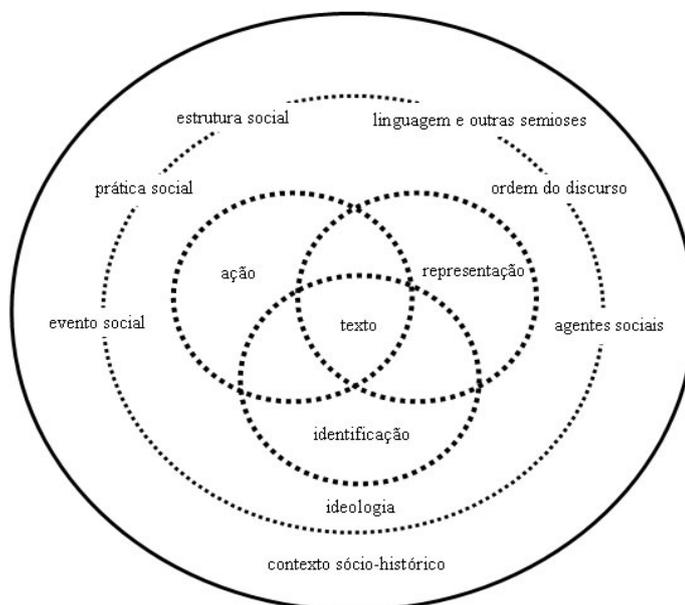


Figura 1.2 – Resumo teórico da ADC (Bessa, 2007: 46).

O autor faz uma gradação dos elementos, partindo de um nível mais abstrato, chegando ao nível mais concreto com a seguinte relação: em um nível mais abstrato teríamos as estruturas sociais e linguagem, em um nível intermediário as práticas sociais associadas ao conceito de ordem de discurso, conforme explicitado por Fairclough (2003)<sup>7</sup>, fazendo uma explicação no enquadre mais concreto ao colocar em um mesmo nível: evento, texto e agentes. Com essa interpretação tem-se a visão de que textos são produzidos por agentes sociais inseridos em eventos.

Segundo a teoria, tem-se uma rede de práticas sociais que estão relacionadas a eventos e estruturas e que possuem elementos próprios que interagem. Os mecanismos de interação entre os elementos dentro das práticas revelam questões ideológicas e de poder que serão abordadas posteriormente. Ao fazer uma análise de discurso crítica deve-se observar a relação desses elementos, dentre eles o discurso, que pode ser representado em seus significados de ação, representação e identificação.

<sup>7</sup> Ver Quadro 1.1

### 1.2.3 Discurso, ideologia e poder

Fairclough (trad. 2001a: 117) apresenta a definição de ideologia como sendo:

significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou transformação das relações de dominação.

Em relação à questão de relações de dominação, Fairclough apresenta a visão de Althusser que liga ideologia à questão de poder unilateral, não neutra, em que todos os discursos<sup>8</sup> seriam uma forma de impor uma ideologia dominante. Porém, a visão proposta por Fairclough é a de que os discursos podem ser ideológicos ou não, pois um discurso particular pode ‘reproduzir’ uma ideologia dominante, existindo uma resistência que se configura em uma ‘luta’, podendo produzir uma ‘transformação’.

Fairclough (trad. 2001a) observa e contesta determinados aspectos da teoria Althusseriana. A proposta de ideologia, considerando o aspecto de ‘transformação’, foi baseada em trabalhos de Thompson (1995), que apresenta a ideologia como não sendo neutra, ligada a aspectos simbólicos, que podem ser ideológicos se relacionados à manutenção do poder, constituindo a representação de uma hegemonia.

Thompson (*op. cit.*) apresenta alguns ‘modos de operação da ideologia’ que indicam a maneira pela qual a ideologia se apresenta de maneira simbólica, podendo incluir a linguagem. Os modos são apresentados da seguinte forma:

Quadro 1.3 – Modos de operação da Ideologia (Thompson, 1995: 81)

Modos Gerais	Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica
Legitimação	Racionalização
	Universalização
	Narrativização
Dissimulação	Deslocamento
	Eufemização
	Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandardização
	Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação
	Expurgo de outro
Reificação	Naturalização
	Eternalização
	Nominalização/passivação

<sup>8</sup> Discursos como forma de representações sociais mais concretas, como discurso religioso, discurso familiar etc.

Thompson (*op. cit.*) aponta que os mencionados ‘modos de operação da ideologia’ não são as únicas formas de como a ideologia opera para estabelecer e sustentar relações de dominação, mas “esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar de outras maneiras”.

O autor (*idem*: 81-89) argumenta que a *legitimação* é uma das características das relações de dominação, pois esta relação precisa de ser legitimada para que possa existir. Como estratégias desse modo, tem-se: a *racionalização*, pois é o mecanismo por meio do qual se constrói uma ‘cadeia de raciocínio’ para defender e justificar o pensamento hegemônico; a *universalização*, que permite que o pensamento de alguns torne-se de interesse de todos; e a *narrativização*, que remete à tradição oral e trata o ‘presente como uma tradição eterna e aceitável’.

Como segundo modo de operação da ideologia tem-se a *dissimulação* que possibilita que as relações de dominação sejam estabelecidas e sustentadas ‘pelo fato de serem ocultas’. Suas principais estratégias são o *deslocamento*, em que um termo é utilizado para referir-se a outro; a *eufemização*, em que em que ações são descritas de maneira positivas; e o *tropo*, em que figuras de linguagem são empregadas para dissimular relações de dominação.

O terceiro modo de operação da ideologia é a *unificação*, em que perpassa a idéia de unidade para favorecer as relações de dominação. Suas possíveis estratégias são: a *padronização*, em que há um referencial padrão proposto e partilhado para reproduzir uma ideologia; e a *simbolização da unidade*, em que são construídos símbolos que representam uma unidade.

O quarto modo de operação da ideologia é a *fragmentação*, em que há uma divisão do que seria bom e ruim conceituando e rotulando os possíveis entraves que poderiam impedir um pensamento hegemônico. Suas principais estratégias são: a *diferenciação*, em que dá-se ênfase à diferença do outro; e o *expurgo do outro*, em que é construído um inimigo que deve ser excluído.

O último modo de operação da ideologia proposto é a *reificação*, em que uma situação histórica transitória é tratada como estável e duradoura. Suas possíveis estratégias são: a *naturalização* e a *eternalização*, em que se perpassa a idéia de estabilidade e duração do presente fato, e a *nominalização* e a *passivização*, que sugerem que não se pode agir em determinado contexto social.

Ao refletir acerca da proposta de Thompson (1995), Caetano (2004: 21) observa:

O sentido é construído e transmitido pelas formas simbólicas e, em condições particulares, pode reproduzir a ordem social. De inúmeras maneiras, o sentido é mobilizado a serviço de indivíduos e grupos dominantes, estabelecendo e mantendo relações sociais estruturadas, as quais geram maior benefício para alguns e despertam o interesse de uns em preservá-las e outros em contentá-las.

Nesse sentido, posso fazer uma relação entre ideologia e elementos da prática social. Tendo por base a questão de estrutura, evento e prática social, Fairclough (trad. 2001a) enfatiza que não podemos fazer uma análise de questões ideológicas observando apenas o aspecto da estrutura social ou do evento, deve-se observar a relação entre os elementos sociais, considerando as possibilidades de ‘transformação’. Ao analisar questões simbólicas, posso fazer uma reflexão a respeito de questões que envolvem poder, ideologia e hegemonia.

Observo que os discursos ideológicos podem contribuir para a formação de uma hegemonia, que, segundo Fairclough (trad. 2001a: 122), seria uma “liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade”, constituído por um ‘equilíbrio instável’. A ideologia, desta forma, passa pelo discurso, na medida em que o mesmo faz parte da prática social e constitui uma ‘ordem de discurso’<sup>9</sup> contribuindo para que perpassasse relações ideológicas e se construa uma hegemonia.

O autor afirma ainda que “pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica” (Fairclough, trad. 2001a: 123).

Lima (2007: 27) considera que o poder, para Fairclough, se caracteriza “pela hegemonia que, juntamente com a luta hegemônica, são formadas nas práticas discursivas das instituições e das organizações, pelo menos em grande medida”. Nesse sentido, a autora observa que, para Fairclough, não há poder sem resistência, o que pode ser percebido nas práticas discursivas. Dessa forma, estabelece-se a relação entre poder, ideologia e hegemonia, na medida em que as ideologias podem servir como mecanismos para manutenção de posições hegemônicas, mas existindo uma resistência pode-se considerar a existência de um poder que está sendo contestado.

Nas relações de violência contra mulher, encontro um poder desempenhado pelo homem que é estabelecido nas relações de gênero social. A sua posição hegemônica passa pelo discurso e remete a determinadas ideologias que estão presentes e divulgadas em organizações, sendo contestada por uma resistência feminista que busca uma nova estrutura

---

<sup>9</sup> Entendendo por ‘ordem de discurso’ as relações de aspectos do discurso e de uma ‘ordem social’, conforme apresentado na Seção 1.2.2.

de poder. Nesse sentido, cabe uma reflexão acerca da construção das identidades considerando a questão de gênero social, uma vez que o mesmo está ligado a questões ideológicas, hegemônicas e de poder.

### 1.3 A questão das identidades: gênero social

Segundo Holland *et al.* (1998), identidade é um conceito que envolve várias teorias propostas por ares das ciências sociais como a psicologia social, a antropologia, a sociologia e os estudos culturais. A identidade combina o mundo pessoal relacionado ao espaço coletivo, mas verifica-se que, no cerne da questão identitária, estão as representações, identificações e ações. Holland *et al.* (1998) afirmam que “as pessoas dizem aos outros quem são, mas ainda mais importante que isso, elas dizem a si mesmas e tentam agir como se fossem quem dizem que são”<sup>10</sup>.

Benwell & Stokoe (2006: 19) discutem acerca da história do conceito de identidade, indicando que o termo advém dos tempos clássicos da filosofia, mas que, após o Iluminismo (no qual as ciências centram-se novamente na figura humana) é estabelecido o conceito de agência humana<sup>11</sup>. A partir desse momento histórico surgem duas correntes de pensamento: uma baseada em Descarte, associada ao racionalismo, em que há uma relação com cognição; e outra baseada em Locke, que se dá ênfase a capacidade reflexiva, isolando aspectos de experiência subjetiva. Por meio das duas correntes, origina-se o conceito de identidade como instrumento de ‘projeção do eu’.

As autoras seguem o percurso histórico indicando as influências do Romantismo, com a noção de que a pessoa seria dona de seu próprio destino, prevalecendo a visão de identidade como ‘projeção do eu’. Mais tarde surge a influência da psicanálise, tendo como expoente Freud, que focaliza a subjetividade, dando ênfase aos processos de socialização familiar e o impacto da *psique* nos aspectos sociais.

As idéias de Freud, segundo Benwell & Stokoe (2006: 20), têm sido ‘entusiasmadamente’ defendidas por várias disciplinas, observando ainda que alguns analistas de discurso combinam as idéias freudianas a conceitos de sua teoria. Também é explicitada a teoria de Lacan para indicar outra corrente que trabalha com identidade por meio da psicanálise.

---

<sup>10</sup> Minha tradução para “People tell others who they are, but even more important, they tell themselves and then try to act as though they are who they say they are”.

<sup>11</sup> Indivíduo promovendo uma ação social.

Apesar disso, as autoras observam que outros teóricos consideram a Análise de Discurso por meio da psicanálise um equívoco, pois, seguindo uma leitura foucaultiana, a psicanálise seria “um regime discursivo de reprodução de seus próprios significados”<sup>12</sup> (Benwell & Stokoe, 2006: 21). As mesmas autoras, ainda apresentam como corrente histórica a pós-modernidade e sua influência nas identidades. Alguns autores analisam o período e trazem conceitos significativos, dentre eles Giddens (trad. 1993, 1991), que apresenta o conceito de modernidade tardia<sup>13</sup> em que considera que a sociedade atual apresenta características que conservam aspectos da modernidade, tais características influem diretamente na identidades, tanto coletivas quanto individuais.

Por meio do referido contexto histórico, a identidade apresenta relação com o contexto social. Por meio das interações sociais surgem as identidades, como representação e identificação de determinados aspectos que podem ser culturais e sociais. Seguindo esse princípio surge uma corrente denominada ‘corrente de estudos culturais’<sup>14</sup>, na qual se inserem Hall (trad. 2006), Silva (2000) e Woodward (2000), que consideram a identidade relacional, em que a diferença é estabelecida por meio de uma marcação simbólica, não deixando de envolver condições materiais e sociais, e o nível psíquico, observando que as identidades não podem ser unificadas.

Giddens (1991) apresenta uma concepção de identidade vinculada a características da ‘modernidade tardia’. Uma das características básicas desse período é a ‘reflexividade’, que contribui para o conceito de ‘agência’ quando falamos em identidades particulares<sup>15</sup>. Para o autor existem algumas características da ‘modernidade tardia’ que são encontradas em nossa sociedade, como a separação de espaço/tempo; os mecanismos desencaixados, observando a questão global e local; e a reflexividade institucional. A noção de ‘reflexividade’ propicia a noção de ‘identidades híbridas’, que seria outra característica da ‘modernidade tardia’, pois as pessoas estariam desempenhando diversos papéis e construindo diversas formas de representação na medida em que o conceito de ‘reflexividade’ denota a capacidade de escolha dos indivíduos, e as múltiplas opções que são apresentadas ao mesmo. Por exemplo, a figura feminina não assume uma identidade social única, ela pode ser mãe, advogada, motorista, cozinheira, mecânica etc, constituindo uma identidade híbrida.

---

<sup>12</sup> Minha tradução para: “(...) a discursive regime that reproduces its own meanings.”

<sup>13</sup> Diante de uma discussão acerca do termo empregado para denominar os dias atuais, Giddens questiona o conceito de pós-modernidade e propõe o conceito de modernidade tardia.

<sup>14</sup> Corrente que considera aspectos históricos e culturais como influenciadores de identidades.

<sup>15</sup> Para o autor estamos situados em uma ‘modernidade tardia’ que apresenta algumas características, conceitos que serão abordados no Capítulo 2, Seção 2.2.

Holland *et al.* (1998: 7) indicam que identidade e agência se diferem em duas perspectivas: uma primeira seria antropológica e relacionada a alguns estudos culturais, que pensa em identidade ligada a estruturas sociais como gênero, raça, nacionalidade. Outra visão seria a dos próprios pesquisadores que pensam em identidades particulares relacionadas a ‘mundos’ particularmente constituídos, como o namoro, a insanidade mental e seu tratamento, as relações domésticas etc. Pelo exposto, percebo que há uma diversidade de pensamentos a respeito do que seria identidade. Holland *et al.* (1997) indicam duas divisões nas teorizações sobre a identidade, a primeira com uma tendência cultural e social e a segunda que teria por base uma visão subjetiva.

Na presente pesquisa, as análises das identidades têm por base duas definições: ‘identidades pessoais’ e ‘identidades coletivas’. Esses dois tipos de identidades estão interconectadas, pois, considerando o aspecto particular, as identidades são compostas de múltiplas representações sociais, conforme observa Giddens (1991). Estamos inseridos em uma modernidade tardia em que há a possibilidade de uma pessoa exercer diversos papéis sociais<sup>16</sup>, constituindo-se assim com uma multiplicidade de formas de ser representado e de se representar como ator social.

Mas, determinados aspectos dos papéis desempenhados socialmente podem fazer com que as pessoas insiram-se em determinadas ‘identidades coletivas’. Conforme argumenta Castells (trad. 2006: 23) “(...) quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como seu significado para aqueles que com ela se identificam ou delas se excluem”.

Pensando em ‘identidade pessoal’ e ‘identidade coletiva’, tem-se a ‘identidade pessoal’ construída por elementos culturais e sociais que podem ser traduzidos em determinadas ‘identidades coletivas’ e, por meio de determinadas reapresentações pessoais, pode-se ter determinada agência<sup>17</sup> produzida pelo sujeito.

No caso da presente análise, as identidades das mulheres inseridas no programa Casa Abrigo<sup>18</sup> são influenciadas por uma ‘identidade coletiva’ maior que é a ‘identidade de gênero’, na qual as figuras femininas assumem determinados comportamentos por inserirem-

---

<sup>16</sup> Conceito baseado em Castells (trad. 2006) que define identidades organizando significados e papéis organizando funções. Assim, os papéis sociais se relacionam às funções que são desempenhadas pelos indivíduos.

<sup>17</sup> Entendendo agência como ação, ‘capacidade de agir socialmente’, conceito utilizado por Barker & Galasinski (2003: 46), que pode ser de resistência ou de legitimação de determinado discurso hegemônico.

<sup>18</sup> Programa governamental que abriga mulheres que estão sob ameaça de morte.

se em um determinado gênero social, contribuindo para uma representação e identificação de sua posições como atoras<sup>19</sup> e dos outros atores sociais que estão em interação com as mesmas.

Para a análise da identidade de gênero social, optei pelo modelo proposto por Castells (trad. 2006: 24), que afirma que a construção das identidades é marcada pelas relações de poder e que por isso surge como proposta três formas de construção das mesmas, a saber:

- 1) *Identidade legitimadora*: corresponde a uma identidade detentora de poder, “introduzida pelas instituições dominantes nas sociedades no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”;
- 2) *Identidade de resistência*: associada a uma identidade em posição desfavorecida “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”
- 3) *Identidade de projeto*: corresponde a uma identidade que se encontrava em posição de resistência, mas conseguiu alguns meios de confrontar as ideologias impostas pela hegemonia, ainda não conseguindo assumir uma posição de identidade legitimadora.

Castells (*idem, ibidem*) considera que os sujeitos sociais também podem suas identidades dentro da sociedade, não existindo um lugar fixo das mesmas. Segundo esse autor o caso do feminismo enquadra-se na definição de identidades de projeto, retomando a questão de gênero social e considerando a existência de um discurso hegemônico patriarcal.

No caso da violência doméstica, está presente a questão do gênero social, uma vez que as ‘identidades pessoais’ têm como forma de representação as ‘identidades coletivas’. Silva (2000) aponta que as identidades passam por um processo de semelhança e diferença. As pessoas moldam sua identidade por meio de uma dualidade. Na questão de gênero teríamos as identidades femininas sendo moldadas pelas semelhanças e diferenças relacionadas à figura masculina, já que existe uma relação de poder entre homens e mulheres.

Sobre esse mesmo tema, Azerêdo (2007: 118) traz a questão de gênero social, revelando que “gênero é um verbo no gerúndio, produzindo seres sexuados performaticamente, através de normas constantemente reiteradas”, e observa que “a dicotomia que separa gênero como sendo meramente cultural, apoiado no sexo, meramente biológico, é um erro, pois apenas substitui uma denominação por outra, perdendo o elemento performático de produção de sujeitos generificados”. A presente pesquisa adota a divisão do gênero social associado ao biológico por ser mais específica e ter por finalidade a análise de identidades

---

<sup>19</sup> Sentindo empregado como de quem pratica determinada ação social. Produtora de uma agência, observando a característica de sujeito (Holland *et all.*, 1998).

considerando o aspecto ligado ao fator biológico, o fato de serem mulheres que estão em uma situação de submissão por questões culturais. Mas deve-se considerar que, quando se fala de gênero social, o conceito não pode ser reduzido à questão biológica, ligando-se aos aspectos ‘performático’ que os gêneros possam assumir.

Castells (trad. 2006) faz a distinção das três classificações já apresentadas, relacionadas às ‘identidades coletivas’. Na questão do gênero social que envolve poder, tem-se o homem como *identidade legitimadora* que utiliza um discurso hegemônico e a mulher em uma posição de *identidade de resistência*, mas, que por fatores históricos, consegue assumir uma *identidade de projeto*<sup>20</sup>.

Ao considerar a intervenção de aspectos culturais em relação à identidade e ao gênero social, percebo que se pode fazer um paralelo de análise entre identidade e ADC, já que a ADC possui como foco a relação entre linguagem e sociedade.

#### **1.4 Identidade de gênero e Análise de Discurso Crítica**

Magalhães (2005b: 185), refletindo a respeito do proposto por Hasan da relação entre identidade e linguagem, afirma que, se seguirmos as reflexões propostas, as “identidades são constituídas em uma relação dialética entre discurso e outros elementos da prática social”<sup>21</sup>.

Tendo por base que as identidades femininas passam pelo processo de identificação coletiva, constituindo uma ‘identidade coletiva’, a análise crítica da questão de poder centrado na figura masculina pode servir de indicativo para verificar se vem ocorrendo ou não uma mudança social relacionada a questões de gênero. Por meio da análise da intertextualidade e de outros elementos presentes na teoria faircloughiana pode-se delimitar o fenômeno de transformação societária.

A questão de gênero social relacionado à identidade pode ser observada sob dois prismas: um primeiro, considerando que as identidades são construídas por meio de oposições, e um segundo, em que determina-se o aspecto híbrido das mesmas, conforme explicitado anteriormente. A presente pesquisa tem como premissa que a questão da ‘identidade coletiva’ relacionada ao gênero apresenta-se como forma de oposição, mas que os indivíduos pertencentes a cada gênero podem assumir diversos papéis sociais e possuir na sua ‘identidade pessoal’ híbrida diversas ‘identidades coletivas’.

---

<sup>20</sup> Farei nova reflexão sobre essa questão no Capítulo 2, Seção 2.1.

<sup>21</sup> Minha tradução para : “Such an identity is constituted in a dialectical relation between discourse and other dimensions of social life.”

Dentro da questão de gênero observo uma hegemonia masculina que vem sendo questionada, principalmente após o surgimento dos movimentos feministas. A questão de ideologia veiculada pelo discurso torna-se um elo entre as pesquisas que envolvem identidade de gênero e ADC.

Lazar (2005) faz uma discussão a respeito das questões de gênero e ADC, indicando a instituição de uma Análise de Discurso Crítica feminista, constatando que existe o debate em outras teorias como a estilística feminista, pragmática feminista e análise da conversação feminista. Azerêdo (2007) faz uma reflexão a respeito do preconceito contra a mulher e ressalta o fato da identidade ser moldada por questões culturais baseadas na oposição e dicotomia homem/mulher.

As identidades passam pelo processo de representação e de agência, que podem ser desempenhadas por diversas formas, inclusive por discursos. Por meio da análise discursiva, observo elementos de interação entre as pessoas situadas em determinado contexto social. Dessa forma, podem-se analisar as representações que as pessoas fazem de si mesmas, as representações que fazem de outras pessoas e as formas de agência observáveis em seus discursos.

Na presente análise, a forma de representação estabelecida nos relatos de mulheres vítimas de violência torna-se significativa, pois com a teoria proposta pela ADC podem-se investigar questões identitárias por meio dos significados dos discursos, considerando que cada significado contribui para uma forma de análise de aspectos identitários, conforme o proposto pelo quadro a seguir:

Quadro 1.4 – ADC e identidades

<b>ADC (SIGNIFICADOS DO DISCURSO)</b>	<b>IDENTIDADE</b>
<b>Significado acional</b> (discurso como gênero discursivo)	Reflexo de outros discursos na construção de identidades
<b>Significado representacional</b> (discurso como representação)	Como se configuram outras identidades por meio do discurso
<b>Significado identificacional</b> (discurso como estilo)	Análise identitária específica

Percebo que os aspectos identitários podem ser encontrados nos outros significados do discurso, pois as identidades nascem das interações sociais. Fairclough (2003: 159) considera que as identidades podem ser analisadas referindo-se ao aspecto identificacional, quando se

observa o discurso como estilo, pois se têm como identificar características específicas das identidades.

No aspecto acional, pode-se perceber o caráter da influência do discurso nas identidades, ao considerar os impactos dos gêneros discursivos como moldadores de determinados comportamentos e ações, conseqüentemente, identidades. Também, ao observar o aspecto representacional, analiso o ato de representação por meio do discurso, podendo inferir uma espécie de agência, na medida em que o discurso como forma de representação interfere na maneira de identificação de outras identidades e de nossas próprias, influenciando a maneira de ação pessoal.

## **1.5 Conclusão**

As identidades são construídas por meio de relações sociais que envolvem aspectos históricos e culturais, observando que podem ser divididas em ‘identidade pessoal’ e ‘identidade coletiva’. As ‘identidades pessoais’ apresentam um aspecto híbrido, na medida em que podem existir várias ‘identidades coletivas’ para um indivíduo/sujeito social, constituindo uma ‘identidade pessoal’ própria, por exemplo, uma mulher pode assumir a identidade de mulher, mãe, advogada, professora, psicóloga etc. representando a si com uma identidade específica que engloba várias identidades coletivas.

Para a análise desta pesquisa, o aspecto identitário coletivo que me interessa é a identidade de gênero que, por aspectos culturais, retomam questões ideológicas e hegemônicas. A ADC constitui-se como ‘ferramenta’ importante para a análise identitária, pois propicia uma análise reflexiva a respeito do poder, da mudança social e da identidade, observando que os aspectos identitários podem ser analisados por meio dos significados do discurso, visto que as identidades são moldadas por meio de interações sociais e podem ser analisadas observando-se práticas sociais específicas nas quais o discurso se insere como elemento.

A ‘identidade coletiva’ é analisada, nesta pesquisa, segundo o proposto por Castells (trad. 2006), pois ao definir as identidades como legitimadora, de resistência e de projeto, o autor propicia uma análise de identidade de gênero que envolve as transformações sociais ocorridas em relação a diferença entre figuras masculinas e femininas relacionando-as a questões de poder, hegemonia e ideologia.

## **CAPÍTULO 2**

### **IDENTIDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

O presente capítulo tem por finalidade fazer reflexões acerca das identidades de gênero, observando a dicotomia existente em nossa sociedade entre figuras masculinas e femininas, suas relações de poder e a violência como forma de legitimação de uma hegemonia do gênero masculino. Na Seção 2.1, abordarei as questões históricas e sociais que envolvem a representação das identidades de gênero, tendo como reflexão as questões culturais que envolvem os paradigmas de violência doméstica, que será apresentada na Seção 2.2. Na Seção 2.3, farei uma interlocução entre violência doméstica e psicologia, apresentando correntes psicológicas que investigam o problema. Na Seção 2.4, será apresentada a relação do Estado e suas propostas nas Subseções 2.4.1, 2.4.2 e 2.4.3, indicando a criação das Delegacias de Atendimento às Mulheres, a Lei Maria da Penha e a Casa Abrigo, como formas de intervenção Estatal para coibir a violência doméstica. Na Seção 2.5, apresentarei as conclusões do capítulo, observando como os paradigmas culturais, a intervenção terapêutica e do Estado interferem no problema de violência contra a mulher.

#### **2.1 Questões históricas e sociais em relação a gênero social**

Pitanguy (2003: xiii) sugere que o conceito de gênero “é uma construção sociológica relativamente recente, respondendo a necessidade de diferenciar o sexo biológico de sua tradução social em papéis sociais e expectativas de comportamentos femininos e masculinos”. Tendo como referência o conceito de gênero social, percebo que os conceitos representados por uma distinção entre figura masculina e figura feminina passam aos aspectos identitários individuais, pois a ‘identidade pessoal’ pode ser construída por meio da constatação de semelhanças e diferenças em relação a determinados papéis sociais, bem como a reflexão e interiorização do que é dito a respeito de uma possível identidade<sup>22</sup>.

Deve-se observar, no entanto, que questões relacionadas ao gênero social não envolvem somente o aspecto biológico, conforme apresentado no Capítulo 1, Seção 1.3. Entretanto, quando se fala em violência contra a mulher é inevitável relacionar a questão do gênero social à dicotomia baseada em questões biológicas.

---

<sup>22</sup> Conceito baseado em Azerêdo (2007: 118-119) indicando que “Toda identidade se constrói através de um exterior que desestabiliza”.

Giddens (trad. 1993), Bourdieu (trad. 2005) e Castells (trad. 2006) discutem a questão do gênero social associada ao poder. Para os autores, existe uma autoridade imposta pela figura masculina que é passada historicamente.

Bourdieu (trad. 2005) aponta que, a partir do momento em que houve uma construção de gêneros sociais, houve a necessidade de adotar determinadas características em relação a uma oposição que favorece a hegemonia masculina. Para o autor, a construção histórica dos gêneros passou por uma relação simbólica de dominação, demonstrando uma ‘dominação masculina’ que afeta níveis simbólicos e concretos das identidades presentes nas sociedades baseadas no patriarcalismo cristão. Portanto, a caracterização da identidade feminina ligada a aspectos de subordinação à figura masculina foi construída historicamente, mas passou a ser questionada a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, com o debate promovido pelo movimento feminista, que teve como principal finalidade a busca por ‘direitos iguais’ entre os gêneros sociais.

Em relação à autoridade imposta pela figura masculina, dois conceitos são relevantes: o ‘patriarcalismo’, que caracteriza uma sociedade que possui como principal provedor a figura masculina, e o ‘androcentrismo’, que concebe a figura masculina como centro das identidades, observando que a identidade feminina é existente se oposta ou ligada à identidade masculina.

Para Castells (trad. 2006: 169), “o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar”. Apesar de fazer uma generalização ao afirmar que todas as sociedades contemporâneas possuem como base o patriarcalismo, o autor traz uma visão de fundamental relevância: a reprodução de determinados aspectos ligados ao gênero social de forma institucionalizada. Cabe ressaltar que a linguagem é um dos aspectos dessa institucionalização do gênero.

Graddol & Swann (1989) fazem uma reflexão sobre o estudo da linguagem e gênero social e apontam que muitos aspectos da cultura podem ser observados nas estruturas da língua, como por exemplo, o uso do ‘masculino genérico’ em nossa cultura que remete a consideração de hegemonia masculina.

Segundo Castells (trad. 2006), os movimentos feministas tornam-se socialmente visíveis ao final da década de 1960, contestando características da família patriarcal tradicional, tendo como ‘força propulsora’ três aspectos: “o crescimento de uma economia informacional global; mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o

impulso poderoso promovido pelas mulheres de um movimento feminista multifacetado” (Castells, trad. 2006: 170).

A inserção das mulheres ao mercado de trabalho aliado a novas tecnologias referentes ao controle de natalidade, fez com que se questionasse a hegemonia masculina, imposta por instituições sociais como a Igreja e o Estado. O movimento feminista surgiu como uma linha radical que questionava valores ideológicos da sociedade em relação ao gênero social.

Grossi (1997: 289) indica dois momentos do movimento feminista: ‘a primeira década da mulher’, 1975 a 1985, que está relacionado à denúncia do androcentrismo e à compreensão de configuração da realidade social; e o ‘feminismo radical’, que resultou na afirmação positiva da experiência feminina, concebendo as mulheres como o núcleos de identidade em si mesmas, discordando da visão ‘androcêntrica’. Hoje, fala-se em movimento pós-feminista que, segundo Fairclough (2005), apresenta uma visão referente ao papel da mulher na sociedade em que “mulher pode fazer qualquer coisa que queira, mas sendo mulher”. Nesse momento, percebe-se que há um discurso que acredita que as relações de gênero podem ser igualitárias, mas que valoriza as diferenças entre os gêneros que não podem ser negadas, nem serem vistas como oposições em que uma identidade só exista em função da outra.

Por meio dos movimentos feministas, muitas indagações foram feitas e surgiram muitos efeitos sociais que envolvem a questão do gênero. Castells (trad. 2006) indica que uma das mudanças foi o questionamento acerca da heterossexualidade como norma, pois na medida em que há o questionamento de uma sociedade patriarcal tradicional, questiona-se também a sexualidade estabelecida como norma institucionalizada.

Giddens (trad. 1993) não questiona precisamente o gênero social, mas investiga a sexualidade nas sociedades modernas e faz algumas reflexões, dentre as quais que, nos relacionamentos homossexuais, há uma tendência de reprodução do poder explícito das relações heterossexuais, tendo a representação de um dos parceiros ou parceiras como a figura masculina, detentora de poder em relação à figura feminina. Dessa forma percebe-se que a hegemonia masculina está tão enraizada que perpassa para outros gêneros sociais a sua configuração de poder.

Castells (trad. 2006: 170) comenta que a conscientização social das mulheres que foi desencadeada pelos movimentos feministas causa um impacto profundo na sociedade, mas que admitir que a mesma modificou as estruturas sociais relacionadas a gênero não significa que “os problemas referentes à discriminação, opressão e abuso das mulheres e de seus filhos tenham sido eliminados ou que sua intensidade tenha sido significativamente reduzida”.

Na verdade, embora a discriminação legal tenha, de certo modo, diminuído e a tendência seja que o mercado de trabalho venha a se equalizar à medida que o nível de educação da mulher aumenta, a violência interpessoal e o abuso psicológico tem-se expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda de poder. (Castells, trad. 2006: 170-171)

Por meio do exposto, a questão de diferenças de gêneros sociais envolve outro fator relacionado ao poder: a violência.

## **2.2 A relevância da cultura nos paradigmas de violência doméstica**

Conforme explicitado, os papéis tradicionais de gênero representam uma visão androcêntrica quando relacionada à questão familiar, pois, conforme afirma Castells (trad. 2006), as sociedades que conhecemos têm por base o patriarcalismo, em que a figura masculina é considerada provedora da família e exerce poder em relação aos outros membros da mesma.

Após os debates estabelecidos pelos movimentos feministas da década de 1970, iniciou-se um questionamento que tornou algo, que era considerado particular, passível de debate social: as relações familiares. Kujawski (1985: 11) considera que a “vida inter-individual inclui a amizade, o amor, o relacionamento familiar, definindo-se pela convivência entre indivíduos determinados como tais” e faz uma comparação com a vida social, que “começa quando os homens se relacionam impessoalmente entre si”. Nessa afirmação, percebo que na concepção de sociedade adotada pelo autor encontram-se em locais distintos a família e a sociedade, concepção proveniente do discurso tradicional.

Com as reflexões propostas pelos movimentos feministas, aliadas a características da ‘modernidade tardia’, como a dicotomia local/global, as famílias deixam de ser um ambiente fechado, que ainda não representava sociedade, passando a ser parte da sociedade, incluindo os problemas inerentes a ela como problemas sociais.

Segundo Giddens (1991), vivemos em uma ‘modernidade tardia’ que apresenta as seguintes características: a *separação de tempo e espaço*, *mecanismos desencaixados* e *reflexividade institucional*. Como exemplo de separação de tempo e espaço podemos citar as relações de comunicação, uma vez que a tecnologia computacional propicia que as pessoas interajam, não necessariamente em um tempo ou em um espaço específicos. Os mecanismos desencaixados podem ser observados quando características específicas são apresentadas em outros contextos, como, por exemplo, o ‘seguro de vida’. Antes o termo ‘seguro’ era utilizado

em um contexto específico, envolvendo objetos, agora passa a ser utilizado também para ‘vida’ humana.

A *reflexividade institucional* pode ser percebida por meio das escolhas e opções que as pessoas possuem para agir. Pode-se empregar o termo ‘reflexividade’ no contexto desta pesquisa. Segundo Castells (trad. 2006), os homens optam por utilizar a força física como forma de lidar com a igualdade entre os gêneros, a figura masculina não aceita o questionamento de sua hegemonia e pode utilizar a força física como forma de manutenção da mesma. Há uma reflexão sobre a posição imposta culturalmente de hegemonia masculina e a opção de ação por meio da violência.

O ato de violência produzido nas famílias afeta diretamente o Estado, na medida em que atinge pessoas que exercem determinados papéis sociais que podem ser atingidos pelo problema, já que as mulheres vítimas de violência, por exemplo, podem deixar de desempenhar sua função de trabalho no período em que estão sofrendo agressões. Pitanguy (2003) relata que a violência doméstica interfere no processo de desenvolvimento humano e do Estado, pois as vítimas apresentam baixo rendimento no trabalho e na escolaridade, além de ser necessária uma intervenção Estatal por meio de delegacias e hospitais.

O conceito de violência é questionado por alguns teóricos e, conforme Fletcher (1997: 47), deve ser considerado observando o aspecto de contextualização. O autor propõe como definição geral que o conceito refira-se a ‘violação direta da integridade física’<sup>23</sup>. Mas, no caso de violência doméstica, não se pode deixar de considerar o aspecto da imposição de uma vontade, um poder.

Segundo Oliveira *et al.*(1998: 9)

A violência contra a mulher é um fato antigo. Produto da matriz de relações sociais em que estão assentadas as relações entre homens e mulheres, onde a manifestação das relações de poder foi historicamente construída de forma desigual, a violência contra a mulher ocorre, na maioria das vezes no âmbito familiar. Sempre encoberta com frases do tipo: ‘roupa suja se lava em casa’, ‘briga de marido e mulher ninguém mete a colher’.

Hermann & Barsted (2000) definem a violência contra as mulheres como sendo qualquer violência física, sexual ou psicológica que envolva pessoas de sexo feminino, podendo ocorrer ou não dentro de suas casas. As autoras observam que as crianças e as mulheres são as principais vítimas em ambientes domésticos.

---

<sup>23</sup> Minha tradução para: “this conception refers to the direct violation of physical integrity”.

Figueiredo (2006) traz uma discussão acerca da violência contra mulheres em relação ao estupro e faz uma consideração sobre a “trivialização social e discursiva da violência de gênero”, pois termos como ‘violência doméstica’ e ‘estupro marital’ são relativamente recentes; essas práticas resultam de uma ideologia histórica em que é permitida a submissão por parte da figura feminina.

Diniz & Pondaag (2006: 234), em reflexão a respeito da importância de se falar a respeito da violência contra a mulher, comentam que os termos ‘violência doméstica’, ‘violência contra a mulher’ e ‘violência de gênero’ são usados como sinônimos, quando na realidade não são. Segundo as autoras, ‘violência de gênero’ refere-se à violência de forma mais ampla; a ‘violência doméstica’ refere-se a toda agressão que ocorre no âmbito doméstico, inclusive a de patrão contra empregada; e a ‘violência contra a mulher’ reflete a realidade de que “dois terços das vítimas de violência doméstica ou familiar são mulheres”.

Azerêdo (2007: 120) além de conceituar ‘violência de gênero’, ‘violência doméstica’, ‘violência contra a mulher’, conceitua ‘violência familiar’ observando que a mesma “apresenta grande sobreposição com a violência doméstica e também não se restringe ao espaço do lar. Os envolvidos, no entanto, são exclusivamente membros da mesma família – nuclear ou extensa”<sup>24</sup>. Pelo exposto cabe ressaltar que todos os tipos de violência devem ter como forma de enfrentamento a intervenção Estatal.

Na presente pesquisa, foi utilizado o termo ‘violência doméstica’ por entender que apesar da violência ter ocorrido com pessoas da família, marido e esposa, todas as mulheres entrevistadas só ofereceram denúncia a seu agressor após violência ocorrida em casa, no seu lar.

Em artigo produzido para página Cfemea, a socióloga Rodrigues (2004), aponta os principais momentos históricos pelo qual passa a conquista de direitos feministas, inclusive com movimentos estatais, ao quais resumi nos seguinte quadro:

Quadro 2.1 – História da política pública de proteção à mulher.

<b>ÉPOCA</b>	<b>CONQUISTA</b>
1975	Foi declarado pela ONU o ano Internacional da Mulher.
1979	Convenção contra toda e qualquer discriminação contra a mulher.

<sup>24</sup> Família nuclear é entendida como pessoas com laços de sangue propriamente dito, enquanto nas família extensa nem sempre há consangüinidade.

1982	Surge a plataforma feminista no Brasil.
1985	Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Criação da primeira delegacia de Atendimento à Mulher – DEAM – São Paulo.
1988	Criação da Constituição Federal brasileira em que é delegado direitos iguais a homens e mulheres.
1994	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, da Organização dos Estados Americanos – OEA, (conhecida como Convenção de Belém do Pará).
1995	Ocorreu o resgate do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, esvaziado e descaracterizado em 1989, logo após, a promulgação da nova Constituição.
2001	O Governo assinou o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher, adotado em 1999, pela ONU
2002	Criação da Secretaria de Direitos da Mulher.
2003	A Secretaria dos Direitos da Mulher é transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
2004	I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.
2006	Promulgação da Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha.

A intervenção Estatal em relação à violência doméstica é relativamente recente, pois só a partir da década de 1980 percebe-se uma ação mais efetiva do Estado. Por ter em sua base um discurso paternalista, visto tratar-se de um discurso institucionalizado, uma das razões da intervenção tardia do Estado é o fato de a mulher só ter conseguido direitos de igualdade por meio dos movimentos sociais feministas que tiveram visão social após a década de 1970. Outra possível razão é a pouca reflexão a respeito do problema por meio de um discurso científico específico, como o da psicologia.

### 2.3 Violência doméstica e psicologia

Algumas teorias da psicologia buscaram entender e elucidar o problema de violência doméstica, fazendo uma intervenção terapêutica com mulheres vítimas de um ato agressivo que atingia toda uma família. Segundo Angelim (2004), a intervenção psicológica em torno da violência contra as mulheres desenvolveu-se bastante nas últimas décadas. A psicologia buscou mecanismos para que as mulheres pudessem relatar o sofrimento após um ato de violência e desenvolvam intervenções baseadas no estresse pós-traumático. O autor argumenta que essa intervenção, feita diretamente em relação à vítima de violência, não surte um efeito esperado, pois não há uma conscientização do agressor em relação à violência que cometeu e “embora o ciclo de violência possa ter sido quebrado com a vítima sendo cuidada, o agressor permanece com sua potencialidade violenta para agredir novamente a parceira, ou outra pessoa que, porventura, acabe por se vincular a ele” (Angelim, 2004: 45). Portanto, conforme observa Angelim, a simples separação não indica uma solução viável, à medida que pode contribuir para um possível comprometimento em relacionamentos futuros.

Após a análise da intervenção terapêutica somente em mulheres vítimas de violência, surgem novos estudos que indicam o fator da co-responsabilidade. Segundo Angelim (2004: 46), começa-se a questionar o ciclo de violência sob nova perspectiva, que envolve o relacionamento. Mas, por motivos culturais, “a lógica do patriarcado favorece uma legitimidade da violência do homem e uma resignação da mulher na construção de gênero de ambos os sexos”.

Na busca de compreensão do problema cultural de violência doméstica, duas autoras são citadas como expoentes de teorias do ‘ciclo de violência’ e do questionamento a cerca da neutralidade das relações violentas. Para a Walker (1979 *apud* Angelim, 2004: 47) o ‘ciclo de violência’ envolve três estágios:

- 1) construção da tensão: ocorrem violências, consideradas leves, como ameaças, destruições de objetos, gritos, agressões verbais;
- 2) tensão máxima: ocorrem violências graves, como tapas, tiros, queima de roupas; é observado que, nesse momento, pode ocorrer a intervenção de terceiros, ou uma separação;
- 3) lua de mel: o homem se justifica, pede desculpas, indica uma mudança de comportamento, podendo sugerir até mesmo um tipo de tratamento e, com o tempo, o casal inicia outra construção de tensão.

Angelin (*idem*) apresenta como solução que, tanto vítima como agressor, tenham acesso a um tratamento médico-psicológico, para que reflitam sobre suas decisões e possam reintegrar outro tipo de relacionamento inter-pessoal, não agressivo. Perceber que o relacionamento ligado a um ‘ciclo de violência’ pode deixar de sê-lo por determinação de seus participantes é a solução mais indicada, pois o autor da agressão percebe que maltrata outras pessoas e a vítima percebe que o seu relacionamento propicia aquele determinado ato de violência.

Após percepção do ‘ciclo de violência’ em que estão situadas as mulheres vítimas de violência doméstica, a participação do Estado em torno desse problema torna-se fundamental, pois por meio do mesmo pode haver uma ruptura do ciclo e a possibilidade de intervenção terapêutica. Angelin (2004: 50-51) apresenta a proposta de Ravazzola a respeito da existência de três elementos que “constituem os atores de sistema de manutenção da violência”:

- a) o abusador – geralmente o homem;
- b) a pessoa abusada – normalmente uma mulher e
- c) outros atores sociais contextuais – testemunhas, presentes ou não durante as agressões.

O autor aponta ainda que, para Ravazzola, o Estado “é colocado numa posição chave como terceiro legítimo para intervir em caso de violência” (Angelin 2004: 51), pois teria maior possibilidade de propiciar uma ajuda especializada para a ruptura do ciclo.

## **2.4 A violência doméstica e intervenção Estatal**

Conforme sugere Azerêdo (2007: 27) a questão da violência doméstica “está relacionada à divisão entre o espaço público e o espaço privado (doméstico), sendo o primeiro tradicionalmente ocupado pelos homens e o segundo, pelas mulheres”. A questão da intervenção Estatal no problema passa pela esfera pública e privada, pois, mesmo existindo no espaço privado um problema que engloba questões de direitos humanos, existia e de certa forma existe o senso comum de que o Estado ou qualquer pessoa não devesse intervir em questões domésticas. Com o questionamento, na modernidade tardia, de questões locais e globais, a intervenção Estatal, no contexto de violência doméstica, torna-se possível por não existir mais uma barreira intransponível entre aspectos locais e globais.

Com as reflexões contemporâneas sobre os direitos humanos, considerou-se que todo ser humano precisa ter determinados aspectos sociais respeitados para que possa viver em sociedade. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos

(1948), em seu artigo V, nenhuma pessoa deve ser submetida à “tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”, competindo ao Estado que zelar pelos direitos humanos.

Observando que, no Brasil, temos três poderes que atuam de maneira direta em relação às leis, e considerando que o Poder Legislativo tem a competência de redigir, debater e aprovar leis, o Poder Executivo de executá-las e o Poder Judiciário de zelar para que sejam acatadas, na realidade, todos os Poderes são responsáveis pela questão dos direitos humanos. Os crimes de violência doméstica violam o referido artigo no momento em que mulheres recebem um tratamento cruel familiar, o que permite a intervenção do Estado para que seja impedida essa prática.

No Brasil, temos alguns marcos com relação à questão da intervenção do Estado em relação à violência doméstica, dentre eles: a implantação de delegacias especializadas no atendimento às mulheres, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e os programas de atendimentos às mulheres vítimas de violência como a Casa Abrigo.

#### **2.4.1 Delegacias de Atendimento às Mulheres**

Segundo Scardueli (2006), as delegacias especializadas de atendimento às mulheres tiveram sua criação após uma discussão a respeito da violência contra mulheres; a primeira a ser implantada no Brasil está localizada em São Paulo. Essas delegacias tratam de crimes relacionados a gênero social. Em outras delegacias, esses crimes eram tratados com descaso em decorrência do poder relacionado à figura masculina, conforme apresenta Rosana em seu relato em entrevista para a presente pesquisa:

Rosana: Eu achei essa lei ótima. Porque ela, depois que... eu denunciei ele assim, depois de... da primeira vez que ele me bateu... eu fui na delegacia... só que, da primeira vez que eu fui na delegacia... o delegado me tratou com tanto descaso... que eu falei... ‘não aqui meu lugar’. Porque, ele me tratou com se... como se não tivesse acontecido nada. Eu cheguei com o olho dessa altura... aí, ele falou assim ‘mas a senhora também agrediu ele’... eu falei ‘eu agredi ele para me defender. Ou eu vou ficar apanhando, apanhando, e vou deixar isso assim?’ E ele falou assim, ‘mas, então, vai terminar tudo em pizza’ ele falou comigo... ‘porque, a senhora vai mover um processo contra ele... ele vai mover um processo contra a senhora, e vai chegar e não vai dar em nada’... eu falei assim ‘então, quer dizer que eu chamei a polícia para isso? para ( )? Então, eu volto para casa, continuo apanhando’. E foi o que aconteceu, eu voltei para casa e continuei apanhando.

Conforme destaca Scardueli (2006: 33), “A institucionalização da Delegacia da Mulher foi a mais ampla política pública brasileira relacionada a questão de gênero”, essa medida conseguiu chamar a atenção da população para um fato que até então estava velado.

As mulheres sofrem agressões por serem mulheres. Porém, conforme explicita a autora, não acontece o esperado, o discurso de proteção às mulheres não está sendo empregado de forma eficiente, pois se percebe, no meio policial, que a questão de gênero não estava amplamente debatida e continua se reproduzindo um discurso de hegemonia masculina instituído culturalmente.

Suárez & Bandeira (2002: 299), ao fazer um percurso histórico a respeito da violência doméstica e intervenção do Estado, destacam que “a criação das DEAMs representou não apenas um ganho político, mas também uma possibilidade de conscientização de cidadania, tendo um papel destacado na construção das biografias de mulheres em luta pela (sua) emancipação, direitos e cidadania”.

As delegacias especializadas buscam oferecer um atendimento diferenciado para as mulheres, uma vez que é instituído culturalmente um discurso hegemônico em relação aos homens e construída uma representação das mulheres ligadas a submissão. Segundo Suárez & Bandeira (*idem, ibidem*) as “DEAMs evitam empregar método e condutas violentas, promovendo a negociação das partes em conflito”, neste sentido, segundo as autoras “as DEAMs representam uma política pública para coibir a violência contra a mulher, um lugar onde esta pode e deve ser denunciada” (Suárez & Bandeira, 2002: 303).

Com a criação das DEAMs, cabe admitir que houve uma certa conscientização das mulheres em relação aos direitos que estavam sendo violados. No contexto dessa conscientização, o governo brasileiro propõe uma mudança em relação à questão de violência de gênero com a Lei Maria da Penha.

#### **2.4.2 A Lei Maria da Penha**

Lei que foi aprovada no dia 7 de agosto de 2006, e possui o nome em referência a Maria da Penha, mulher que sofreu duas tentativas de homicídio de seu companheiro que deixaram seqüelas graves. Em 1998, Maria da Penha enviou petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) contra o Estado brasileiro, por não ter determinado medida efetiva contra seu agressor por mais de quinze anos. Em 2001, após 18 anos da prática do crime, a Comissão Internacional de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica e recomendou várias medidas em relação às políticas públicas do Estado para enfrentar o problema. O nome da Lei sugere uma tentativa de reparação da omissão do Estado.

O caso de Maria da Penha retrata muitos outros uma vez que, antes da implantação da Lei, ao oferecer denúncia contra seu agressor, o crime praticado contra a mulher era considerado como crime de ‘menor potencial ofensivo’, se considerado ‘lesões corporais leves’, recebendo como pena máxima 1 (um) ano de reclusão e tendo como forma de penalidade multas e penas alternativas, além de não existir uma penalidade para crimes de violência psicológica, violência presente no estágio de ‘construção da tensão’ no ciclo de violência<sup>25</sup>.

Com a Lei Maria da Penha, surgem determinadas medidas que afetam diretamente as vítimas e seus agressores na prática de violência doméstica. A Lei tipifica os crimes de violência entendendo-os da seguinte forma:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (Lei nº 11.340/06, art. 7º)

Dessa forma, os crimes contra a mulher deixam de não ter tipificação e passam por um processo de coação expresso por lei, que produz um efeito punitivo legalizado, tendo por pena máxima 3 (três) anos de reclusão. Podemos citar, ainda, como efeitos de mudança, o fato de a vítima não poder mais ‘retirar a queixa’ contra seu agressor, o que era comum, pois durante o ‘ciclo de violência’, mais especificamente na fase ‘lua de mel’, há um perdão pela agressão

---

<sup>25</sup> Conceito explicitado no presente capítulo, Seção 2.3.

cometida, muitas vezes provocado pelo medo de que o agressor pudesse fazer uma violência maior se não fosse retirada a denúncia. Outro aspecto que cabe ressaltar é que, com a implantação da Lei, os fóruns locais podem criar novos juizados especializados de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, o que acelera o processo em seu trâmite de julgamento, uma vez que, por ocorrer em ambiente familiar, esse tipo de violência requer uma atuação rápida da justiça.

Um outro mecanismo que já era utilizado como forma de coibir a violência doméstica eram os programas de proteção às vítimas de violência, as Casas Abrigos, que estão ligadas ao poder executivo e judiciário como forma de acolhida a mulheres que estão sob ameaça de morte.

### **2.4.3 Casa Abrigo do DF**

A Casa Abrigo do Distrito Federal é um programa de ações multidisciplinares que possuem como objetivo principal “proporcionar segurança e proteção às mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, dando-lhes meios para que vençam o medo e denunciem os seus agressores, uma vez esse é um mecanismo de altíssimo alcance de combate à violência” (CDMDF, 2003).

Trata-se de um programa desenvolvido pelo Conselho de Direito da Mulher do Distrito Federal (CDMDF), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ação Social do Governo do Distrito Federal. O acesso à Casa Abrigo dá-se após denúncia e quando se constata que a violência sofrida pela vítima implica risco de morte. Nesse caso, ela não pode ficar em seu lar para não ficar à mercê de seu agressor, sendo obrigatória a denúncia em delegacia especializada.

O Programa envolve atendimento jurídico, promoção da saúde integral da mulher, criança e adolescentes, atendimento psicológico, capacitação profissional, atendimento psicopedagógico e ações holísticas. Por meio do referido Programa, busca-se um atendimento à mulher em situação de violência, levando-a a refletir sobre o ‘ciclo de violência’ a que está submetida, bem como sobre possíveis modos de enfrentar o problema.

## **2.5 Conclusão**

Neste capítulo observei que a violência doméstica está ligada a questões de gênero social que são transmitidas e disseminadas de forma ideológica por meio de discursos

tradicionais. As mulheres que são vítimas desse tipo de violência passam por um ‘ciclo de violência’, que muitas vezes as impedem de procurar algum tratamento psicológico, sendo necessária a intervenção do Estado.

O Estado, por ter um poder legitimador não fornece subsídios suficientes para que se faça uma reflexão a respeito do problema. Entretanto, por meio de uma resistência desempenhada pelo movimento feminista e da intervenção da Comissão Internacional de Direitos Humanos, algumas medidas foram tomadas, dentre elas a criação da Lei Maria da Penha, as delegacias especializadas e os programas como os da Casa Abrigo. No próximo capítulo será apresentada a metodologia empregada na presente pesquisa.

## **CAPÍTULO 3**

### **METODOLOGIA**

No presente capítulo, farei um percurso aos métodos para coleta de dados para análise de identidades que são constituídas nos discursos de mulheres vítimas de agressão, submetidas ao programa Casa Abrigo<sup>26</sup>. Ao escolher a pesquisa qualitativa, optei pelas abordagens de entrevista semi-estruturada, relato, observação e nota de campo, para coleta de dados; e selecionei a Análise de Discurso Crítica, para análise. Na Seção 3.1 farei uma discussão a respeito da pesquisa qualitativa. Na Seção 3.2, apresentarei a contribuição da Análise de Discurso Crítica (ADC) como método de análise lingüística. Na Seção 3.3, comentarei como a pesquisa qualitativa contribuiu para o estudo das identidades. Na Seção 3.4, explicitarei os contextos da pesquisa e indicarei como foi elaborada a abordagem metodológica para coleta de dados. Por pensar em identidade como um processo de representação que passa pela identificação, farei, na seção 3.5, nas últimas subseções, uma breve contextualização das histórias das mulheres entrevistadas.

#### **3.1 Pesquisa qualitativa**

Segundo Denzin & Lincoln (trad. 2006: 17), qualquer definição de pesquisa qualitativa deve ser entendida dentro de um campo histórico, uma vez que a pesquisa qualitativa tem um significado deferente em cada época. No entanto, os autores oferecem uma definição genérica, inicial: “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo”. Nesse sentido, entendo pesquisa qualitativa como um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão maior visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações que, segundo os autores, incluem as notas de campo, as conversas, as gravações, os lembretes e as entrevistas.

Selecionei a metodologia explicitada, pois esta possui como métodos de coleta de dados as entrevistas semi-estruturadas, observação, relatos e nota de campo; e como método de análise, o proposto pela ADC, que é entendido como método de pesquisa qualitativa. Em relação a essa última farei uma discussão na Seção 3.2.

O primeiro contato para a escolha de tais métodos deu-se por meio de leitura e análise de Ellsberg & Heisi (org.) (2005: 73), que, por ser uma coletânea produzida pela Organização

---

<sup>26</sup> Programa distrital que tem por finalidade abrigar mulheres em situação de ameaça de morte.

Mundial de Saúde (OMS), explicita quais os métodos mais adequados para trabalhar-se com o tema da violência contra mulher, apresentando os vários métodos e suas implicações para o tema. As autoras afirmam que a pesquisa qualitativa é considerada como método mais adequado quando o intuito do pesquisador for permitir uma avaliação específica, promovendo “um entendimento da atitude de uma comunidade acerca da violência e a resposta e atitudes de atores institucionais”<sup>27</sup>.

Segundo Flick, as idéias centrais que conduzem a pesquisa qualitativa diferem daquelas empregadas na pesquisa quantitativa:

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos. (Flick 2004: 20)

Debates semelhantes estão em Maison (1996) e Silverman (2000), que indicam etapas a serem pensadas quando se apresenta um trabalho qualitativo, principalmente quanto a questão da validade do mesmo. Seguindo a orientação proposta, optei pela elaboração de um trabalho que possui como cerne a pesquisa qualitativa, pois a mesma propicia reflexão a respeito das questões culturais que envolvem o problema da violência doméstica.

Na pesquisa qualitativa, segundo Denzin & Lincoln (2006: 377), a medida em que os pesquisadores juntam-se aos participantes na investigação do problema em foco, a linha que divide o papel de pesquisador(a) e de participante perde a nitidez e o controle sobre a representação passa a ser mais compartilhado. Considerando o aspecto de validade, observo que talvez o tema tenha chamado a minha atenção por ter em minha ‘identidade pessoal’ a presença da ‘identidade coletiva’ feminina, o que me faz refletir a respeito de outras mulheres que estão em situação de submissão a um poder imposto social e culturalmente, a hegemonia masculina.

Maison (1996) apresenta algumas questões que deveriam ser elucidadas para que a pesquisa qualitativa se torne válida e possa ser desenvolvida. Por meio das questões propostas pela autora o foco da pesquisa foi mais bem delimitado. Ao responder a questões como: qual a realidade social que quero investigar e qual meio apresenta evidências do que quero investigar, além de questões como: porque estou fazendo isso, tornou-se mais nítido o foco da pesquisa.

---

<sup>27</sup> Minha tradução para “(...) understand community attitudes toward violence and the responses and attitudes of institutional actors”.

As perguntas propostas pela autora delimitaram o foco deste trabalho na escolha de um local específico em que fossem mais visíveis casos de violência doméstica, em específico a questão de “porque motivo desenvolver a pesquisa” delimitou o foco para a Casa Abrigo, uma vez que a referida instituição acolhe mulheres que estão em situação de risco. Pensei que, ao dar voz a essas mulheres, estaria possibilitando também uma amplitude necessária à investigação.

Silverman (2000) apresenta uma discussão acerca da validade na pesquisa qualitativa observando outras indagações a respeito das adequações metodológicas e teóricas empregadas em cada pesquisa. O autor sugere métodos de análise centradas em aspectos lingüísticos envolvendo pessoas em situação de risco. Algumas alternativas tornaram-se possíveis, mas como faz parte do objetivo da pesquisa a análise de identidades das mulheres vítimas de violência e possíveis influências de discursos a que estão submetidas, julguei mais adequado optar por uma pesquisa qualitativa que utilizasse a entrevista semi-estruturada, relatos, observação e notas de campo como métodos que permitissem observar o discurso produzido pelas próprias mulheres.

### **3.2 Análise de Discurso Crítica como método**

A ADC constituiu-se, conforme explicitado no Capítulo 1, como teoria e método dessa pesquisa. Segundo Fairclough (trad. 2001a), a ADC como método é entendida como um trabalho analítico da ‘rede de práticas sociais’ para compor uma visão de prática social específica.

Para a construção da metodologia do presente trabalho, foram considerados os métodos expostos por Fairclough (trad. 2001a), além de Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003), observando que os trabalhos assinalados não são excludentes e sim complementares.

Segundo os autores, a ADC apresenta sua parte teórica que não deve se dissociar da parte metodológica, pois metodologia e teoria complementam-se. Observando que a pesquisa em questão relata a análise de uma prática social, optei por seguir a proposta de Chouliaraki e Fairclough (1999: 60), que propõem cinco etapas para análise: *a delimitação de um problema, os obstáculos a serem enfrentados, a função do problema na prática, os possíveis modos de ultrapassar os obstáculos e a reflexão sobre a análise*. Deve-se considerar que, como parte da análise dessas etapas, há também algumas subdivisões para uma delimitação mais específica.

Segundo Resende & Ramalho (2006: 37), o enquadre metodológico de Chouliaraki e Fairclough (1999) pode ser observado considerando o seguinte enquadre metodológico, que modifiquei de acordo com o proposto por Fairclough (2003).

Quadro 3.1 – Etapas do enquadre metodológico para ADC, baseado em Resende & Ramalho (2006: 37)

<b>ETAPAS DO ENQUADRE METODOLÓGICO PARA ADC</b>		
1) Um problema (atividade, reflexividade)		
2) Obstáculos para serem superados	(a) análise da conjuntura	
	(b) análise da prática particular	(i) práticas relevantes
		(ii) relações do discurso com outros elementos da prática
	(c) análise de discurso	(i) significado acional
		(ii) significado representacional
		(iii) significado identificacional
3) função do problema na prática		
4) Possíveis maneiras de superar os obstáculos		
5) Reflexão sobre a análise		

Observando o proposto pela metodologia, foram delineadas as seguintes etapas: para a identificação de um *possível problema social*, teve-se como início a observação das relações de poder que se estabeleciam entre os gêneros sociais quando relatados fatos de violência doméstica.

Segundo Giddens (trad. 1993), Bourdieu (trad. 2005) e Castells (trad. 2006) a questão de gênero social está associada à questão de poder. Para os autores, existe uma autoridade imposta pela figura masculina que é construída, reforçada e disseminada historicamente, configurando assim um discurso hegemônico<sup>28</sup>.

As entrevistas com mulheres vítimas de agressão que fazem parte do programa da Casa Abrigo possibilitaram entender um problema social relevante, a violência doméstica, que se baseia nas relações de poder e ideologia, constituindo, assim, a primeira etapa metodológica para uma análise de discurso crítica, *o problema* a ser enfrentado.

<sup>28</sup> Ver Capítulo 2.

Como segunda etapa metodológica, houve a *identificação dos obstáculos a serem enfrentados* com a *análise da conjuntura*, que indica a configuração das práticas sociais nas quais o discurso está situado; a *análise da prática particular*, com ênfase para o momento no qual o discurso está situado, bem como sua relação com outros momentos da prática social. Nesse ponto, busquei uma reflexão acerca dos elementos históricos que compunham o problema, porque as relações de gênero estão ligadas à violência doméstica, e quais as representações feitas em relação a gênero na sociedade. Após esse ponto, foram delimitados alguns discursos sociais, os quais denominei de: discurso religioso, discurso familiar tradicional, discurso terapêutico e discurso jurídico.

A *análise do discurso* é apresentada em Chouliaraki & Fairclough (1999) subdividida em: análise estrutural e interacional. Fairclough (2003) postula, em referência a esta etapa, três tipos de significados que atuam junto ao texto, ampliando e aprofundando os conceitos de discurso, gênero e estilo como possibilidades de análise textual. Ao constatar que a prática social está situada em uma 'rede de práticas sociais' e ao analisar os significados presentes nos discursos das mulheres vítimas de agressão, observei a construção identitária, à medida que analisei aspectos da representação, da identificação e da ação.

A terceira etapa metodológica proposta pela ADC é a *função do problema na prática*, ou seja, a análise do aspecto problemático do discurso como tendo uma função particular na prática social e discursiva, que, no presente caso, é explicitado ao considerar que o discurso molda identidades e é moldado pelas mesmas, gerando novas identidades e representações no contexto social.

Na quarta etapa, temos *os possíveis modos de ultrapassar os obstáculos*, em que se deve fazer uma análise dos modos de ação transformadora, observando a incompletude da conjuntura, suas falhas. Nesta pesquisa, analiso a influência do texto legal, Lei Maria da Penha, na transformação de identidades, ao considerar que aspectos de transformação de identidades por parte das mulheres vítimas de violência doméstica passam por uma ação transformadora, a partir do momento em que essas mulheres ficam obrigadas a produzir determinada ação, nesse caso oferecer denúncia sem poder retirá-la.

Finalmente, temos como última etapa, a *reflexão sobre a análise* que observa o preceito de que inseridos, pesquisadora e pesquisadas, na modernidade tardia<sup>29</sup>, e observando o preceito de que uma análise crítica deve ser reflexiva, considerando suas múltiplas ações na vida social, deve haver uma reflexão sobre a própria análise apresentada.

---

<sup>29</sup> Conceito proposto por Giddens (1991), detalhado no Capítulo 1.

### 3.3 Pesquisa Qualitativa e Análise de Discurso Crítica

Segundo autores como Silverman (2000) e Denzin & Lincoln (trad. 2006), a pesquisa qualitativa segue a linha de possibilidade de interpretações, sendo esta abertura um dos fatores que propiciam uma investigação social. Porém, sem uma reflexão a respeito da posição adotada pelo(a) pesquisador(a), a pesquisa pode conduzir a alguns equívocos e ser questionada quanto a sua validade. A teoria crítica e a pesquisa qualitativa tornam-se complementares quando pensamos em uma pesquisa reflexiva, uma vez que ambas apresentam etapas de observações e considerações a respeito do papel desempenhado pelo pesquisador.

Nesta perspectiva, observa-se que a ADC origina-se de uma linha de teoria crítica. Segundo Fairclough (trad. 2001a: 28) “‘crítico’ implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção”, e, por esse motivo, cabe a transdisciplinaridade em seu caráter metodológico, pois outras metodologias contribuem para visão das ‘conexões e causas que estão ocultas’. A união dos métodos propostos pela pesquisa qualitativa e pela ADC podem e devem ser complementares para a caracterização e análise de uma prática social específica. Para a análise deste trabalho, considere as etapas propostas pelo método da ADC para análise dos dados originários de diversos métodos qualitativos.

Ainda considerando o aspecto de alternativa de validade, busquei uma triangulação de métodos para as coletas de dados, entendendo que triangulação, segundo Stubbs (1983: 234), é a combinação de vários métodos para indicar interpretações a respeito de uma questão investigativa. Conforme o quadro a seguir, busquei a triangulação ao considerar os seguintes métodos para a coleta de dados:

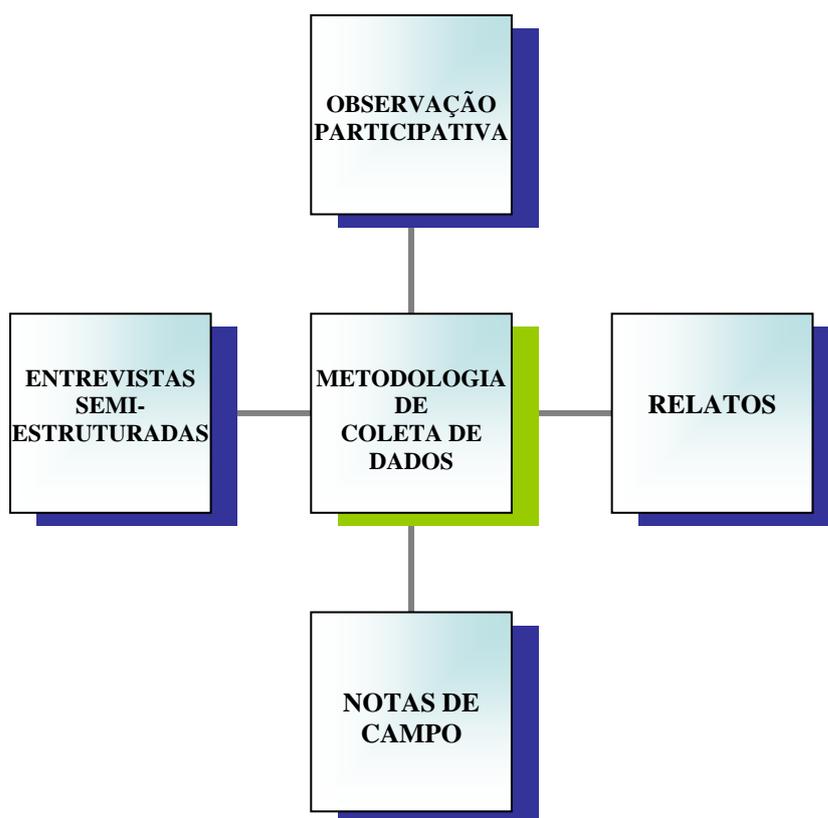


Figura 3.1 – triangulação metodológica para coleta de dados

Considerando a opção pelos referidos métodos para a construção do *corpus*, passarei a delimitação das etapas que foram realizadas para construção do mesmo, observando a questão do contexto em que estão situadas as mulheres vítimas de violência doméstica.

### 3.4 Os contextos da pesquisa

Na presente subseção, apresentarei os percursos do trabalho de campo, como foram coletados os dados e quais os desafios percorridos por tratar-se de pesquisa que envolve conceitos éticos e sociais.

Magalhães (2006: 73) faz uma reflexão a cerca de poder, ética e validade, explicitando que, na relação entre pesquisador(a) e pesquisados(as) há uma interação em que podem se evidenciar questões de poder, levantando questões éticas e de validade em relação à pesquisa.

Ao apresentar uma reflexão a respeito da coleta dos dados, adoto um olhar crítico que revela aspectos de validade e ética que foram considerados ao estabelecer como tema a violência doméstica.

### 3.4.1 O lugar

O lugar de escolha para a coleta de dados foi a Casa Abrigo. Esta, enquadra-se em um programa governamental que tem por finalidade acolher mulheres vítimas de agressão e que estão sob ameaça de morte. A delimitação deste espaço foi necessária devido à complexidade e as variedades de conceituações de violência de gênero, observando também que, por ser um local de atendimento específico, todas as mulheres submetidas ao programa enquadram-se em um determinado perfil, o que contribuiu para uma análise mais específica.

O local é sigiloso e para ter acesso ao mesmo foi necessária autorização do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal (CDMDF), órgão distrital que é responsável por políticas ligadas aos direitos das mulheres, o que demandou muito trabalho de campo, pois, para conseguir a autorização foram necessárias várias visitas ao CDMDF.

A Casa Abrigo é uma casa, geralmente alugada, que possui como uma de suas especificidades a mudança de local a cada dois anos, com o intuito de evitar a localização da mesma por parte de algum dos agressores. O seu objetivo é propiciar um local seguro em que as mulheres e crianças, vítimas de violência doméstica, possam passar por atendimentos psicológicos e sociais para que reorganizem suas identidades e possam prosseguir com o trâmite jurídico. Segundo CDMDF (2003), o objetivo principal da Casa é o de “proporcionar segurança e proteção às mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, dando-lhes meios para que vençam o medo e denunciem seus agressores”.

Para proporcionar a segurança das mulheres, a Casa Abrigo muda seu lugar periodicamente, conforme já mencionado, e tem como parte de sua equipe técnica quatro vigias que ficam sob esquema de revezamento para evitar qualquer entrada de pessoal não-autorizado, além de possuir contato direto com a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), caso haja qualquer intercorrência.

Quanto à estrutura física, a Casa Abrigo que foi visitada é uma casa alugada grande com o perfil de uma casa familiar. Portanto, houve apenas algumas reformulações quanto aos cômodos. O espaço reservado ao que se denomina ‘sala’ nas construções convencionais foi transformado em um local para encontro tendo em uma parte um local para atendimento específico às mulheres, uma espécie de secretaria. Possui cozinha, lavanderia, parque para as crianças e uma piscina que estava desativada na época da entrevista. Possui sete quartos em que as mulheres são divididas, sendo indicado que as mesmas fiquem em quartos com seus filhos. Os banheiros são de uso coletivo. Possui salas para atendimento com psicólogos, e as mesmas foram construídas com divisórias próprias; uma sala para atendimento com

fisioterapeuta, que estava desativada, pois o contrato de prestação de serviço com o profissional estava suspenso; além de possuir local para atendimento educacional das crianças, uma biblioteca, em que há atividades específicas para elas.

Por ser um local sigiloso, de acesso restrito a pessoas autorizadas, precisei cumprir determinadas prerrogativas para que houvesse a coleta de dados, como ter uma autorização que só foi conseguida após dois meses de espera por atendimento no CDMDF, fato que transformou a proposta inicial da pesquisa, que seria a princípio etnográfica. Entretanto, devido aos entraves burocráticos tive apenas dois dias para as entrevistas em si. Explicarei melhor as etapas de autorização para visita na próxima seção.

### 3.4.2 O percurso

Para que a pesquisa pudesse se realizar, busquei um primeiro contato com a Casa Abrigo, descobrindo a que órgão o programa estava subordinado. Após uma pesquisa rápida, observei que a mesma vinculava-se ao Conselho dos Direitos da Mulher de Distrito Federal (CDMDF), órgão de manutenção distrital, e, após, um percurso de inúmeros contatos, consegui um encontro com a diretora do Conselho, que, no momento da entrevista, teve alguns problemas e não pode participar da mesma, conferindo a uma de suas secretárias a tarefa de auxílio para conseguir contato com a responsável pelo programa Casa Abrigo, o que foi feito e determinada a autorização.

Depois de conseguir um primeiro contato, foi realizada uma entrevista piloto com cinco mulheres, que não foram analisadas neste estudo, mas contribuíram para reformulação das perguntas semi-estruturadas, com intuito de desenvolver as questões para possível análise. Após discussão a respeito de entrevistas com seres humanos, feita informalmente com Carmem Caetano<sup>30</sup>, descobri que, por se constituir em uma pesquisa que envolve seres humanos, era necessária uma autorização do Comitê de Ética em Pesquisa, pois, segundo Resolução do Comitê Nacional de Saúde (CNS), Resolução nº 196/96, toda a pesquisa que envolve seres humanos, no caso, entrevistas com mulheres em situação vulnerável, deve ser aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa.

Neste caso, procurei o Comitê que estava ligado ao CONEP - Conselho Nacional de Ética e Pesquisa – da Instituição da qual faço parte, o Comitê de Ética da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília.

---

<sup>30</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, que desenvolve pesquisa a respeito de cuidados paliativos, na área de Análise de Discurso.

Destaco, nesta etapa, os inúmeros entraves burocráticos a que me submeti, visto que é necessária uma série de documentos, dentre eles, uma autorização da instituição na qual faria a pesquisa, a Casa Abrigo. Para isso, tornou-se imprescindível um novo contato com a instituição, que foi feito após mudança de governo, gerando mudanças administrativas, que exigiram uma nova autorização. Nesse momento, agendei reunião com a nova diretora do Conselho, que também não pode me atender e delegou a um secretário a função de me auxiliar no que fosse preciso para autorização e visita.

Após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, constatei que, por haver uma mudança de governo recente, no ano de 2006, além da mudança de diretoria, houve a diminuição considerável de funcionários que lidavam com as mulheres submetidas ao Programa, pois o contrato com uma empresa terceirizada que prestava serviços ao CDMDF, conseqüentemente à Casa Abrigo, havia sido questionado na justiça e gerou alguns problemas ocasionados pela falta de alguns técnicos especializados, como psicólogos e fisioterapeuta, que trabalhavam no local, no período em que foram coletados os dados.

Após aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, foi necessário agendar nova visita ao CDMDF, pois não poderia ir com meu próprio carro para a casa em que estava submetido o programa, por tratar-se de local sigiloso. Ao conversar com o secretário da CDMDF, foi estipulado um dia e horário em que apresentaria as questões e as faria. No dia agendado esperei pelo mesmo que não pode me atender e agendou novo dia para as entrevistas, fato que relato com muita indignação em minhas notas de campo.

No outro dia programado, o secretário pode me atender e designou um dos motoristas que ficam a disposição do Conselho para buscar as mulheres do Programa, pois as mesmas têm visitas de familiares e os filhos podem ver o pai somente no CDMDF, para me levar ao local em que as mulheres estão abrigadas. O motorista levou mais outros dois motoristas que estavam sendo contratados também para conhecer o local, todos esperaram até o término da entrevista para que pudéssemos voltar ao CDMDF. Na segunda entrevista, fiz contato com a diretora da Casa Abrigo, que me autorizou a ir ao local com condução própria, permitindo que ficasse por mais tempo no local.

Passarei à descrição dos processos utilizados para a pesquisa de campo e a coleta dados.

### 3.4.3 A pesquisa de campo e coleta de dados

Segundo Flick (trad. 2004), o acesso ao campo é “uma questão mais crucial na pesquisa qualitativa do que na quantitativa”, pois o contato que o cientista busca é mais próximo e mais intenso do que a entrega de um formulário. E no caso desta pesquisa, por se tratar de uma instituição pública, existem os entraves hierárquicos, em que se deve contactar as pessoas seguindo uma determinada ordem.

Após a autorização do CDMDF, houve um primeiro contato com a diretora da Casa Abrigo, que indicou, na primeira entrevista, a colaboração de psicólogas que buscavam conversar com as mulheres, me apresentando pouco antes da entrevista em si, indicando o objetivo e a importância da mesma. Na segunda entrevista, houve uma conversa prévia com as mulheres, portanto, quando cheguei ao local as mulheres já sabiam do assunto e já havia uma lista das que queriam participar da mesma.

Foram realizadas duas visitas oficiais de coleta de dados com a participação de cinco e seis mulheres, respectivamente, além de dois meses de observação e espera de autorização no CDMDF, por motivo de mudança de governo, o que impediu uma pesquisa etnográfica, pois o período de observação participativa e coleta de dados na própria Casa Abrigo foi curto.

O *corpus* para a pesquisa compõe-se de: entrevistas semi-estruturadas, relatos, notas de campo e observação participativa feitos com mulheres que participaram do programa da Casa Abrigo. As notas de campo tiveram também como finalidade, proporcionar a interpretação de algumas das representações apresentadas na análise.

#### 3.4.3.1 Entrevistas semi-estruturadas

As entrevistas foram realizadas observando o critério de semi-estruturação, pois o mesmo propicia uma participação das entrevistadas e da entrevistadora não sendo a mesma conduzida de maneira rígida.

Magalhães (2006: 77) destaca que “um primeiro passo para o debate das identidades sociais na relação entre pesquisadores ou pesquisadoras e participantes é a escolha dos métodos”, e observando que, na relação entre pesquisadora e pesquisadas em entrevistas, pode-se vincular questões de poder sendo imprescindível considerar questões éticas para que seja estabelecido um *rapport* entre pesquisadoras e pesquisadas.

O referido *rapport*, segundo Magalhães (*op. cit.*), pode ser conseguido por meio de uma ‘linguagem informal’, o que permite uma aproximação entre a pesquisadora e as

pesquisadas. Nesta pesquisa, quanto a questões relacionadas ao poder, foram observadas, além da aproximação por meio de uma linguagem informal, as posições espaciais adotadas nas entrevistas. Em discussão informal com Décio Bessa<sup>31</sup>, o mesmo observa que quando fazemos entrevistas e existe um local, por exemplo, uma mesa em que explicita noções de poder, como a mesa de professor(a) em que é reservado um local para o(a) mesmo(a). Se os(as) entrevistados(as) ficarem na posição destinada ao professor(a), há uma aproximação por parte do(a) pesquisador(a), pois o(a) mesmo(a) já está em uma posição que denota questões de dominação em relação aos(as) entrevistados(as) e, se assumir um local que denote outra imposição de poder, pode fazer com que os(as) entrevistados(as) se retraiam.

Neste trabalho, em relação a primeira entrevista, foi destinado pelas psicólogas, como local de entrevista, a sala reservada para fisioterapia, uma vez que a mesma não estava sendo utilizada, já que o contrato com o(a) profissional estava suspenso. Na sala, havia uma mesa em que se tinha a posição destinada à(o) fisioterapeuta e outra destinada a pessoa a ser atendida. Tentando minimizar as possíveis relações desiguais de poder que poderiam surgir, já que as mulheres poderiam não estar familiarizadas com entrevistas, optei por destinar como local para as entrevistadas a cadeira que seria destinada à(o) fisioterapeuta, fato que chamou atenção de algumas que diziam que o assento era apropriado a mim, já que eu era a pesquisadora.

Optei pela entrevista semi-estruturada pois, como afirmam Ellsberg & Heisi (org.) (2005: 130), torna-se importante a utilização desse método quando se tem como objetivo principal a ‘comunicação conversacional’ para coletar informações referentes a ‘eventos históricos, opiniões, interpretações e pensamentos’.

Passarei a explicitar quais as questões que foram estruturadas e como foram elaboradas, buscando responder as questões de pesquisa do presente trabalho, explicitadas na introdução desta dissertação.

#### **3.4.3.1.1 Questões semi-estruturadas**

As entrevistas tiveram por base as seguintes questões:

1. Quantos anos você tem?
2. Onde você nasceu?

---

<sup>31</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, que desenvolve pesquisa a respeito de moradores de rua e exclusão social, na área de Análise de Discurso.

3. Onde você morava antes de vir para Brasília?
4. Quantas pessoas moravam em sua casa, antes de vir para Casa Abrigo?
5. Como era a vida em sua casa?
6. Como era sua relação com seu companheiro?
7. O que você acha de seu companheiro?
8. Como você veio para a Casa Abrigo?
9. Como você soube da Casa Abrigo?
10. Como você vê a nova Lei Maria da Penha de violência contra mulher?
11. Como você se sentia antes e depois de vir para Casa Abrigo?
12. Porque você acha que aconteceu esse fato com você?
13. Como você espera superar esse fato?

Todas as questões foram elaboradas considerando aspectos éticos e de relação com as questões de pesquisa, além de observar se seriam indicadas para uma interação entre entrevistadas e entrevistadora, pois as mesmas não se conheciam.

As questões de 1 a 4 foram tomadas como questões gerais, com o intuito de que houvesse uma aproximação para perguntas mais pessoais ou que pudessem trazer recordações traumáticas, pois todas as mulheres estavam submetidas a um programa de atendimento a violência doméstica e as perguntas seguintes poderiam trazer lembranças relacionadas ao episódio da agressão. Estas perguntas tiveram com objetivo estabelecer um *rapport*, uma aproximação entre pesquisadora e pesquisadas, além de ser uma forma de identificação das entrevistadas.

As questões de 5 a 9 propiciam relatos<sup>32</sup>, pois as mulheres retomam o fato da agressão antes de irem para Casa Abrigo e revelam a possível identidade que as mesmas atribuem a seus agressores, indicando uma representação adotada antes de submeterem-se ao programa. A questão 10 pode revelar indícios de uma possível relação dialética entre identidades e a implantação da Lei nº 11.340/06<sup>33</sup>.

As questões de 11 a 13, além de retomarem o episódio da agressão, revelam questões identitárias, pois fazem com que a entrevistada retome sentimentos e indique representações de si, permitindo a análise do aspecto do impacto do Programa em suas identidades ao se identificarem antes e após estarem situadas na Casa Abrigo.

---

<sup>32</sup> Conceito que será explicitado na Seção 3.4.3.4

<sup>33</sup> Lei de proteção à mulher vítima de violência doméstica, conhecida e divulgada como Lei Maria da Penha.

### 3.4.3.2 Observação participativa

Durante as entrevistas, foram observados aspectos estruturais do local bem como a integração das mulheres, suas atividades e participação da equipe do programa. Dessa forma, uma etapa de maior contribuição para uma visão da realidade vivenciada pelas mesmas, fato observa o preceito de Fairclough para elaboração de um *corpus*, pois

(...) trata-se, em parte, de um problema prático de saber-se o que é útil, e como chegar até lá, mas também de ter-se um modelo mental da ordem de discurso da instituição, ou do domínio do que se está pesquisando, e os processos de mudança que estão em andamento, como preliminar para decidir-se onde coletar amostras para o *corpus*. (Fairclough, trad. 2001a)

Tendo a observação como completude da entrevista, tem-se uma maior amplitude de análise do discurso da instituição em que as mulheres entrevistadas estão situadas. A observação foi considerada participante, pois, conforme propõe Flick (2004: 152), a(o) observador(a), no caso, a pesquisadora, ‘mergulha de cabeça no campo’, na medida em que está na posição de pesquisadora, fato que contribui para observar aspectos não verbais e que podem influir nos comportamentos e identidades no momento da pesquisa, geralmente observados e relatados em notas de campo.

### 3.4.3.3 Notas de campo

A nota de campo é de extrema importância para o entendimento de uma determinada parte da sociedade, nela o(a) pesquisador(a) apresenta suas crenças e revela conhecimento tácito, conforme explicitado por Wolfinger (2002). Por meio das notas de campo, podem-se analisar as interações que ocorreram durante a entrevista e perceber quais as crenças e valores permeavam tanto a visão da pesquisadora quanto das pesquisadas, para que haja uma reflexão da pesquisa propriamente dita.

A nota de campo, na presente pesquisa, foi elaborada após as entrevistas, no mesmo dia em que aconteceram as mesmas, mas não houve anotações durante a visita, devido ao pouco tempo de permanência no local e por julgar inoportuno fazer anotações entre uma entrevista e outra.

Algumas anotações contribuíram para análise de questões identitárias, como perceber que no CDMDF existia um cartaz em que estava retratado uma mulher com a canção de Vinícius de Moraes “eu sei que vou te amar”. Após uma reflexão a respeito da letra da música percebi uma contradição pois, para mulheres que estão tentando esquecer algo relacionado ao afetivo, uma música que explicita um amor eterno pode remeter ao discurso da família tradicional que indica que as uniões são indissociáveis.

Além do exposto, percebi também que, durante visita à Casa Abrigo para as entrevistas, existia, na sala de fisioterapia, um cartaz remetendo a um provérbio que tinha como intuito levar a reflexões acerca de um possível erro, identificando que perdoar não é esquecer, mas aprender com erros é não cometê-los novamente, o que propicia uma reflexão a respeito da situação de violência em que as mulheres são submetidas, permitindo que as mulheres pensem no ‘ciclo de violência’ a que estão submetidas.

#### **3.4.3.4 Relatos**

Nas entrevistas semi-estruturadas, houve algumas perguntas que remetiam a relatos pessoais de como as mulheres haviam chegado à Casa Abrigo. Os mesmos poderiam referir-se a episódios de violência e por isso o papel da entrevistadora torna-se fundamental na medida em que delimita o tempo e como as perguntas seguirão após apresentação de fatos marcantes.

Os relatos surgiram de maneira espontânea a partir do momento em que as mulheres eram perguntadas a respeito de certos aspectos que as conduziam a falar de determinado tempo em suas vidas. Por meio desses relatos apresentados pude fazer uma pequena contextualização de suas identidades, que será apresentada na próxima seção.

### **3.5 As entrevistadas**

Para que haja familiaridade em relação às entrevistadas, farei uma forma de identificação pessoal das mesmas para que se possam obter informações relevantes antes da explicitação das análises, uma vez que as entrevistadas não serão identificadas por meio de seus nomes reais, e as histórias pessoais estão diluídas nos relatos apresentados.

### **3.5.1 Telma**

Estava com vinte e nove anos, no momento da entrevista, estava em Brasília há onze anos e tinha dois filhos, que estavam com ela na Casa. Foi para Casa Abrigo após conversa com uma 'patroa' que afirmou ter uma casa que recebia mãe solteira, mas que a mesma teria de denunciar o marido, estava há seis meses na Casa. Telma afirma que não agüentava mais as agressões por não afetar somente a si mesma, mas também seus filhos. Também participou da entrevista piloto.

### **3.5.2 Bisa**

Estava com quarenta e três anos no momento da entrevista e foi para Casa Abrigo por se envolver com um 'rapaz' que estava em condicional e utilizava drogas. Bisa afirma que era também um pouco 'doida' e que participava com o companheiro de bebedeiras. Foi para Casa Abrigo após ameaça à si mesma e à sua família. Morava com companheiro, mas não tinha filhos morando com os dois.

### **3.5.3 Jô**

Estava com vinte anos no momento da entrevista e afirmou morar em cidade satélite próxima de Brasília e que 'pedia' nas ruas. Tinha dois filhos que foram levados para um abrigo pela vara da infância. Entrou para Casa abrigo após o companheiro ter 'cortado seu dedo'. Afirmou que ainda gosta do companheiro e da dificuldade de ficar sem os filhos. Falou pouco, parecia estar envergonhada, mas muito emocionada ao comentar a respeito dos sentimentos em relação a seu companheiro.

### **3.5.4 Camila**

Estava com vinte e cinco anos no momento da entrevista e vinha da Bahia há pouco tempo, dois anos. Tinha uma filha pequena, que estava com ela na Casa Abrigo e só denunciou o companheiro após ter sofrido violência física do companheiro. Estava na Casa há duas semanas e não teve contato com nenhum de seus familiares até a data da pesquisa. Estava bastante emotiva e afirmou que o companheiro começou às agressões após o consumo de bebida e a influência de amigos que afirmaram que ela o estaria traindo.

### **3.5.5 Rosana**

Estava com trinta e nove anos no momento da entrevista e tinha um filho pequeno que a acompanhava na Casa Abrigo. Tinha chegado ao programa há dois dias e estava em fase de adaptação. Estava muito angustiada e ainda possuía pensamentos de suicídio. Entrou na Casa abrigo após ter sido espancada por seu companheiro que sempre a maltratava, mas que estava piorando, pois havia constituído outra família e como era casado com Rosana não poderia sustentá-la. Para ela, os espancamentos eram para que a mesma desaparecesse e o agressor pudesse ficar desimpedido e contrair outro casamento.

### **3.5.6 Joana**

Estava com vinte anos momento da entrevista e tinha dois filhos pequenos, que estavam com ela na Casa. Morava em cidade satélite próxima de Brasília e parecia muito tímida durante a entrevista. Foi à Casa Abrigo após ter sido espancada por seu companheiro que foi preso e, após fiança de seiscentos reais, libertado. Não pretendia voltar para o companheiro.

### **3.5.7 Júlia**

Estava com quarenta e sete anos no momento da entrevista e fez o relato que mais chamou minha atenção, pois o companheiro ateou fogo em suas pernas e genitais e a mesma ‘agüentou caladinha’. Esperou um momento oportuno, após dois dias, quando conseguiu fugir e pedir socorro a uns vizinhos, pois morava em uma espécie de chácara. Era seu segundo relacionamento e só prestou denuncia por intermédio da equipe do hospital que a orientou.

### **3.5.8 Lia**

Estava com trinta e um anos no momento da entrevista e tinha dois filhos, uma filha de um relacionamento anterior e o segundo do companheiro que a ameaçou. Estava na Casa Abrigo há doze dias. Decidiu denunciar depois de perceber que as ameaças também estavam afetando os filhos. Acreditava que quando o companheiro bebia ficava mais nervoso.

### **3.5.9 Valentina**

Estava com trinta e quatro anos no momento da entrevista e tinha três filhos, dos quais apenas o pequeno de sete meses estava com ela, o mais velho estava com o pai e o do meio com seu irmão. O filho mais velho é fruto de um primeiro relacionamento, os dois menores são filhos do companheiro que a agrediu. No primeiro relacionamento também foi vítima de agressão, mas no segundo a primeira vez que foi agredida denunciou. Acredita que o comportamento de seu companheiro é afetado pela bebida.

### **3.5.10 Lúcia**

Estava com trinta e nove anos no momento da entrevista e sofreu diversas agressões por parte de seu companheiro, que era ‘perigoso’, pois se tratava de um infrator das leis. Acredita que seu companheiro fazia tudo porque tinha na família um delegado que o ‘acobertava’. Após espancamento de quase morte resolveu denunciar e submeter-se ao programa Casa Abrigo.

### **3.5.11 Fátima**

Estava com dezenove anos no momento da entrevista e tinha um filho pequeno. Morava só com seu companheiro e afirma que a violência começou após o nascimento de seu filho. Estava submetida ao programa Casa Abrigo há um mês. Falou pouco, pois estava amamentando e parecia preocupada.

## **3.6 Conclusão**

A metodologia é uma ferramenta importante em qualquer pesquisa. Por meio de uma análise do que foi feito metodologicamente, podem-se inferir determinados valores e crenças, pois é impossível fazer uma pesquisa sem adotar determinada posição. Em relação à pesquisa, feitas com as mulheres entrevistadas, ressaltou as dificuldades apresentadas para coleta de dados, observando que todas as mulheres entrevistadas estavam submetidas ao programa Casa Abrigo que tem como finalidade a defesa e valorização da vida das mesmas. Com a preparação das mulheres pela equipe de psicólogos da Casa Abrigo foi possível fazer as

entrevistas, tentando torná-las menos dolorosas, pois foram retomadas sensações que as mulheres, talvez quisessem esquecer.

Por meio das entrevistas com mulheres vítimas de violência doméstica e das observações feitas em campo, percebi histórias de sofrimento e luta contra algo que parece ambivalente: ter ódio por alguém que está próximo e que, em algum momento, elas amaram, e que por razões apresentadas pelas próprias mulheres como sendo externo, como o fato de se envolver com drogas (lícitas ou ilícitas), tornou-se agressores, gerando um ciclo que muitas vezes ‘não parece ter fim’.

## CAPÍTULO 4

### DISCURSO E IDENTIDADES

No presente capítulo, farei a análise de relatos produzidos por mulheres vítimas de violência doméstica, submetidas ao programa Casa Abrigo<sup>34</sup>, tendo por base a metodologia e teoria da ADC – Análise de Discurso Crítica –, baseada principalmente em Fairclough, já apresentada nos Capítulos 1 e 3. Para um entendimento das posições identitárias envolvidas, cabe ressaltar a relevância de uma análise da prática social em que as mulheres entrevistadas estão situadas, observando que estamos em uma sociedade em que há questionamento de gênero social que ocupa determinadas posições, implicando ações construídas por processos ideológicos e por lutas por poder. Conforme delimitado no Capítulo 1, a teoria da ADC, seguindo os pressupostos metodológicos apresentado por Chouliaraki & Fairclough (1999) e considerando o modelo desenvolvido primeiramente por Fairclough (trad. 2001a) e as reflexões propostas por Fairclough (2003), pode-se desvelar a rede de práticas sociais na qual as mulheres entrevistadas estão situadas, bem como sustentar a análise das identidades apresentadas nos relatos das mesmas, uma vez que as práticas sociais são investigadas pela Teoria Crítica do Discurso<sup>35</sup> por uma ‘perspectiva dialética’, em que prática social, evento e estrutura social relacionam-se e propiciam mudanças mútuas. Cabe observar, ainda, que é por meio de crenças, posições e valores que se constituem as identidades.

Para facilitar o entendimento da análise, o capítulo trará nas Seções 4.1 e 4.2 um desenvolvimento da metodologia com base em Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (trad. 2001a). Na Seção 4.2, será comentada uma alteração em relação à proposta metodológica inicial ao incorporar-se, também, o proposto por Fairclough (2003), observando-se as categorias de significados do discurso. Após as análises por meio da referida divisão, na Seção 4.3, passarei a investigações das identidades apresentadas pelas mulheres, tanto de si quando de seus agressores em seus relatos, bem como a possível influência do texto jurídico nas mesmas nas Subseções 4.3.1 e 4.3.2, apresentando as posições identitárias e os elementos da prática social, em combinação com conceitos identitários propostos por Castells. Na Seção 4.4 farei uma conclusão a respeito do capítulo.

---

<sup>34</sup> Programa de proteção às mulheres que estão sob grave ameaça.

<sup>35</sup> Conforme o Capítulo 1.

#### 4.1 Análise da conjuntura: As relações dialéticas no contexto de violência doméstica

O problema de violência contra as mulheres em ambiente doméstico precisa ser definido observando o contexto social no qual está situado. Desenvolve-se uma análise efetiva quando se observam as relações das práticas sociais, das estruturas sociais e dos eventos sociais envolvidos.

Ao registrar a existência do referido problema social, tomarei por base a questão do gênero social, pois o mesmo apresenta-se como categoria principal para o estudo da prática social de violência doméstica em relação às mulheres. Conforme explicitado no Capítulo 2, o gênero social, tomado pela definição de masculino e feminino, produz uma ação social na estrutura de nossa sociedade. Apesar de, após a revolução da perspectiva feminista iniciada ao final da década de 1960, serem concedidos direitos e acessos a aspectos da estrutura social às mulheres, ainda se notam nas relações sociais, as questões de poder e de ideologia em que há uma hegemonia ligada à figura masculina.

Segundo Castells (trad. 2006: 170-71), a figura feminina, após a revolução feminista, consegue muitos direitos, dentre eles o voto. Nos dias atuais, trava-se uma ‘batalha’ para a conquista de determinados direitos, como o de ter reconhecido que sofrem discriminação. O autor defende que, como qualquer ‘revolução’, há uma luta em que milhares de mulheres ainda perdem a vida.

(...) Na verdade, embora a discriminação legal tenha, de certo modo, diminuído e a tendência seja que o mercado de trabalho venha a se equalizar à medida que o nível de educação da mulher aumenta, a violência interpessoal e o abuso psicológico tem-se expandido em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda de poder (...) (Castells, trad. 2006: 170-71)

Quando falo de diferenças de gênero social, indico que já existem pressupostos culturais que implicam determinados atos, valores, crenças e identidades. Segundo Lazar (2005: 7), “para a perspectiva feminista, a concepção predominante de gênero social é entendida como uma estrutura ideológica que divide as pessoas em duas classes, homens e mulheres, baseadas em uma relação hierárquica de dominação e de subordinação, respectivamente”<sup>36</sup>. Quando se toma por base a assertiva mencionada percebe-se que, na

---

<sup>36</sup> Tradução minha para “From a feminist perspective, the prevailing conception of gender is understood as an ideological structure that divides people into two classes, men and women, based on a hierarchical relation of domination and subordination, respectively”.

sociedade, há ainda uma relação de dominação masculina<sup>37</sup>, em que determinadas ações, no presente caso, são produzidas pela figura masculina.

Na sociedade contemporânea, muito se tem discutido a respeito das identidades, considerando as mudanças da modernidade tardia<sup>38</sup>. Para autores que utilizam esse conceito, a sociedade presente é reflexiva e, por meio de questionamentos e indagações, existem possibilidades de ações que podem levar a transformações sociais, dentre elas o próprio discurso se configurando como ação (Fairclough, trad. 2001a), conforme apresentado no Capítulo 1.

Tentando analisar se as mulheres entrevistadas estão situadas em um contexto de reflexividade, observo que não há uma variedade de escolhas que possam ser tomadas para evitar que sofram mais violência. Entretanto, não podemos negar que essas mulheres foram expostas a discursos que as orientaram a uma possível reflexão e decisão de participar do programa Casa Abrigo, como o discurso jurídico que explicita os direitos que são violados em caso de violência. Após ingresso no Programa, há o discurso de emancipação feminina que orienta as diretrizes do mesmo, que possui como uma de suas finalidades a capacitação profissional como forma de desenvolver aptidões profissionais ‘valorizando’ a ‘auto-estima’.

As mulheres formam suas identidades ao serem apresentadas, desde seu nascimento, a discursos de diferenças entre homens e mulheres, entrando em contato com um discurso binário, em que o poder concentra-se de forma simbólica na figura do homem<sup>39</sup>. É esse discurso que permite que as pessoas assumam determinados papéis, específicos. No presente estudo, as mulheres, além de pertencerem a uma prática social familiar e de trabalho feminino, todas estão submetidas ao programa Casa Abrigo e sofrem algumas restrições, sendo a principal a de liberdade, fato demonstrado na fala de Camila.

Tatiana: O que que você acha da Casa Abrigo?

Camila: (...) Eu acho muito assim... eu fico... **a gente fica... se sente muito presa aqui dentro...** a gente acha que a gente é que... fez alguma coisa de errado, e **fica presa**, e eles lá solto, fazendo o que quer da... O que eu mais prezo é a **minha liberdade**, né? Estou aqui... eu me sinto assim, **muito presa...** que eu trabalhava, eu tinha minha vida particular assim, então... ( ) lá em casa também eu não estaria não, mas, **pelo menos tem aquele ar, aquele ar, aquela respiração** mais... e aqui já eu não tenho muito, mas é bom aqui.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> O conceito de ‘dominação masculina’ tem por base Bourdieu (trad. 2005), discutido, também, no Capítulo 2.

<sup>38</sup> Conceito explicitado por Giddens (1991: 1,5).

<sup>39</sup> Conceito de representação simbólica adotada por Bourdieu (2005: 32-44).

<sup>40</sup> Não houve preocupação em desenvolver transcrições fonéticas, pois o presente estudo direcionou-se para análise do conteúdo das entrevistas.

Além de terem de se acostumar com uma nova prática social, pois tiveram de deixar seus lares para ir morar em um lugar desconhecido, as mulheres entrevistadas também passaram por um trâmite legal que determina outra prática social: precisam observar o que é exposto por delegadas(os) para que possam procurar o auxílio da Casa Abrigo. Uma dimensão dessa prática é o discurso jurídico. Muitas mulheres só obtêm acesso a informações de quais direitos humanos estão sendo violados por sofrerem uma agressão quando encaminhadas às delegacias especializadas.

Cabe considerar a complexidade do contexto social dessas mulheres para observar a construção de identidades por meio do discurso, pois, segundo Woodward (trad. 2000: 55), “nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual adotamos uma identidade”. Ao considerar os contextos culturais, históricos, a estrutura social em que as mulheres estão situadas, aliados ao evento social em questão, o da violência doméstica, e suas relações com as práticas sociais que mantêm uma relação dialética com o mesmo, pode-se fazer uma análise da prática social e determinar a representação das identidades.

Passarei à análise de discurso propriamente dita, que se configura na análise da prática social específica, observando aspectos lingüístico-discursivos das entrevistas para ampliar as reflexões.

## **4.2 Análise de discurso: entendendo a prática social**

Na presente seção, farei uma análise detalhada da prática social em questão e dos aspectos lingüístico-discursivos observados nas entrevistas coletadas, seguindo como passos metodológicos o proposto por Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003).

Deve-se observar que a prática social de violência contra mulheres passa pelo processo de atuação do Estado, na medida em que as mulheres estão no programa Casa Abrigo, que recebe recursos do governo do Distrito Federal.

### **4.2.1 Análise dos elementos da prática em foco**

Fairclough (trad. 2001a) propõe a existência de uma relação entre discurso e prática social. Chouliaraki & Fairclough (1999) ampliam a discussão e, em Fairclough (2003), há uma definição de quais elementos estão presentes nas atividades sociais para que se estabeleça

uma prática social<sup>41</sup>. O autor afirma que as práticas incluem os seguintes elementos: atividades, sujeitos, instrumentos, objetos, tempo e espaço, formas de consciência, valores e discurso. Ao considerar o discurso como elemento da prática social, Fairclough sugere que as relações entre esses elementos configuram uma ‘ordem de discurso’<sup>42</sup>. Os discursos, como elementos das práticas sociais, associam-se a aspectos da ‘ordem social’, constituindo assim a ‘ordem de discurso’.

Ao analisar o contexto de violência doméstica nesta pesquisa, há, pelo menos, três práticas sociais distintas e que devem ser analisadas ao considerar as questões de gênero, poder, ideologia e identidade. Há a prática social da violência doméstica em si, ato de violência física, realizado por uma figura masculina que, no caso, é o marido, ou companheiro, que envolve as mulheres e seus familiares. Essa prática engloba discursos vinculados à família tradicional, à religião e ao gênero, e envolve questões ideológicas e hegemônicas em que o poder é centrado na força do opressor, de maneira simbólica e física<sup>43</sup>. Pode-se perceber a influência do discurso da família tradicional e do discurso religioso no seguinte relato:

Telma: Então, foi justamente ( )... ele começou a dizer que tinha ciúmes... não tinha, porque eu não acredito... eu não acredito nisso de jeito nenhum... E começou com negócio de ciúmes, e traição, e... e dele beber demais. Nossa, bebia demais, começa a beber assim... sem parar, sabe? Podia faltar tudo dentro de casa, mas, bebida, ele tinha que comprar. E aí a gente começou ( ) a me agredir muito, né? tanto verbalmente como fisicamente... e... eu... não agüentei mais... Os meninos já estavam crescendo... e só vendo aquela agressão, agressão... **Não era um pai que eu queria para os meus filhos... realmente... Porque, eu ficava com ele, mesmo sem gostar, mas porque eu pensava assim... ‘Não, ele vai ser um bom pai,’ né? ‘Os meninos precisam de um pai. Um pai’... Eu sempre acreditei nessa vida em família, sabe? Sempre acreditei.** Mas, como... começou a... nossa, maltratar todo mundo. Ele só não batia nos meninos quando estava bêbado, mas... o resto, ( ) tudo, tudo... Eu falei, ‘Não agüento mais não.’ Aí eu resolvi... denunciar ele... e foram, me trouxeram para cá. Já tem uns... seis meses que eu estou aqui. **Misericórdia**, não vejo a hora de sair.

No que diz respeito ao combate Estatal à violência de gênero no Brasil, há a prática social que chamo de ‘denúncia’, em que há presença de delegado(a) e policiais, na qual existe um contato com o ‘discurso jurídico’, tendo como forma de ação a denúncia do agressor. Nesse momento, há uma conscientização de que a agressão sofrida viola os direitos humanos e que não deve ser tolerada por parte da mulher. A mesma incorpora os referido discursos e os passa a utilizar como forma de defesa. Pode-se observar a influência desse discurso no

<sup>41</sup> Ver Capítulo 1, Seção 1.2.2.

<sup>42</sup> Conceito apropriado de Foucault, conforme explicitado no Capítulo 1, Seção 1.2.

<sup>43</sup> Conceitos explicitados por Bourdieu (trad. 2005).

seguinte relato, em que Bisa refere-se ao fato de seu agressor não ter sido preso na ocasião da agressão:

Tatiana : O que que você acha dessa nova lei?

Bisa : Eu acho ela... eu acho até que ela é uma boa, só que ela está mal elaborada. Ela precisa de ter uns reparozinhos muito... sabe? Por exemplo, assim... eu não entendo, tem certas coisas que não batem, **essa justiça**, ela é meia... meia falha não, ela é falha e meia. Porque, olha só, diz que dá cadeia de três anos... **o crime é afiançável**, de quinhentos reais a... até mil e pouco só, parece... Então, quer dizer... primeiro, se é afiançado... Vamos supor, se o cara me bate, **eu denuncio**, ele vai preso. Se ele tiver quinhentos reais, ele paga, vai para casa e me mata logo. Aí, não precisa mais de lei bosta nenhuma não. Para que essa lei então? Se o crime é **afiançável**, ele vai preso... sai, paga a fiança, vai para casa, me mata. E aí? Adiantou alguma coisa dessa lei? Não adiantou. Deveria ser **inafiançável**... se o indivíduo for preso, né? porque é muito raro ele ser preso também, já começa daí. O rapaz, para pegar três anos, acho que tem que fazer... tem que quase matar a mulher, porque não é possível... eu ainda não vi uma que entrou aqui, do tempo que eu estou... eu já estou aqui há quatro meses... não vi uma que entrou... que o homem foi preso, ou ficasse preso mais... O meu mesmo, ele foi preso por noventa dias... Mas não foi por minha causa. Não foi por causa da minha agressão. Sabe porque que foi? Foi porque ele... **descumpriu a autoridade**, o cumprimento do juiz. Ele se aproximou da casa da minha mãe, que tem menos de duzentos metros (da onde ele estava), por isso que... e ele foi **pego em flagrante**. Por isso que **ele foi preso**. O meu espancamento, ele ficou preso uma semana, cinco dias aliás, não foi nem uma semana... foram cinco dias. Então, quer dizer, ela está... entendeu? ela ainda não está funcionando. Outra coisa, por exemplo, o... o (Orlando), ele tem... ele estava **em condicional**... ele está em condicional... quer dizer, ele respondeu um processo, que é o meu, ele ficou preso por outra coisa... e não **quebrou a condicional dele**, acredita? Quer dizer... (não une), entendeu? Eu acho que a justiça, ela é falha por isso, não uniu. A partir do momento que o... que a **pessoa está em condicional**, ele já não deveria ser preso, muito menos solto... ele não poderia nem aprontar nada... **nem pensar em me bater (...)** Quer dizer, se ele passou três meses preso... **olha só, a condicional, a pessoa tem que carimbar de dois em dois meses a condicional**... Então, se ele passou três meses preso, **ele passou uma condicional sem ser carimbada**. Quer dizer, aí não **quebrou a condicional** do rapaz? É isso que eu acho assim, incrível. Como é que não bate, entendeu? Por isso que a lei não funciona.

Existe, em outro espaço e tempo, a prática social do programa de proteção da Casa Abrigo, que, após a intervenção do Estado, promove uma reflexão e desenvolve questionamentos a fim de atuar diretamente em crenças e valores para constituir uma nova forma de ação das mulheres na sociedade, trabalhando diretamente com questões psicológicas e identitárias. A Casa promove um programa terapêutico que apresenta o ‘discurso terapêutico’ como forma de lidar com emoções e sentimentos. As mulheres internalizam e trazem indicativos desse discurso terapêutico, conforme apresentado no seguinte relato:

Tatiana : Porque você acha que aconteceu isso com você?

Bisa : Ah, talvez por... por... talvez por assim, vamos dizer assim... se for falar, assim, **talvez por carência**, né? que **todo mundo tem... seu lado carente**. Então, às vezes você fica assim... **muito carente**, aí **se apegar a qualquer sete um que o homem joga**, no caso... a mulher também, não vou dizer que não tenha mulheres

pilantras, porque tem... Mas, **a mulher, por exemplo assim, fica mais carente...** aí vai na lábia do rapaz, ou do Don Juan, né? Don Juan... e aí eu... cáí assim, pela carência e pela:... **pela carência** dele... aliás, **pela carência** de um... de um companheiro... e pelo sete um dele que é muito forte, né? acho que foi isso.

Cabe considerar que as mulheres submetidas ao Programa Casa Abrigo estão em situação de grave ameaça e foram submetidas ao mesmo por não possuírem local em que possam ser abrigadas, existindo a possibilidade de serem mortas por seus agressores. Deve-se considerar ainda que, no ano em que foram feitas as entrevistas, a nova lei de proteção à mulher – Lei Maria da Penha – já estava implantada nas delegacias nacionais<sup>44</sup>.

Na seguinte subseção, farei a análise dos elementos das práticas sociais específicas e dos discursos, etapas que são apresentadas por Fairclough (2003), fazendo uma reformulação do método desenvolvido em Chouliaraki e Fairclough (1999). A proposta desta dissertação é que as referidas análises possam contribuir para identificar os efeitos da Lei Maria da Penha nas identidades das mulheres, além da construção das auto-identidades das mulheres e a das identidades de seus agressores, por meio de seus relatos.

#### 4.2.2 Análise lingüístico-discursiva: relações de elementos das práticas sociais

Fairclough (trad. 2001a) faz uma análise de várias correntes teóricas que deram suporte à configuração de sua teoria. Dentre elas há uma discussão dos estudos apresentados por Foucault, principalmente no que diz respeito a concepção de ‘ordem do discurso’. Para Fairclough, a concepção de poder apresentada por Foucault é a principal contribuição dos estudos foucaultianos para a ADC, pois ao considerar a ‘natureza discursiva do poder’, pode-se desenvolver uma análise de aspectos da prática na qual o discurso está situado. A ‘ordem do discurso’ é controlada por determinados centros de poder, como sugere Foucault:

(...) pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera seu estatuto, e que chamamos de ‘literários’; em certa medida textos científicos. (Foucault, trad. 2003: 22)

<sup>44</sup> Ver Capítulo 2, Seção 2.4.2.

Considerando a referida assertiva e discussão de ‘ordem de discurso’ proposta por Fairclough (trad. 2001a: 80), podemos desenvolver a questão da ‘ordem do discurso’, tomando-a como principal foco para análise das práticas sociais, pois a ‘ordem’ é estabelecida na articulação entre os diferentes elementos das práticas sociais<sup>45</sup>. Segundo Magalhães (2003: 54), “a identidade de gênero é a imagem de mulheres e de homens que é constituída por elementos das práticas sociais e da ordem discursiva e social”. Portanto, ao fazer a análise da ordem discursiva, analisam-se, também, questões identitárias relacionadas ao gênero social.

Na prática social, segundo Fairclough, (2003: 26), o discurso apresenta-se de três formas: como ação, ao analisar gênero discursivo; como representação, ao analisar discursos; e como modos de ser, ao analisar estilos. Considero, assim, que os elementos do discurso estão relacionados, possuindo uma divisão apenas para fins metodológicos, conforme explicitado nos Capítulos 1 e 3 e na Introdução do presente capítulo. Assim, ao fazer uma análise desses elementos, percebe-se a relação ‘dialética do discurso’ e elucidam-se questões de poder, ideologia e gênero social que estão presentes nas identidades.

#### **4.2.2.1 Significado acional: discurso como gênero discursivo**

Ao analisar a prática social na qual as mulheres estão situadas, encontram-se dois gêneros discursivos distintos na pesquisa. O primeiro gênero, jurídico, mais especificamente a Lei Maria da Penha, que foi aprovada e sancionada no dia 7 de agosto de 2006; o segundo, o gênero entrevista, no qual as mulheres puderam produzir seus relatos.

Segundo Fairclough (2003), quando analisamos gêneros discursivos, estamos investigando as ações e interações sociais nos eventos sociais e o texto como interação, pois os gêneros discursivos propiciam ações particulares e determinam efeitos sociais. No referido texto, há uma reflexão a respeito dos gêneros discursivos como mecanismos de ação e suas relações com discursos e estilos. Os gêneros discursivos são formas de ação por meio de textos, são discursos em maneira e formas de representar e estilos em formas de identificar.

Tomando os conceitos da teoria social de Giddens, Fairclough usa o termo ‘desencaixe’ nas classificações de gêneros discursivos. Para Fairclough, há três formas de classificação de gêneros: os ‘pré-gêneros’, os gêneros ‘desencaixados’ e os gêneros ‘situados’. As três classificações obedecem a uma curva decrescente de abstração, tendo como gênero

---

<sup>45</sup> Conforme explicitado no Capítulo 1, Seção 1.2.2.

mais abstratos os ‘pré-gêneros’ e como menos abstratos os gêneros ‘situados’, que fazem parte de uma ‘rede de prática’ específica.

No caso em análise, observando que as mulheres estão situadas em um programa governamental de proteção às mulheres, torna-se evidente o aspecto da imposição de uma lei, um gênero discursivo específico, e que produz ações concretas e práticas sociais específicas, como a prisão do agressor. Tanto a Lei quanto as entrevistas semi-estruturadas constituem-se como ‘gêneros situados’, pois foram produzidas em contextos específicos e propiciam determinados tipos de comportamentos e ações. Segundo Castells (trad. 2006), a legislação é afetada pelo patriarcalismo. Considerando que a legislação é um mecanismo de imposição e que contribui para modificar determinadas ações, pode-se considerar que a implementação da referida Lei faz parte de uma legitimação dos movimentos sociais feministas, pois propicia uma futura mudança de comportamento por parte da figura masculina situada na sociedade patriarcal.

A Lei Maria da Penha possui características específicas para seu cumprimento; por exemplo, tem um caráter impositivo. Com sua aplicação, espera-se uma mudança social que beneficie as mulheres vítimas de agressão. Um fato relevante a respeito dessa Lei é que, conforme observado no Capítulo 2, Seção 2.4.2, a referência a Maria da Penha aconteceu porque após sofrer duas tentativas de homicídio de seu companheiro, que deixaram seqüelas graves, seu agressor foi condenado em dois julgamentos, mas não foi preso devido aos sucessivos recursos e apelações. Em 2001, após 18 anos da prática do crime, a Comissão Internacional de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica e recomendou várias medidas em relação às políticas públicas do Estado para enfrentar o problema. O nome da Lei sugere uma tentativa de reparação da omissão do Estado.

A nova Lei apresenta avanços importantes no que tange ao conceito de violência doméstica. Na legislação anterior, não havia um termo específico para se referir à violência doméstica. O termo usado até então era ‘lesão corporal’; além disso, não se considerava a violência psicológica, somente a violência moral nos crimes de calúnia ou difamação. Com a representação do problema por meio do conceito de ‘violência doméstica’, é possível examinar vários tipos de violência que são cometidos no âmbito familiar, possibilitando uma especificidade maior.

A utilização do especificador ‘doméstica’, carrega uma concepção ideológica, pois diz respeito ao local em que questões de poder são causas da violência doméstica (ver Capítulo 2). Portanto, a Lei oculta a relação de poder entre homens e mulheres. Essa estratégia

ideológica é denominada por Thompson de nominalização (Thompson, 1995: 81-9), ao atribuir um nome para a referida Lei pode-se perder o sentido que a mesma representa, não utilizando o item lexical ‘violência’.

Quanto às entrevistas, o fato de possuírem perguntas abertas, propicia que as mulheres relatem os momentos de agressão e permite uma interação ética na relação de pesquisa, segundo Magalhães (2006: 87):

Em termos da ética, a entrevista é superior a outros métodos de pesquisa, como, por exemplo, a observação: ela é flexível, permitindo a reformulação das respostas pelos participantes em outra entrevista; não invade a privacidade dos participantes, e não rouba o tempo precioso que deveria ser dedicado aos próprios afazeres.

Entretanto, cabe apontar a relação entre os gêneros discursivos Lei e entrevista. Apesar de serem dois ‘gêneros situados’, pois fazem parte de uma ‘rede específica de práticas’, percebe-se que, na prática em análise, as mulheres relatam as ações vinculadas a esse novo texto legal por meio da interdiscursividade, utilizando o próprio ‘discurso jurídico’, e por meio da intertextualidade, com a presença das vozes dos representantes da lei.

Por meio dos relatos das mulheres obtidos na entrevista, há uma representação da materialização da ação do texto legal por meio da intertextualidade. Para Fairclough (2003), a intertextualidade é a relação de um texto a outro ‘externo’, no presente caso, as vozes<sup>46</sup> que são apresentadas nos relatos das mulheres. Citando Leech e Short, o autor propõe quatro tipos de relatos de um fato: ‘relato direto’; ‘relato indireto’; ‘relato indireto livre’; e ‘relato narrativo de ato de fala’<sup>47</sup>.

A relação entre as entrevistas e o texto legal fica clara nos relatos produzidos pelas mulheres ao expressarem de forma direta a voz dos profissionais que trabalham com leis (delegada(o)s, policiais e profissionais ligados à proteção de mulheres).

Tatiana: E o que que você acha dessa nova lei... de proteção?

Rosana: Eu achei essa lei ótima. Porque ela, depois que... eu denunciei ele assim, depois de... da primeira vez que ele me bateu... eu fui na delegacia... só que, da primeira vez que eu fui na delegacia... o delegado me tratou com tanto descaso... que eu falei... **‘não aqui meu lugar’**. Porque, ele me tratou com se... como se não tivesse acontecido nada. Eu cheguei com o olho dessa altura... aí, ele falou assim **‘mas a senhora também agrediu ele’**... eu falei **‘eu agredi ele para me defender**.

<sup>46</sup> Vozes e suas relações em ‘relato direto’.

<sup>47</sup> Tradução minha aos termos: “direct reporting”, “indirect reporting”, “free indirect reporting” e “narrative report of speech act”. A tradução utilizada comumente é ‘discurso direto’, ‘discurso indireto’, ‘discurso indireto livre’ e ‘discurso como narrativa’, mas preferi utilizar o termo ‘relato’ para que fique claro que o termo ‘discurso’ está sendo empregado como elemento da prática social, segundo o proposto por Fairclough (trad. 2001a).

**Ou eu vou ficar apanhando, apanhando, e vou deixar isso assim?’** E ele falou assim, **‘mas, então, vai terminar tudo em pizza’** ele falou comigo... **‘porque, a senhora vai mover um processo contra ele... ele vai mover um processo contra a senhora, e vai chegar e não vai dar em nada’**... eu falei assim **‘então, quer dizer que eu chamei a polícia para isso? para ( )? Então, eu volto para casa, continuo apanhando’**. E foi o que aconteceu, eu voltei para casa e continuei apanhando. Chamei a polícia pela segunda vez... ( ) toda machucada... de surra. Cada vez que ele chegava tarde, em casa tarde, que eu perguntava **‘onde você estava?’**... pronto, acabou... era motivo de briga... e de surra. Chamei a polícia pela segunda vez. Eu falei **‘gente, por favor, tira esse homem de dentro dessa casa, porque todos os dias eu estou apanhando’**. Ele virou para mim e falou, **‘ah, mas só você... a senhora... ele tem o mesmo direito que a senhora’**. Então, lidar com homem, homem não entende... mulher. ( ) apanha, ou porque é safada, né? ou porque agrediu o marido. Eu acho que eles não entende. Ai eu falei **‘não... faz o seguinte, eu vou procurar alguém que me entende. Porque não está adiantando chamar a polícia. Toda vez que eu apanho, chamo a polícia... a polícia vai embora e pronto, continua a mesma coisa. Não adianta’**. ( ) quando eu procurei... ( )... foi quando eu procurei a delegacia da mulher, lá no Valparaíso. Que foi a última surra que ele me deu que, essa... não tinha um... um lugar no meu corpo que não tivesse um hematoma. Foi quando eu... fui na... no IML, né? fui fazer o (corpo delito), que eu tirei a roupa, o médico ficou horrorizado. Porque não tinha uma parte do meu corpo... que não tinha uma marca.

Tatiana : Como você veio para cá?

Júlia: ... Aí, chamaram um bocado de gente para conversar comigo... quatro assistente social e um... e um policial... **me perguntou se eu queria vir para cá**. E eu fiquei com interesse em... assim... pensando... outras, outras coisas... ( ) E eu não estou agüentando trabalhar... para mim, ia ter chegado aqui, ia trabalhar, ia... e eu não podia ficar a toa... aí eu falei **‘Meu deus, como que eu vou, meu Deus, para lá?’** e pensando... Depois eu falei **‘Ah, vou assim mesmo.’** Aí, eles ainda falou comigo, **‘Não, Dona Júlia ( ), não é obrigador... a senhora não vai não é obrigada, não vai na força, a gente pegar a senhora e levar não, é se quiser.’** Eu falei assim, **‘Eu vou... só até eu sarar. Depois que eu sarar eu vou embora.’** **‘E a senhora para onde mesmo?’** Eu falei **‘Eu vou para São Gabriel. Eu não tenho a casa grande lá não, mas eu tenho um barraquinho, dá para mim entrar dentro.’** ( ) eu estou querendo ir, se Deus quiser ( ) eu estou querendo ir. ( ) se dá jeito deu ir, né? porque não sarou direito ainda, ninguém sabe se vai ( ).

No relato de Rosana fica evidente a voz dos delegados e policiais que a atenderam antes da proposta da nova Lei; há um descaso e até indiferença por parte dos policiais que tentam também analisar a situação da perspectiva legal de que o agressor também possuía direitos, entre eles o de ficar em sua casa. No relato apresentado por Júlia há a preocupação por parte de assistentes sociais e policiais que indicam a Casa Abrigo como medida de proteção à vida de Júlia.

Além do intertexto das entrevistas ao texto jurídico, cabe observar que o ‘relato direto’ das entrevistas apresenta vozes distintas que não estão relacionadas ao contexto jurídico. Ao narrar o fato da agressão, algumas mulheres utilizam o ‘relato direto’ que evidencia vozes específicas, suscitando as seguintes questões: a quais pessoas são atribuídas as referidas vozes por meio do relato direto? E qual o motivo?

Das onze mulheres entrevistadas somente Jô, Lia e Fátima optam por não relatar de maneira direta suas experiências; as outras oito mulheres tiveram pelo menos uma indicação de ‘relato direto’. As vozes presentes nos relatos são a da própria mulher, a do agressor, a de algum familiar ou amigo e a de policiais, delegada(o)s ou profissionais que trabalham com a questão da violência.

Nas vozes de profissionais que trabalham com a questão da violência, como dito anteriormente, há uma intertextualidade com textos legais. Nas vozes das próprias mulheres e em suas relações com outras vozes, há uma vinculação com a ideologia de que as mulheres, o agressor e a(o)s amiga(o)s e familiares estão assimilando e perpassando, ou de um discurso hegemônico ou de um discurso emancipatório<sup>48</sup>. Nas análises das referidas vozes, percebe-se o modo de interação da ideologia que passa como forma de ação nos relatos das mulheres, pois, ao citar determinado comportamento por meio do ‘relato direto’, a mulher expõe e chama a atenção para determinada característica, ou pessoa que está sendo relatada, demonstrando, por meio do recurso explicitado, as ideologias que foram assimiladas, passando para a interlocutora uma posição, o que pode gerar uma ação por parte da interlocutora ou por parte da própria mulher. Os fragmentos do texto abaixo exemplificam bem a referida questão.

Tatiana : Como era seu relacionamento com o marido?

Telma : No início era ótimo... só flores. Depois foi ficando mais... Depois... pouco tempo depois da gente ficar junto... começou toda a discussão... Se bem que a discussão mesmo começou, a coisa toda começou a ficar ruim assim, logo depois que ele soube que eu fiquei grávida. Antes, até era ótimo, nossa, era tão bom... Mas, no dia que eu falei ‘**Olha, eu estou grávida**’... parece assim que o encanto se quebrou, sabe? Assim... Acabou. Aí, começou a ficar... qualquer coisa já respondia, ficava agressivo... ficava... tudo ele ficava chateado...

Tatiana : Como que você veio para a Casa Abrigo?

Telma: ... Porque, eu ficava com ele, mesmo sem gostar, mas porque eu pensava assim... ‘**Não, ele vai ser um bom pai,**’ né? ‘**Os meninos precisam de um pai. Um pai**’... Eu sempre acreditei nessa vida em família, sabe? Sempre acreditei. Mas, como... começou a... nossa, maltratar todo mundo. Ele só não batia nos meninos quando estava bêbado, mas... o resto, ( ) tudo, tudo, tudo... Eu falei, ‘**Não agüento mais não.**’ Aí eu resolvi... denunciar ele... e foram, me trouxeram para cá. Já tem uns... seis meses que eu estou aqui. Misericórdia, não vejo a hora de sair.

Tatiana : Mas, como que você ficou sabendo da Casa Abrigo?

Telma : Da Casa Abrigo? Eu... Foi assim... eu fui para o Guará, para a casa de uma ex-patroa... e, lá, ela me falou, ‘**Olha, Telma, tem uma casa que acolhe mãe solteira.**’ Ela não falou nem Casa Abrigo... ela disse que acolhe mãe solteira. Eu falei ‘**É essa casa que eu quero ir.**’ Ela disse ‘**Só que, para isso, você vai ter que denunciar o seu marido.**’ Eu falei ‘**Tudo bem.**’ Aí... ela falou ‘**Tem que ir na delegacia da mulher,**’ aí eu liguei para a delegacia da mulher... e lá a agente... atendeu... Aí, informou como que era tudo, aí eu vim... fiz a denúncia... e vim para cá... ( )... Quase que eu ia para um albergue.

Tatiana : Como foi?

Telma : Me ameaçava com faca, sabe? Chegava assim, colocava a faca bem no meu pescoço assim, ó. Coisa mais horrível, nossa situação tão horrível. Colocar faca no pescoço, e... eu acho que... teve uma vez que ele só não me matou porque meu menino de três anos... de

<sup>48</sup> Discurso hegemônico que contribui para manter a ‘dominação masculina’, ou discurso que legitima a emancipação feminina. Ver Capítulo 2, Seção 2.1.

quatro anos, agora, né? na época, tinha três... entrou no meio, por incrível que pareça. Ele entrou no meio e ficava me segurando, pedindo para o pai dele parar. Mas era uma situação horrível... uma situação muito difícil. Ele com a faca, e, quando ele vinha... para me... furar assim, aí o bichinho entrava no meio... ficava com medo, né? Aí ele falava **‘Só não vou fazer nada por causa dos meninos... não vou fazer nada por causa dos meninos.’** Ficava a noite toda, a noite toda, ( )... Era horrível... a situação. Mas ( ) falei **‘Não, não agüento mais não.’**

Nos relatos de Telma, fica evidente o uso do ‘relato direto’ em momentos específicos. Para fins analíticos, a divisão em dois momentos tornou-se necessária. Há um primeiro ‘relato direto’ em que se apresenta a voz da própria entrevistada, em que há um julgamento a respeito de si e do agressor (companheiro). Esse momento apresenta um discurso de família tradicional no qual o papel desempenhado pela mulher é o de mãe e cuidadora do lar, que deve escolher um companheiro que desempenhe o papel de ‘bom pai’ e a ela é atribuído o papel de ‘boa mãe’.

Num segundo ‘relato direto’ são apresentadas as outras vozes que, geralmente, fazem parte do relato do episódio de agressão que as mulheres enfrentaram, nesse caso, o uso do ‘relato direto’ aproxima a entrevistadora da realidade experienciada e retoma vozes que foram decisivas para mudança de seu comportamento. No caso de Telma, temos a voz de uma ex-patroa como guia na ação de ir para a Casa Abrigo e a voz do agressor, no episódio da agressão, quando refere-se aos filhos.

Portanto, as vozes demonstram que a intertextualidade é um poderoso mecanismo de análise de questões ideológicas. O próximo item de análise abordará a questão da interdiscursividade.

#### **4.2.2.2 Significado representacional: discurso como discursos**

Considerando o aspecto de representação do discurso em Fairclough (2003), no Capítulo 7, intitulado ‘Discursos’, o autor faz uma distinção entre discurso e discursos. ‘Discursos’ seriam maneiras de ‘representar aspectos do mundo’ e ‘as relações entre diferentes discursos são um elemento das relações entre as diferentes pessoas’. Segundo o autor, pode-se fazer uma análise dos diferentes discursos ao observar de que maneira “os elementos dos eventos sociais (processos, pessoas, objetos, meios, tempo, espaço) são representados, e essas diferenças podem ser tanto gramaticais, quanto lexicais”<sup>49</sup> (Fairclough 2003: 133). Já ‘discurso’ é parte de um prática social.

<sup>49</sup> Minha tradução para “discourses differ in how elements of social events (processes, people, objects, means, time, places) are represented, and these differences can be grammatical as well as lexical (vocabulary)”.

Percebe-se, pelo enquadre cronológico, a forma da ampliação do conceito de discurso. Ao analisar discurso como elemento de uma prática social e observar sua relação com os eventos sociais, questões ideológicas e hegemônicas são indicadas, pois, segundo Fairclough, ao considerar os discursos como representações de aspectos do mundo, tem-se o uso de determinadas formas gramaticais para expressar determinados pensamentos.

Para uma análise específica dos discursos representados nos relatos das mulheres vítimas de agressão, optei por fazer uma primeira parte da análise observando o hibridismo de discursos presentes nesses relatos. Em uma segunda parte, optei por fazer uma análise da seleção vocabular, na qual examino o léxico e suas relações com o evento social em foco.

Ao fazer as referidas análises, percebi como as mulheres representam a si e aos outros, considerando aspectos ideológicos e hegemônicos e suas implicações nas construções das identidades femininas e masculinas no presente contexto. Percebem-se, nos relatos, discursos de família tradicional que são tidos como naturais, por exemplo, no trecho a seguir, com a representação do que uma mulher deveria buscar na figura masculina.

Tatiana: Quanto tempo tem que você está aqui?

Camila: ... porque... **eu queria um marido que cuidasse de mim**, não que ele me batesse... por pouca coisa...

Tatiana : Como que você veio para a casa abrigo?

Telma: ... Os meninos já estavam crescendo... e só vendo aquela agressão, agressão... Não era um pai que eu queria para os meus filhos... realmente... Porque, eu ficava com ele, mesmo sem gostar, mas porque eu pensava assim... 'Não, **ele vai ser um bom pai,**' né? '**Os meninos precisam de um pai. Um pai'... Eu sempre acreditei nessa vida em família, sabe? Sempre acreditei...**

Tatiana: Como que era o seu relacionamento com ele?

Rosana:...Eu nunca imaginei ter... que **criar ( ) só, sem ter a presença de um pai. Nunca imaginei... para minha vida.**

Tatiana : E como que você vê a casa abrigo?

Lia: Assim, passei muitas coisas sem denunciar porque eu queria que meus **filhos tivessem um lar, uma família**, até porque não deu certo com o pai da minha filha, eu era muito jovem, então... logo em seguida eu o conheci, então eu queria que tivesse dado certo.

Por meio do discurso da família tradicional, a figura masculina assume determinados papéis, por exemplo o papel de cuidador e mantenedor da família, apresentado no relato de Camila: “eu queria um marido que cuidasse de mim”. O discurso da família tradicional é muito significativo no caso de violência doméstica, pois existem determinados pressupostos de como deveria ser uma família tradicional que influem de maneira direta nos comportamentos e nas representações das figuras femininas do ‘lar’, contribuindo decisivamente para que a mulher continue submetendo-se à violência do companheiro ou marido. Observe o exposto no seguinte relato:

Rosana: ...às vezes, a gente se sujeita ( )... **por gostar, às vezes... pelo filho... por ter um filho, por não querer... criar o filho só... você se sujeita a muita coisa.** Eu tenho medo de criar o meu filho sozinha, sei lá o que que pode acontecer. **A presença de um homem dentro de uma casa faz uma diferença muito grande... o respeito. Não sei... talvez, se eu tivesse, sei lá... ( ) outra educação, sei lá ( ) minha vida de uma forma diferente... entender as coisas... ver o que é melhor para mim, o que é melhor para ele... principalmente o que é melhor para o ( ).** Às vezes eu falo assim... hoje eu entendo muito a mulher. Antes, até eu criticava... hoje eu sei.

A figura feminina, por meio do discurso da família tradicional que no presente caso é expresso pelo grupo nominal ‘educação’, retoma o conceito do que foi apreendido na casa da família e na sociedade de modo geral: ‘sujeita-se’ à violência de seu companheiro por tentar manter a figura masculina ‘dentro de casa’. No referido relato ainda há uma reflexão a respeito de gênero social com o grupo nominal ‘mulher’ empregado de forma distante da entrevistada, como um gênero que não se aplicava à entrevistada. Com a expressão ‘hoje sei’, a entrevistada coloca-se na mesma posição da ‘mulher’ que estava relatando: uma ‘mulher’ que acaba por aceitar a agressão do companheiro e recebe diversas críticas por parte de amiga(o)s e de familiares. Cabe ressaltar que a família que produz um discurso de submissão da figura feminina é a mesma que, após o caso de violência, recria a mulher que continua submetendo-se ao crime de violência doméstica. No relato de Rosana está presente a palavra “criticava”, em que a entrevistada admite que anteriormente fazia “críticas” às mulheres que estavam na mesma situação em que ela encontra-se no momento.

Tatiana: Como é que você se via antes e depois de vir para Casa-Abrigo?

Camila: (...) existe gente que gosta da gente realmente, e que quer ajudar. **Não... para criticar, porque, crítica, eu tenho a minha família toda, todos viraram as costas.** Então, é isso.

Tatiana: Como que era o seu relacionamento com ele?

Rosana: O pior assim, que, às vezes você procura um... **família, né? mas elas não entendem...** (as pessoas) não entendem o que você está sentindo, o que você está passando, não entendem. **É muito fácil falar assim ‘larga esse homem’. É fácil demais (para alguém) falar. Mas, para fazer...**

Tatiana : Trinta e nove? Éh:: como era... quantas pessoas moravam na sua casa, antes de você vir para cá?

Lúcia: (...) Mas, o único lugar foi... de noite, dentro dos carros da polícia correndo comigo, me ( ) ah, Tatiana, isso dói demais... Os policiais chegar, me acatar assim, me trazer para a Casa Abrigo, porque **essa família que eu tenho não vale bosta. Me desculpe a expressão ( ), foi o único lugar que me deu apoio foi aqui.** Quando eu cheguei aqui sem roupa, foi roupa, foi calçado, foi tudo (...).

Nos relatos selecionados, as mulheres afirmam que as próprias famílias negaram-lhes apoio em situação de violência, sugerindo que deviam ‘largar’ o companheiro, o que é muito ‘difícil’ (oposição a ‘fácil’, item lexical utilizado por Rosana). Outro item lexical que denota a falta de proteção da família à mulher vítima de agressão é ‘apoio’, que é utilizada pela entrevistada Lúcia ao considerar que somente na Casa Abrigo obteve ‘apoio’. Ela caracteriza sua família de maneira pejorativa com o atributo ‘de bosta’. Nos relatos as famílias são representadas por um discurso hegemônico em que a figura feminina deve submeter-se à figura masculina.

Por outro lado, há de se notar indícios de uma busca pela emancipação feminina, pois a mesma família ‘critica’ as mulheres que se submetem à agressão doméstica. Pode-se pensar a respeito da referida ‘crítica’ que, após as conquistas da década de 1960 e 1970, as mulheres conseguiram determinadas ‘emancipações’ e passaram para as gerações seguintes a idéia da busca por emancipação e não assujeitamento frente à figura masculina.

Como parte dos ‘elementos’ das ‘redes de práticas sociais’, deve-se observar que a Lei Maria da Penha, por ser construtiva de um discurso jurídico, no qual há uma imposição de ações e de mudanças sociais, contribui, e está presente no relato das mulheres, como forma de mudança das identidades. Quando há a necessidade de um discurso coercitivo (a Lei), infere-se que determinado aspecto social precisa de coerção. No presente caso, os agressores, que são homens, precisaram da imposição da Lei para que houvesse uma mudança de comportamento e atitudes. Como sugere Fairclough (trad. 2001a), o discurso ‘molda’ a sociedade e, ao mesmo tempo é ‘moldado’ por ela. Essa é a ‘dialética do discurso’<sup>50</sup>.

O referido programa possui como principal meio de acesso as Delegacias Especializadas – DEAM, Delegacia de Atendimento à Mulher – que orientam as mulheres que estão sob ameaça a procurar auxílio para evitar uma possível morte. Caso a mulher não possua familiares ou um lugar de segurança, a Casa Abrigo é indicada.

A Lei Maria da Penha determina e impõe algumas normas, dentre as quais, a que as mulheres não podem retirar a denúncia feita na delegacia. No passado, muitas sofriam violência, denunciavam, e, depois, retiravam a denúncia. Isso impedia uma atuação direta do Estado e, por estarem em um ‘ciclo de violência’, poderiam ser mortas. Segundo entrevista realizada pelo Ibope em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, em 2006, antes da publicação da Lei Maria da Penha, 51% das entrevistadas declararam conhecer ao menos uma

---

<sup>50</sup> Discussão apresentada por Magalhães (2004b).

mulher que é, ou foi, agredida por seu companheiro. Dessa forma, existem crenças e valores que precisam ser modificados com a implantação da Lei.

No aspecto representacional, por meio de uma pergunta específica, as entrevistadas emitem opinião a respeito do que teria mudado após a aprovação da referida Lei. Além disso, com a narração de como estariam na Casa Abrigo, as mulheres trazem relatos do ‘discurso jurídico’ por meio de palavras específicas do contexto judicial, conforme apresentados nos seguintes relatos:

Tatiana : E como você veio para a casa abrigo?

Bisa : Eu vim por isso. Ele me bateu, eu me cansei, estava cansada já de apanhar, **denunciei**... aí, quem me convenceu a vir, que eu não ia vir também... quem me convenceu a vir foi meus irmãos... com medo assim, da violência dele, né? Porque ele ameaçava mesmo matar... até meus irmãos, né? minha mãe, meus filhos... eu não tenho filhos com ele... então ele ameaçava em bater... matar minha mãe, meus filhos... aí... foi meus irmãos que me convenceram a vir para cá, e dar um tempo aqui... para ver se ele... né? ia ficar. Mas aí, **já teve a audiência**, ele... parece até que está mais tranquilo, parece que ele já foi solto também... agora está tudo... mais ou menos encaminhado. Mas o medo ainda continua, né? O medo poder encontrar com ele no meio da rua, isso pode acontecer... quando eu sair daqui, né? Tudo é possível. Aí, eu não sei qual será a reação. Porque, a reação dele diante do **juiz** é uma, e... e lá fora? Na frente do **juiz, você está bem amparada**, está, né?

Nesses relatos e em outros, as entrevistadas utilizam itens lexicais específicos, como ‘audiência’, ‘juiz’, ‘denúncia’, ‘queixa’, ‘fiança’, ‘flagrante’, ‘pena’, ‘condicional’, em contextos específicos que indicam contato com o discurso judicial. Pode-se observar o exposto no relato seguinte:

Tatiana : O que que você acha dessa nova lei?

Bisa: ... Depois, vai preso porque é ... tentou... tentou... só por ele ter... ele tentou invadir a casa da minha mãe, por isso que minha mãe **denunciou** ele... então, quer dizer... aí, ele **descumpriu o mandado do juiz**, que a minha mãe conseguiu a distância dele de duzentos metros... aí ele descumpriu, por isso ele foi preso, passou três meses preso... Quer dizer, se **ele passou três meses preso**... olha só, **a condicional, a pessoa tem que carimbar de dois em dois meses a condicional... Então, se ele passou três meses preso, ele passou uma condicional sem ser carimbada. Quer dizer, aí não quebrou a condicional do rapaz?** É isso que eu acho assim, incrível.

Castells (trad. 2006: 169) sugere que para que a autoridade do homem sobre a mulher e filhos possa ser exercida no âmbito familiar, é necessário que o “patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura”. Foi observado o ‘discurso jurídico’ nos relatos das mulheres, agora passarei à análise do ‘discurso religioso’ que é considerado como parte integrante da cultura brasileira.

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa estão em uma situação de violência extrema e sob ameaça de morte. O ‘discurso religioso’ nos relatos das referidas entrevistadas apresenta indícios de busca por soluções ou até mesmo motivação para enfrentar a situação de violência doméstica. Para explicitar o exposto, os seguintes relatos são apresentados, nos quais foram encontrados itens lexicais que remetem ao ‘discurso religioso’:

Tatiana: E o que você acha da Casa Abrigo?

Bisa: ... É bom, se você souber assim, bem **aproveitar o tempo, dá para você refletir, pensar, rezar, orar muito... conversar muito com Deus e... ir se fortalecendo espiritualmente para num...** sair lá fora e ter cabeça o suficiente para não... cair em outra, né? porque a gente nunca sabe... E eu, como eu sou sem juízo mesmo...

Tatiana: E como que você acha desse lei... essa lei nova? Ajuda? O que que você acha dessa lei?

Camila: ...Todo mundo tem seu lado bom, ou lado ruim. A gente tem é que ficar é calada mesmo e... **falar os problema da gente para Deus**, porque vai... Ele vai resolver. ( ) falar ‘ah, eu vou voltar para o marido’, para acontecer a mesma coisa, ou pior. Tipo assim... ‘minha vida vai renovar eu vou, viver, outra vida’. Eu não tenho isso na minha cabeça.

Tatiana: Quanto tempo tem que você está aqui?

Camila: Ele sabe que ele está fazendo aquela coisa errada, não muda porque não quer. Então, eu estou aqui e:... tem hora que eu me sinto, mas,( ) eu não estou só, **tenho Jesus no meu coração**. Minha família, ninguém sabe que eu estou aqui, que eu estou num lugar aqui... tão tudo doída...

Tatiana: Como você veio para cá?

Julia: ... **Acho que foi Deus mesmo... foi Deus que me adormeceu**. Então, não mexi nem por uma coisa nem por outra. Fiquei quietinha, não gritei, não chorei, não falei nada, fiquei quietinha... amarrada.

... O fogo pegando na frente, e o espinho furando atrás, eu calada, **eu só olhava para cima, agradecia a Deus. Não tinha ninguém mais ( )**. Falei, **‘Só existe Deus. Só Deus que está no céu que sabe. Se eu merecer, bem. Se eu não merecer...**

**... Foi Deus que falou assim ‘Os três vai sair duma vez, para dar tempo dela... fugir.’...**

... Aí foi indo, e foi vindo, fui andando, fui andando, falei **‘Ah, meu Deus.’** A última coisa... que esse aqui meu já doeu, meu joelho já doeu, falei ‘Vou deitar aqui mesmo.’...

... eu falei **‘Meu deus, como que eu vou, meu Deus, para lá?’** e pensando... Depois eu falei ‘Ah, vou assim mesmo.’...

... eu estou querendo ir, **se Deus quiser ( )** eu estou querendo ir. ( ) se dá jeito deu ir, né? porque não sarou direito ainda, ninguém sabe se vai ...

Tatiana: Quais são seus planos para o futuro? O que que você pretende fazer daqui para a frente?

Júlia: É.. eu pretendo, daqui mais na frente, **Deus me ajudar, Deus me dar força...** é eu pegar meus menino, que tem um no orfanato... de Brasilinha... que eu tenho...

... Agora, **se Deus quisé mesmo**, eu quero trabalhar de novo, fazer do mesmo jeitinho que eu fazia....

Tatiana: E como que você vê a nova lei, da Maria da Penha?

Lúcia:... **eu sirvo ao Deus vivo**, a gente todo dia, eu, é você, é os funcionários, a gente **somos guiado pelos anjos**, não tem que ter medo não, traficante, o lugar dele é na cadeia, atrás das grades. E **Deus dá um destino...**

Os relatos apresentados demonstram que as mulheres valem-se do discurso religioso em pelo menos três situações específicas: no momento da agressão, em que buscam a ajuda de um ‘Deus’, pois estão em uma situação solitária, sem ajuda de outras pessoas; quando encontram a ajuda por meio de algumas pessoas e as consideram ‘guiadas’ por ‘Deus’; e no momento em que buscam uma perspectiva de futuro. A única alusão ao ‘discurso religioso’, como legitimador da sociedade tradicional e que poderia conservar valores em que as mulheres deveriam submeter-se a seus maridos inquestionavelmente, está presente no relato de Camila em que a própria entrevistada deveria “ficar calada mesmo... e falar os problemas de gente pra Deus, porque vai... Ele vai resolver”.

Outro discurso que influi diretamente nas identidades das mulheres é o discurso que estou chamando de ‘terapêutico’, expresso por meio do acesso que as mulheres têm a tratamento psicológico, contando com profissionais da área, que as levam a refletir, entre outras coisas, a respeito de suas identidades e as de seus agressores. Como parte do referido discurso, inclui-se a valorização de si, configurando maneira específica de tratamento, pois mulheres vítimas de violência, geralmente, apresentam uma baixa auto-estima. O discurso da valorização de si relaciona-se ao discurso da emancipação feminina, uma vez que, para que a figura feminina seja emancipada, é necessária uma auto-valorização.

Um relato expressivo é o de Camila, que utiliza o item lexical ‘cabeça’ para referir-se ao pensamento, deixando claro o contraste entre ‘cabeça’ e ‘coração’, com a introdução do ‘discurso terapêutico’.

Tatiana: Como é que você se via antes e depois de vir para a Casa Abrigo?

Camila:...O que sentia, era assim. **Ninguém gosta de mim**, por isso que ele me batia, porque ele não gostava de mim, que num... que **ninguém se importava comigo. Mas, na realidade, não é assim não. É porque eu pus isso na minha cabeça e... fiquei alimentando, fiquei assim.** Aí, eu já... eu não... aqui eu já me sinto mais... um pouco tranqüila...

... Eu estou com tanta mágoa... que, se ele estivesse aqui na minha frente, eu... eu não sabia nem o que que eu falaria... da mágoa que eu sinto. Então, é isso... eu **só tenho mágoa no meu coração**, porque... eu queria um marido que cuidasse de mim, não que ele me batesse... por pouca coisa...

O ‘discurso terapêutico’ é trabalhado pelos psicólogos da Casa Abrigo e modifica a visão das mulheres, agindo de forma positiva para mudança de comportamento e de identificação, contribuindo, assim, para uma mudança identitária.

Passarei à análise dos relatos considerando o significado identificacional, analisando os elementos lingüísticos ligados diretamente à identidade, no caso, as identidades das mulheres vítimas de violência e de seus agressores.

#### **4.2.2.3 Significado identificacional: discurso como estilo**

O significado identificacional, segundo Fairclough (2003), está relacionado ao processo de identificação, a como as pessoas identificam a si e aos outros. Por este motivo, está relacionado ao processo de construção de identidades, uma vez que a construção de identidades passa pelo processo de representação e de identificação do outro e de nós mesmos. Segundo Hall (2003: 164), a forma como “as pessoas comprometem-se com elas mesmas no texto é uma parte importante de como elas identificam-se e tecem suas identidades”<sup>51</sup>. Para que se possa fazer uma análise do comprometimento por meio do texto, o autor aponta as seguintes categorias: a modalidade, que observa aspectos de verdade e necessidade, e a avaliação por parte do locutor ou locutora.

Para Fairclough, a modalidade subdividi-se em: modalidade epistêmica – relacionando-se ao comprometimento com a verdade; e modalidade deôntica – relacionando-se com a obrigação ou necessidade, no presente estudo, permissão. Ambos os casos podem apresentar-se de maneira explícita ou implícita. São considerados pelo mesmo autor (2003: 168) como representantes arquétipos da modalidade, os verbos modais: no inglês ‘can, will, may, would, should etc’. No português do Brasil, existem poucas acepções, se considerar as traduções literais dos referidos verbos, por esse motivo, a presente análise terá como foco o verbo ‘poder’ (no sentido de possibilidade) como verbo modal.

Com relação ao verbo ‘poder’ nos relatos, são apresentadas duas acepções: uma primeira, que seria uma modalidade epistêmica, observável no relato de Bisa, ao relatar que seu agressor não poderia agredi-la, pois ‘isso não poderia acontecer’, já que o mesmo estava sob condicional. Neste caso, há uma modalidade epistêmica, pois é um fato real que os presos que estão sob condicional estão submetidos a um regime de restrições, dentre elas, não poder freqüentar bares e ter de se apresentar periodicamente ao tribunal, caracterizando o cumprimento de pena. Veja o relato a seguir:

---

<sup>51</sup> Minha tradução para “(...) that what people commit themselves to in texts is an important part of identify themselves, the texturing of identities”.

Bisa: (...)A partir do momento que o... que a pessoa está em condicional, ele já não deveria ser preso, muito menos solto... **ele não poderia nem aprontar nada...** nem pensar em me bater. (...) **Ele já não poderia nem me bater, ser preso por agressão muito menos... fumar e beber, nem pensar também, diz lá...** reza lá no código lá não sei das quantas...

Além desse uso do verbo modal na referida acepção, há também a utilização do mesmo em uma forma de modalidade deôntica, pode-se observá-lo no relato de Lúcia, em que a mesma exprime a dificuldade de manter um trabalho relacionando-se com seu agressor, indicando que a mesma deveria ter permissão para conseguir um trabalho:

Lúcia: ...**Porque eu não poderia arrumar um lugar para mim ficar final de semana...**ajudando no serviço de som, ou cantar uma coisa, porque ele ia lá rebentar.

Em relação aos aspectos identitários, constata-se que a modalidade indica a forma como a entrevistada representa a verdade que a cerca, no primeiro caso, a modalidade epistêmica traz os aspectos relacionados à caracterização do agressor, como ele deveria se comportar, já no segundo caso, a modalidade deôntica indica aspectos de permissão relacionados à identidade da entrevistada. Observando a relação de comprometimento com a verdade, por meio da modalidade, percebe-se que o discurso hegemônico da superioridade masculina perpassa aos aspectos lexicais na medida em que a figura feminina refere-se à ‘permissão’ indicando que é necessária a autorização de seus atos pela figura masculina.

Outro aspecto do significado identificacional são as avaliações. Segundo Fairclough (2003: 171), os enunciados avaliativos podem ser divididos em: enunciados avaliativos; enunciados com modalidades deônticas; enunciados com verbos de processo mental afetivo; e suposições de valor<sup>52</sup>. Na presente análise, as avaliações que as mulheres vítimas de agressão apresentam em relação a si e a seu agressor constituem aspectos importantes de como são representadas as identidades já que a forma como se avaliam e como avaliam os outros constituem novas identidades.

Darei especial atenção às avaliações produzidas por enunciados com verbos de processo mental, uma vez que a presença dos mesmos é substancial nos relatos, já que tratamos de um tema que traz muitos sentimentos e emoções. As entrevistadas emitem

---

<sup>52</sup> Minha tradução para “evaluative statements, statements with deontic modalities, statements with affective mental process verbs, value assumptions”.

avaliações acerca delas próprias, da Casa Abrigo e de seus agressores utilizando o referido processo. Veja os seguintes relatos:

Bisa: (...). Éh **eu gosto daqui**, eu não acho ruim não.

Valentina : **Isso aqui é um ponto muito bom**, onde a gente é muito bem acolhida, entendeu?... **Isso aqui é... Eu gosto muito... estou gostando bastante daqui**. Mas eu... quanto mais rápido possível eu conseguir levantar uma passagem para mim ir pro Ceará, para a casa da minha mãe, melhor para mim.

Bisa: (...) **Sempre gostei assim de uma aventura...** um lance assim meio louco, né? **Sempre é gostosinho**, dá um friozinho na barriga (danado)

Jô : ( ) meu coração... eu não tenho coração para isso não... **Eu gosto muito dele**.

Camila: Só choro. Eu não lamento não. Talvez eu... esteja passando por isso porque eu quero ele, porque **eu gosto dele, eu amo ele. Eu quero ele bem**, mas... ( ) então.

Valentina : Ah, é uma coisa assim, eu só lembro quando alguém me pergunta, entendeu? Porque, para mim, a pessoa me maltratou, sua imagem, eu tento apagar da minha mente... né? Porque, **eu não vou negar que eu ainda... eu ainda gosto muito dele**, né? Mas, primeiro de tudo, **eu tenho que gostar primeiramente de mim. Eu tenho que me dar valor para depois eu... gostar de quem está do meu lado**. Como que eu posso dar valor numa pessoa que está do meu lado que não está nem aí para mim, quer é me maltratar?

Júlia: **Eu gosto sempre de trabalhar na roça...** Tudo quanto é serviço, ( ) falar comigo para mim... derrubar sal grosso no machado... o resto

Lia : Assim que eu sair daqui, com as coisas encaminhadas, éh eu pretendo voltar... retornar aos estudos... eu não terminei o meu segundo grau, né? ainda... e conseguir um emprego melhor. Poder criar os meus filhos, **poder ir para igreja, que eu gosto... fazer as coisas que eu gosto**.

Fazendo uma gradação entre odiar/gostar/amar, os verbos de processos mentais que aparecem nas entrevistas são gostar e amar. Nos relatos destacados, há uma avaliação por parte das mulheres da instituição Casa Abrigo, dos agressores, delas próprias e de atividades que as mesmas julgam prazerosas.

Em relação a Casa Abrigo, as entrevistadas afirmam ‘gostar’ da Casa, mas todas marcaram o programa como um processo de transição a que estão submetidas ao Programa, mas futuramente querem estar desenvolvendo outras atividades e poder sair para outros lugares que julgam ser melhores, com um novo ‘trabalho’, ou ‘ir para igreja’.

Em relação à figura masculina, há a presença de uma avaliação positiva, pois conforme explicitado no Capítulo 2, nas relações em que está presente a violência a separação nem sempre é a solução para o problema, há um relacionamento que precisa de intervenção terapêutica e as mulheres que estão submetidas ao papel de submissão da relação acabam por

passar pela fase da ‘lua-de-mel’ em que a figura masculina tenta compensar a figura feminina pelo excesso de agressividade.

Por meio das avaliações, fica explícita a questão de gênero social e a posição das identidades em relações que envolvem violência, pois as figuras femininas são submissas à figura masculina e não apresentam indícios de avaliação negativa do mesmo, em relação a enunciados com verbos de processo mental.

Nas entrevistas existem ainda enunciados avaliativos que denotam a representação da figura feminina em relação a seu agressor e a si mesma, como nos seguintes casos:

Valentina: (...) o que eu acho dele é o seguinte, quando **ele está bom, ele é um homi, uma maravilha de pessoa**. O problema...**o que estraga com ele é o alcoolismo, a bebida, né?**

Júlia: (...) eu não falo que é **homem** não, eu falo é que é **bicho** mesmo (...)

Camila: (...) não sei qual é **o errado, se é eu, ou é ele**. Mas acho que é **os dois**...de ambas partes, **é os dois**.

Bisa: (...) E **mulher é bicho besta**, mulher se ilude com qualquer bosta, não é? Qualquer porcaria. Hoje em dia, na escassez que está homem então, meu Deus do céu... não é não? Então.

Nos fragmentos acima as mulheres mostram avaliações indicando conceitos do senso comum. As mulheres e os homens são valorados de maneira negativa no momento da prática da agressão, mas às figuras masculinas são atribuídos atributos positivos, enquanto às figuras femininas não.

Em relação a um discurso particular dando um significado genérico enquadram-se as metáforas que, segundo Fairclough (2003: 131-32), servem como forma de representação de uma realidade. Fairclough (2003) utiliza como conceito de metáfora o proposto por Lakoff & Johnson, indicando que os mesmos adotam a postura de que as metáforas indicam aspectos culturais.

Na medida em que se representa algo por meio de metáforas, faz-se uma relação de algo com algo que já foi experimentado ou construído culturalmente. Para Lakoff & Johnson (2002) as metáforas podem ser classificadas em: *conceptuais*, em que emprega-se aspectos de um conceito em termos de outro; *orientacionais*, em que se relacionam aspectos de orientação espacial não-arbitrária; e *ontológicas*, em que há uma identificação como entidade e substância.

Lakoff & Johnson ainda argumentam que faz parte de nosso cotidiano a utilização de metáforas. Nos relatos das mulheres entrevistadas, as metáforas tornam-se um meio de investigação da relação de gênero social, conforme o que se segue:

Bisa: Como é que não bate, entendeu? Por isso que a lei não funciona. Porque teria que se juntar. Ele já não poderia nem me bater, ser preso por agressão muito menos... fumar e beber, nem pensar também, diz lá... **reza lá no código lá não sei das quantas...** Então, quer dizer, é **tanta lei para ficar só no papel...** Porque, na prática mesmo, daqui **que você prova que focinho de porco não é tomada...** vai tempo.

Bisa: (..) **na escassez que está homem então (...)**

Nos exemplos são explicitadas metáforas relacionadas à Lei, denotando um senso comum de que as leis não são cumpridas e observa-se, também, o senso comum de que há um ‘excesso’ de mulheres para cada homem.

Outra questão ligada às identidades é que as mulheres que sofrem agressões passam a sofrer de maneira silenciosa e não enxergam um possível fim para as agressões sofridas. Em relação ao estupro, Figueiredo (2006: 203) destaca: “A normalização e banalização de fenômenos sociais violentos como o estupro leva mulheres a encarar a violência sofrida como algo sem importância ou ocorrido por nossa própria culpa, e a acreditar que não devemos fazer ‘tempestade em copo d’água’”. Da mesma forma, as mulheres vítimas de violência doméstica não vislumbram saída para o ciclo de violência e produzem a metáfora da morte como solução para o problema enfrentado.

Rosana: (...) Eu falei com ele “**se eu morresse**, será que... te faria bem...será que, para você, seria o...o ideal?” Então, assim, eu me sinto assim... como **se eu fosse um empecilho na vida dele**. E ele não sabe como... como tirar isso... então, acho que a única forma que ele acha de fazer é me agredir... parece que isso faz bem para ele... me agredir, e falar as coisas, parece que isso faz bem... ou, parece que **alivia a culpa dele**. É isso que eu sinto. E, por causa disso que eu tentei fazer esse monte... de besteira. ( ) eu falei com a menina, ‘eu vim para cá... para me proteger de mim mesma’... sabe? (E não só)... não só dele, mas de mim mesma. Talvez aqui, parece que eu estou... mais protegida.

Lia : Antes, eu me via sozinha... éh:: olhei para os lados e... **não tinha saída nenhuma, né?** Me vi a ponto até de fazer uma besteira comigo, **com a minha própria vida**, né? Talvez até com a vida dos meus filhos, porque eu, fazendo comigo, eles, conseqüentemente... e... eu... me vi sozinha, perdida, **sem ser nada, sem ter nada... um nada na vida, um zero vírgula zero**.

Fátima : Ah, eu devia me sentir **sozinha... sem rumo**

Neste caso, destacam-se as metáforas de orientação, com expressões de direção como ‘sem rumo’, ‘sem saída’. Além das metáforas já explicitadas, há uma relação de metáforas relacionadas ao programa Casa Abrigo que é apontada como solução, saída dos problemas, conforme observado nos relatos a seguir:

Telma : Ah, a casa abrigo, eu acho muito bom. O projeto, a casa assim em si é maravilhosa. Eu gostei muito quando... assim, hoje, eu arranjei muita coisa... muito... quando ( ) você está assim, no fim do túnel, você não sabe mais o que fazer, para onde ir... sabe? para quem recorrer, a casa abrigo foi essa... para mim foi assim... **uma luz no fim do túnel**, sabe? ( )... porque eu não tinha para onde ir, eu não tenho nenhum parente aqui... **para mim foi uma luz assim, mandada por Deus, a casa abrigo** e foi, e... e assim...

Lia: (...)? porque eu estava sozinha... então, para mim é bom estar aqui... é muito bom. Eu vejo a casa abrigo... estou passando a **enxergar como minha casa, um tempo deu aprender**.

As metáforas, assim como as avaliações e modalizações fazem parte do processo de identificação ao apresentarem representações. Conforme apresentado por Fairclough (2003: 29), na relação dialética do discurso, as ações e identidades são representadas por meio de discursos.

Observando as análises já elaboradas, passarei a uma discussão mais específica em relação às identidades das mulheres vítimas de violência e do agressor, segundo as representações que se encontram nos relatos.

### 4.3 Análise das identidades

As análises dos três significados propostos por Fairclough são primordiais para que se possa constatar as representações identitárias, uma vez que as mesmas constituem-se como formas de representação e identificação do outro e do nós mesmos. Por meio dos significados, pode-se analisar como as mulheres vítimas de violência representam (significado representacional), julgam (significado identificacional) e agem (significado acional) por meio de seus discursos, demonstrando aspectos significativos de suas identidades. Considerarei o proposto pela ADC, de que as identidades são moldadas e constituídas por meio de relações discursivas (sociais) na dialética do discurso (Fairclough, 2001; *apud* Magalhães, 2004a).

Foram entrevistadas onze mulheres, conforme explicitado no Capítulo 3. Um fato que chamou minha atenção foi constatar que das onze mulheres entrevistadas, seis declaram possuir algum tipo de vínculo empregatício, fato que indica que não vão para o programa

Casa Abrigo apenas mulheres que não podem manter-se. Porém, nenhuma das entrevistadas declarou que possuía muitos bens, o que é um indício de que as mulheres de classe média alta e classe alta não participam do Programa.

Será observada, ainda, a classificação de identidades proposta por Castells (trad. 2006: 24): *identidade legitimadora*, que é introduzida por instituições dominantes a fim de legitimar sua dominação; *identidade de resistência*, que é desenvolvida por atores em oposição aos que detêm o poder, estando em uma situação não favorecida; e *identidade de projeto*, que é construída quando os atores sociais buscam redefinir sua posição na sociedade, constituindo recurso para mudança social. Passarei à reflexão a respeito das identidades já mencionadas, bem como a influência da lei nas mesmas.

#### 4.3.1 As identidades das mulheres vítimas de violência

As mulheres vítimas de violência física passam por processo de auto-depreciação, após uma série de ciclos de violência. Conforme explicitado no Capítulo 2, a violência doméstica é composta de um ciclo com três fases: *a fase de tensão*, onde se originam as primeiras discussões, que acumuladas passam à *fase da agressão*, em que ocorrem os espancamentos, seguida da *fase de reconciliação*, em que há o arrependimento e as desculpas. Porém, mais tarde, recomeça um novo ciclo.

As mulheres que estão submetidas ao ciclo vicioso da agressão não possuem *uma identidade de projeto*, que deveria existir, uma vez que se enquadram no gênero social feminino que conquistou a referida identidade por meio do movimento feminista. As mulheres vítimas de violência não conseguem visualizar a identidade do agressor e submetem-se a uma *identidade legitimadora*, em que a forma de classificação de identidade proposta pelo agressor é assumida. Podemos perceber, pelos atributos apresentados nas entrevistas em formas de avaliações pessoais, como as mulheres se sentiam antes de ir para Casa Abrigo:

Camila: Antes eu me sentia **ninguém, ninguém** no mundo assim. Um **nada... nada**. Como se eu ainda **num ... não existisse**. O que sentia, era assim. **Ninguém gosta de mim**, por isso que ele me batia, porque **ele não gostava de mim**, que num... que **ninguém se importava comigo**.

Rosana: (...) **Nunca fui mulher de sair... nunca fui mulher de... de... nunca traí ele**

Lia: (...)eu... me vi **sozinha, perdida**, sem ser **nada, sem ter nada... um nada na vida, um zero vírgula zero**

Fátima : Ah, eu devia me sentir **sozinha... sem rumo**

Percebi que, após a violência e submissão ao Programa, há uma redefinição dessa identidade passando de uma *identidade de resistência* e chegando ao que seria *identidade de projeto*. Posso verificar esse processo nas seguintes observações que foram desenvolvidas após questionamentos de projetos para o futuro.

Joana: Eu me **separar** dele, né? **Ajudar** a **cuidar** dos meninos, **dar** pensão... Só, ele vivendo a vida dele para lá, e eu vivendo para cá, está bom.

Júlia: Agora, se Deus **quiser** mesmo, eu quero **trabalhar** de novo, **fazer** do mesmo jeitinho que eu fazia.

Lia : Assim que eu **sair** daqui, com as coisas encaminhadas, é eu pretendo voltar... retornar aos estudos... eu não terminei o meu segundo grau, né? ainda... e...**conseguir** um emprego melhor. **Poder criar** os meus filhos, **poder ir** para igreja, que eu gosto... **fazer** as coisas que eu gosto.

Fátima : Ah, eu quero **sair** daqui, arrumar outro serviço... **botar** meu filho na creche e viver com ele .

Os processos relacionados no infinitivo caracterizam um propósito da falante, quando relacionados a projetos. Além disso, os processos verbais apresentam como característica o fato de serem, em sua maioria, processos materiais possuindo como atores as próprias mulheres e como metas, empregos relacionados à manutenção dos filhos (Halliday, 1985).

Entretanto, cabe ressaltar o discurso tradicional familiar que se manifesta no discurso das mulheres vítimas de agressão, o que é um exemplo de interdiscursividade. Podemos observar tal discurso nos seguintes relatos:

Camila: (...) eu **queria um marido que cuidasse de mim**, não que ele me batesse... por pouca coisa (...)O que **eu queria era uma família**, e eu não... não tive.

Rosana: Mas o que eu não entendo... assim... eu... eu sempre ( ) eu sempre **procurei fazer o meu papel de esposa...** sempre. **Nunca fui mulher de sair... nunca fui mulher de... de... nunca traí ele. Eu sempre procurei assim, manter minha casa limpa... eu sempre procurei fazer as coisas da maneira certa...** e por que chegou nesse ponto? Dele me tratar dessa forma? Eu não sei.

Percebe-se a legitimação de um discurso tradicional, com a pressuposição do que seria família e do papel que a esposa deveria desempenhar.

Mesmo quando situadas no ciclo de violência, há uma reflexão a respeito do que seria melhor para as entrevistadas; há uma reflexão do que seria a melhor opção para que o ciclo de violência se rompesse. De modo geral, isto é indicado por uma busca de fuga, tanto do local

quanto a morte como forma de ‘saída’, conforme apresentado na análise da metáfora da morte.

Camila: (...) Teve uma vez que aconteceu por causa de um CD... sabe? Um CD. ( ) ‘você quebrou o CD, não sei o quê, você quebrou’, eu falei ‘não, não quebrei. Você olhe direito’... ( ) o CD estava no chão ( ) quando ele achou... aí falei ‘logo que você não confia em mim, então **eu vou pegar as minhas coisas e vou embora**’. Aí ele... **achou ruim e disse que de lá eu não saía não... só saía morta. Mas eu saí**. Ele me bateu, quando foi no outro dia... ( ) dormindo lá, **eu peguei e saí**. E... estou aqui.

Júlia: Ele batia em mim antes, muito. E eu preferia largar ele, **falei ‘Um dia eu largo você. De qualquer maneira eu te largo. Eu não vou ficar apanhando de ninguém mesmo.**’ Agora eu só não sei, ele segurou meus documentos... aí eu contei para ( )... eles pegou e... na delegacia, também eu falei... eles pegaram e... acho que ligaram para o seu Sandoval, seu Sandoval conseguiu pegar os meus documentos, já está comigo.

Valentina: (...) Aí, desse agora, primeira vez que ele veio me agredir fisicamente, aí eu denunciei ele, **caí fora**.

Após tomar a decisão de separação do agressor, há a inferência da(o)s delegada(o)s e policiais que indicam como ação o programa Casa Abrigo para a proteção de suas vidas. Nesse local, as mulheres são expostas a outros discursos, como o terapêutico, comentado anteriormente, e conseguem desenvolver uma *identidade de projeto*, ao perceberem que estão em um ciclo de violência e que não precisam mais sujeitar-se a uma ‘dominação masculina’, nem aceitar as imposições de outras pessoas<sup>53</sup>.

Nesse sentido, cabe observar a influência da Lei Maria da Penha que, apesar de ser de caráter impositivo e se ter no senso comum a posição de que nenhuma lei é bem executada, a Lei Maria da Penha propicia que as mulheres vítimas de violência não retirem a denúncia oferecida e permite que as mesmas possam sair do ciclo de violência, além de representar uma forma de proteção, conforme apresenta Valentina:

Tatiana : Como que você vê essa nova lei?

Valentina : Ah, eu acho que já deveria ter acontecido bem antes, porque, com o meu primeiro companheiro, eu fui vítima de agressões também, né? E, na época, não existia essa lei. Portanto, eu vivi com ele quase doze anos... e ele me espancava direto. E me fazia as mesmas ameaças. Se eu denunciasse ele, que ia ser pior para mim, que ele ia me matar. E, como não existia essa unidade, né? essa lei... sobre a violência contra a mulher... aí, por isso, ( ) se a mulher denunciava, às vezes o homem fazia até pior, depois, né? que ele ia preso... Aí, desse agora, a primeira vez que ele veio me agredir fisicamente, aí eu denunciei ele, caí fora.

<sup>53</sup> Ver análise presente na Seção 4.2.2.3 e Capítulo 2.

Por meio dos relatos percebo a influência do ‘discurso jurídico’ como forma positiva de legitimação de direitos que são negados quando trata-se de violência doméstica. Entretanto, ainda existe um discurso hegemônico que perpassa o contexto jurídico, e, apesar dos avanços de mecanismos que visam coibir a violência doméstica, existe a questão da punição que é questionada pelas mulheres, pois não consideram eficiente para erradicar o tipo de violência em questão, conforme observa Bisa:

Tatiana: O que você acha dessa nova lei?

Bisa : Eu acho ela... eu acho até que ela é uma boa, só que ela está mal elaborada. Ela precisa de ter uns reparozinhos muito... sabe? Por exemplo, assim... eu não entendo, tem certas coisas que não batem, essa justiça, ela é meia... meia falha não, ela é falha e meia. Porque, olha só, diz que dá cadeia de três anos... o crime é afiançável, de quinhentos reais a... até mil e pouco só, parece... Então, quer dizer... primeiro, se é afiançado... Vamos supor, se o cara me bate, eu denuncio, ele vai preso. Se ele tiver quinhentos reais, ele paga, vai para casa e me mata logo. Aí, não precisa mais de lei bosta nenhuma não. Para que essa lei então? Se o crime é afiançável, ele vai preso... sai, paga a fiança, vai para casa, me mata. E aí? Adiantou alguma coisa dessa lei? Não adiantou. Deveria ser inafiançável... se o indivíduo for preso, né? porque é muito raro ele ser preso também, já começa daí.

Por entender que as identidades passam pelo processo de representação, passarei à análise das identidades que as mulheres vítimas de agressão representam de seus agressores.

#### 4.3.2 As identidades dos agressores nos relatos de mulheres vítimas de violência

Considerando o conceito de identidade como sendo construída, moldada e moldante por meio do discurso, é possível observar a representação da identidade do agressor nos relatos das mulheres vítimas de violência. Um primeiro ponto a ser analisado é a forma como as mulheres identificam seus agressores. Se observarmos as entrevistas, não há a denominação de nenhum agressor pelo seu nome por parte das mulheres; somente no relato de Lúcia, está explícito o nome de seu companheiro e agressor. Os agressores são denominados por uma avaliação em que a caracterização do atributo sobressai-se ao indivíduo. Note os seguintes exemplos:

Júlia: (...)Ele era **violento** com qualquer coisa. Não tinha nada que a gente fizesse para ele assim, que achasse uma coisa boa, para ele estava bom. Tudo estava ruim. Tudo era **agressivo**, tudo... no tipo dele, que ele é **brabo** mais do que uns cachorro brabo mesmo.

Rosana: (...) ele sempre foi um homem **grosso**... assim, ele era **grosso** comigo... mas, não me deixava faltar nada... um bom pai, eu não posso dizer... eu não posso dizer que ele **não era um bom pai**... para o ( ). Mas isso não era suficiente.

Valentina : A gente discutia direto, né? porque ele sempre era **ciumento**... ele sempre foi **ciumento**. Depois, que eu tive o meu bebê, ele propôs da gente tentar morar junto, ele tinha plano até de casar mesmo... no papel, entendeu? no cartório e tal. Eu falava para... Eu não imaginava, assim, eu falava “para quê? Para depois ter mais trabalho para se divorciar?” Porque a gente discutia muito, né?

Lia: Ele não é **normal**, às vezes ele é **anti-social**. Porque, às vezes a gente ia em mercado assim, algumas coisas e, no meio das pessoas, ele... me xingava, sabe? me botava lá para baixo.

Em alguns casos, há a identificação do companheiro como uma pessoa que se torna violenta com o uso de bebidas ou drogas, mas não há a identificação do mesmo com o nome, sempre ocorre a denominação por meio do pronome de tratamento ‘ele’, que produz um certo distanciamento em relação ao agressor. Esse ponto deve ser considerado, pois uma das formas de rompimento do ciclo de violência é o distanciamento, conforme já explicitado.

Tatiana : Desde que você casou? Sempre foi assim?

Jô : Foi... Não, quando **ele** era mais novo **ele** não me batia não. ( ) **ele começou a usar drogas, ele só vivia me batendo.**

Tatiana : Como que você acha que você era? Por que que você acha que aconteceu isso com você?

Joana : Porque **ele era muito ciumento**, entendeu? **Ele sempre bebia**, e... sem motivo nenhum, **ele** já chegava já... espancando, entendeu? Sempre foi desse jeito.

Tatiana : E o que que você acha do seu companheiro?

Valentina :Ó, o único... **o que eu acho dele** é o seguinte, quando **ele** está bom, **ele é um homi**, uma maravilha de pessoa. O problema... o que estraga com **ele é o alcoolismo, a bebida**, né? Porque, **quando ele toma... basta ele tomar uma garrafinha de cerveja, (uns dois copos), ele já fica transtornado.**

Portanto, a figura masculina é representada por seus qualificadores que, geralmente, são negativos. Porém, encontram-se qualificadores positivos relacionados ao papel que o mesmo desempenha na sociedade tradicional, por exemplo, o de ‘bom pai’, de ‘cuidador’, o que indica a influência do ‘discurso da família tradicional’, dando à figura masculina um poder que é perpassado por meio de discursos ideológicos e hegemônicos.

Tatiana: Como era seu relacionamento com ele?

Camila: Fora a bebida... era um bom marido, **um bom pai, carinhoso comigo e com o meu menino**. Mas, o que... estava atrapalhando mesmo é a bebida e... os colegas, mal companhia, que é o que mais está atrapalhando ele... é a bebida dele.

Por esse motivo, as identidades que as mulheres vítimas de agressão representam de seus agressores ainda possuem características positivas, elas, por meio do ‘discurso

terapêutico’, percebem que a causa da agressividade está no relacionamento e não especificamente no agressor, conforme apresenta Camila:

Camila: (...) não sei qual **é o errado, se é eu, ou é ele**. Mas acho que **é os dois**...de ambas partes, **é os dois**.

Mas, sem uma intervenção Estatal, inclusive com a promulgação da Lei Maria da Penha, seria inviável fazer com que as mulheres saíssem do ciclo de violência e pudessem refletir a respeito de suas relações familiares. Passarei a algumas conclusões a respeito do capítulo.

#### **4.4 Conclusão**

Como parte do problema social de violência doméstica implica a representação de identidades, este capítulo analítico apresenta uma contribuição da ADC como instrumento e forma de percepção das alterações dessas identidades. Tomando por base o conceito de que o discurso faz parte de uma prática social, no caso da violência doméstica, procurei analisar a construção de identidades no discurso das mulheres que sofrem agressão, observando os principais atores sociais da referida prática: a mulher e o agressor, para que se possa desenvolver uma reflexão a respeito das identidades das mulheres, de seus agressores e das possíveis influências do ‘discurso jurídico’ nas mesmas.

Quanto às identidades femininas, não posso deixar de ressaltar que por estarem situadas em um ciclo de violência, possuem algumas características peculiares como a auto-depreciação e a interiorização de discursos hegemônicos, como o discurso da família tradicional e a conseqüente representação da figura feminina característica da sociedade tradicional. Quando há o rompimento do ciclo de violência por meio de uma intervenção Estatal, há uma interiorização de um ‘discurso terapêutico’ de proteção às vítimas, o que propicia o surgimento de uma *identidade de projeto*, com a busca por novas situações, incluindo ou não a família, e o trabalho. Esse é um momento em que as mulheres reconstruem sua auto-estima, representando-se como atoras sociais.

A identidade masculina do agressor e companheiro é posta em oposição, pois segundo o discurso hegemônico de gênero social estabelecido em nossa sociedade, há a propensão ao estabelecimento de oposições. Essas oposições derivam do Iluminismo, em que as identidades são concebidas por meio de oposições e contrastes. Na sociedade contemporânea, não cabe

falar em tais distinções, mas o discurso de oposições ainda está entranhado nas representações femininas, tornando-se um instrumento de imposição de uma hegemonia masculina<sup>54</sup>.

Tal característica torna-se marcante no discurso das mulheres vítimas de violência, ao considerarem uma oposição de identidades entre vítimas e agressores. O homem é o agressor, mas é o companheiro, o bom pai, recebendo, muitas vezes nomeações em que as qualidades como o papel de pai e de companheiro são ressaltadas. Isso também caracteriza a heterogeneidade da ‘identidade individual’, conforme discutido no Capítulo 1.

Com a análise das identidades presentes no discurso das mulheres, pode-se observar quais os discursos são interiorizados socialmente e como os mesmos afetam e constroem identidades distintas.

---

<sup>54</sup> Ver Capítulo 2, Seção 2.2.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS REFLEXÕES A RESPEITO DA PESQUISA**

Conforme explicita Fairclough (2003: 68), “a pesquisa social crítica deve ser reflexiva”<sup>55</sup>, pois uma pesquisa que envolve temas sociais pode não ter somente uma percepção. A posição do(a) pesquisador(a), considerando aspectos teóricos, sociais e temporais, pode influir diretamente na escolha por determinado foco. Ao considerar que a posição do(a) pesquisador(a) influi na forma de análise da pesquisa, uma maneira de conferir-lhe validade<sup>56</sup>, é deixar clara a posição do(a) mesmo(a).

O problema da violência doméstica tornou-se a peça central da análise ao perceber que estava associado a todas as classes sociais e que poucas discussões relacionadas à linguagem estavam sendo feitas. Com a implantação da Lei Maria da Penha, entretanto começou uma discussão a respeito do tema em todos os campos das ciências, inclusive na área da lingüística. A questão de violência foi investigada sob um prisma sociológico, pois o conceito de violência é bastante complexo e geralmente associado à agressão física, não considerando a violência psicológica.

Como questão social e temporal, percebe-se que a prática de violência doméstica no Brasil, nos dias atuais, está em processo de transformação, pois considero que a imposição de uma lei específica gerou mudança de comportamento social e influi diretamente nas identidades que são constituídas de aspectos coletivos.

A presente pesquisa teve o pressuposto de que a imposição de uma nova lei apresentaria mudança identitária, nas mulheres vítimas de violência e em suas representações referentes aos agressores (Cf. Introdução). Na busca de analisar as identidades das mulheres e suas representações foram traçadas as seguintes questões de pesquisa:

- 1) Que elementos lingüístico-discursivos constroem as auto-identidades de mulheres vítimas de violência doméstica?
- 2) Como as mulheres vítimas de violência doméstica constroem a identidade do agressor?
- 3) Que discursos institucionais constituem as identidades das mulheres vítimas de violência?
- 4) Que implicações tem a Lei Maria da Penha sobre as identidades das mulheres vítimas de violência?

---

<sup>55</sup> Minha tradução para: “critical social research should be reflexive”.

<sup>56</sup> Conceito explicitado no Capítulo 1, Seção 1.2.

Por meio do explicitado nos Capítulos 1 e 2, pode-se fazer um contraponto entre os elementos lingüístico-discursivos e os aspectos identitários. Na busca de respostas para as questões mencionadas, evidenciou-se que, na questão de violência doméstica nos relatos, percebe-se que a influência do gênero discursivo Lei existe, já que a maioria das entrevistadas relatou conhecer o texto legal, a Lei Maria da Penha e por meio do mesmo percebeu uma intervenção Estatal que influencia as identidades das mesmas (cf. Cap. 4, Seção 4.3.1).

Considero que, no aspecto discursivo, há a influência de discursos de algumas áreas sociais nas identidades das mulheres, como o ‘discurso religioso’, o da ‘família tradicional’, o ‘terapêutico’, que passam a conhecer após entrarem para o programa Casa Abrigo, e o ‘jurídico’ (cf. Capítulo 4, Seção 4.2).

Também foram explicitados os significados de metáforas na construção da representação; de léxicos específicos que produzem sentidos e contextos diferentes; das vozes apresentadas por meio do ‘relato direto’; da modalidade e da avaliação para a construção de representações de si mesmas e de seus agressores.

Com base nos elementos já citados, observei que as mulheres submetidas ao programa Casa Abrigo, após algum tempo, conseguem sair de uma *identidade de resistência* e passar para uma *identidade de projeto*<sup>57</sup> na medida em que vislumbram possibilidades de enfrentamento ante o que lhes aconteceu. Quanto à representação de seus agressores, percebi que houve um distanciamento, pois a maioria das entrevistadas não explicitava o nome do agressor e nem o associava a uma função social específica, como a de que trabalho realizavam. As mulheres denominavam seus agressores utilizando somente o pronome de tratamento ‘ele’(cf. Capítulo 4, Seção 4.3.2).

As mulheres que estão situadas no programa Casa Abrigo possuem uma identidade de mulheres vítima de violência, pois estão em um ciclo de violência que foi rompido com a intervenção Estatal, porém apresentam suas identidades transformadas a partir do momento em que conseguem uma melhora em suas auto-estimas e indicam, por meio do discurso, uma expectativa futura, após o trabalho terapêutico realizado.

Cabe ressaltar que, conforme observado no Capítulo 2, se não houver uma intervenção terapêutica também em relação ao agressor, o ciclo de violência tende a repetir-se, com a mesma mulher ou com outra. A intervenção Estatal nos casos abordados foi fundamental, pois sem a mesma, o ciclo de violência poderia levá-las à morte. O Estado cumpre o seu papel de

---

<sup>57</sup> Conceito de Castells (trad. 2006)

cuidador e defensor da vida nesses casos, mas foram necessários muitos anos de reivindicações para que a questão da violência doméstica fosse tratada pelo Estado.

O programa Casa Abrigo está vinculado ao governo local, o que faz com que tenha muitos problemas em relação à contratação de pessoal e a verbas. Com a presente pesquisa, fica a sugestão de vínculo do programa ao nível federal, o que tornaria a troca de pessoal menos freqüente. Isso seria benéfico para as mulheres e os homens, pois conforme explicitado, precisam de um atendimento psicológico para ser desfeito o ciclo a que estão submetidos (cf. Capítulo 2, Seção 2.3).

Analisar o problema da violência doméstica fazendo o contraponto entre linguagem e sociedade salienta a relação entre discurso e ideologia, uma vez que o discurso constitui-se em mecanismo para a propagação de uma ideologia hegemônica de gênero. Perceber as relações entre a violência doméstica e o discurso pode criar mecanismos que evidenciem possíveis soluções, investigando mais a fundo as verdadeiras causas do problema em nossa sociedade.

Fica como sugestão para futuras pesquisas a investigação das verdadeiras transformações que a Lei Maria da Penha pode desempenhar como mudança social. Identificando quais as influências e possíveis modificações no contexto jurídico e social.

Por último, deve-se observar que a presente pesquisa atenta apenas a uma pequena parcela da violência doméstica, já esse tipo de violência pode ocorrer segundo diversas nomenclaturas e formas de atos de agressão (cf. Capítulo 2, Seção 2.2), apontando para necessidade de mais pesquisas na referida área, pois esse problema social está situado em uma rede de práticas que atinge diversos atores sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALKMIM, T. M. Sociolinguística. in: F. MUSSALIN & A. C. BENTES. *Introdução à linguística. Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANGELIN, F. P. *Construindo novos discursos sobre a violência doméstica. Uma articulação entre a Psicologia Clínica e a Justiça*. Dissertação (mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2004.
- AZERÊDO, S. *Preconceito contra a “mulher”. Diferença, poemas e corpos*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C.; e MESQUITA, A. (orgs.). *Violência contra as mulheres. A experiência de capacitação das DEAMs da região Centro-Oeste. Cadernos Agende; 5*, Brasília, 2004.
- BARSTED, L. L. A violência contra mulheres no Brasil e a convenção de Belém do Pará dez anos depois. in: *O Progresso das mulheres no Brasil*. Unifem, Fundação Ford, Cepia. Brasília, 2006.
- BARKER, C. & GALASINSKI, D. *Cultural studies and discourse analysis. A dialogue on language and identity*. 2ª ed. Londres: SAGE Publications, 2003.
- BENWELL, B. & STOKOE, E. *Discourse and identity*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006.
- BESSA, D. *Charges eletrônicas das eleições de 2006: uma Análise de Discurso Crítica*. Dissertação (mestrado em Linguística). Departamento de Linguísticas, Línguas Clássicas e Vernáculas. Universidade de Brasília, 2006.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. trad. M. H. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, 8 de ag. 2006.
- CAETANO, C. J. M. *A alegoria, uma análise discursiva em: sombras de reis barbudos* (mestrado em Linguística). Departamento de Linguísticas, Línguas Clássicas e Vernáculas. Universidade de Brasília, 2004.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Trad. K. B. Gerhardt. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CDMDF. *Programa Casa Abrigo*. Brasília: Conselho do Direito da Mulher, 2003.

CHOULIARAKI, L & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity. Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

DENZIN, N. & LINCOLN, Y.(Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens*. Trad. S. R. Netz.. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, G. R. S. & PONDAAG, M. C. M. A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. in: A. M. O. ALMEIDA, *et al.*(Orgs.). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais*. Brasília: Editora da UnB, 2006.

ELLSBERG, M. & HEISI, L. (Orgs.). *Researching violence against women. A practical guide for researchers and activists*. Washington: World Health Organization, PATH, 2005.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. I. Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001a.

\_\_\_\_\_. The dialectics of discourse. *Textus*, XIV(2). 231-242, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Analysing discourse. Textual analysis for social research*. Londres e Nova York, 2003.

\_\_\_\_\_. Transition, patriarchy and 'room-service feminism' in Romania: a critical discourse analysis perspective. Conferência ministrada em congresso sobre Gênero e Linguagem. Atenas, 2005. disponível em: <<http://www.ling.lancs.ac.uk/staff/norman/roomservice.doc>>, acesso em: 10 de junho de 2007.

FAIRCLOUGH, N. & WODAK, R. (1997). Análisis crítico del discurso. in: T. van DIJK. *El discurso como interacción social*. trad. T. van Dijk. Barcelona: Editora Gedisa, 2001.

FIGUEIREDO, D. Os discursos públicos sobre o estupro e a construção social de identidade de gênero. in: V. HERBELE *et al.*(orgs.). *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

FLETCHER, J. *Violence & civilization: an introduction to the work of Norbert Elias*. Polity Press, 1997.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. S. Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.

FOWLER, R. Sobre a lingüística crítica. . *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, especial, 2004. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/09.htm>> acesso em: 13 de março de 2006.

GIDDENS, A. *Modernity and self-identity*. Stanford University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade estadual paulista, 1993.

\_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. 2ª ed. Trad. R. Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GRADDOL, D. & SWANN, J. *Gender voices*. Oxford: Blackwell Publishers, 1989.

GROSSI, M. P. Feministas históricas e novas feministas no Brasil. *Sociedade e Estado*. Vol. XII,(2) jul/dez., 1997.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Trad. T. T. Silva & G. L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. *A introduction to functional grammar*. New York: Arnold, 1985.

HERMANN, J. & BARSTED. L. L. *Violência contra a mulher: um guia de defesa, orientação e apoio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: CEPIA/CEDIM, 2000.

HOLLAND, D. *et al* (Orgs.). *Identity and agency in cultural worlds*. London: Harvard university Press, 1998

KUJAWSKI, G. *Discurso sobre violência e outros temas*. São Paulo: Soma, 1985.

LAZAR, .M. M. Politicizing gender in discourse: feminist critical discourse analysis as political perspective and praxis. in: M. M. LAZAR. *Feminist critical discourse analysis: gender, power and ideology in discourse*. Palgrave Macmillan, 2005, p. 1-28.

LIMA, M. C. *Discursos e identidades de gênero no contexto da escola*. (Tese de doutorado em Lingüística, inédita). Departamento de Lingüísticas, Línguas Clássicas e Vernáculas. Universidade de Brasília, 2007.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidian*. Campinas: mercado das Letras, 2002.

MAGALHÃES, I. Discurso, ética e identidades de gênero. in: I. MAGALHÃES, M. J. CORACINI & M. GRIGOLETTO. *Prática identitárias: língua e discurso*. p. 71-96. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso publicitário. *Revista da Abralín*, v. 4 (2): 231-260, 2005a.

\_\_\_\_\_. Interdiscursivity, gender identity and the politics of literacy in Brazil. in: M. M. Lazar. *Feminist Critical Discourse Analysis*. Gender, power and ideology in discourse. Palgrave Macmillan, 181-204, 2005b.

\_\_\_\_\_. Introdução. A Análise de Discurso Crítica. *D.E.L.T.A*. São Paulo, 21, 1-9, Especial, 2005c.

\_\_\_\_\_. Escrita e Identidade. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília, 7, 106-118, 2004a.

\_\_\_\_\_. Teoria crítica do discurso e Texto. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, especial, 113-131, 2004b.

\_\_\_\_\_. Interdiscursividade e identidade de gênero. in: I. MAGALHÃES & M. C. LEAL (orgs.). *Discurso, gênero e educação*. p. 33-62. Brasília: Plano Editora, 2003.

MAISON, J. *Qualitative reserarching*. London: Sage, 1996.

ODALIA, N. *O que é violência*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, D. D. et al. (Orgs.). *Primavera já partiu. Retrato dos homicídios femininos no Brasil*. Petrópolis: editora vozes, 1998.

PEREIRA, C. A. M. et al. (Orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PITANGUY, J. Introdução. in: J. Pitanguy. *A questão de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: CEPIA, Banco Mundial, 2003.

RESENDE, V. M. & RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, A. (2004). *Uma breve história de luta e conquistas*. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=66>> acesso: 10 de outubro de 2007.

SCARDUELI, M. C. N. *A representação da delegacia da mulher para policiais civis da 19ª região policial catarinense*. Dissertação (mestrado em Ciências da Linguagem). Departamento de Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2006.

SILVA, T. T. (org.) *Identidade e diferença; a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVERMAN, D. *Doing qualitative research*. Londres: Sage, 2000.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: vozes, 1995.

STUBS, M. *Discourse analysis. The sociolinguistic analysis of natural language*. Basil Blackwell, 1983.

SUÁREZ, M. & BANDEIRA L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. in: C. Bruschini & S. G. Unbehaum (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 298-320, 2002.

SUNDERLAND, J. *Gendered discourses*. Palgrave Macmillan, 2004.

van DIJK, T. (1997) El discurso como interacción em la sociedad. in: van DIJK, T. *El discurso como interacción social*. Trad. T. van Dijk. Barcelona: Editora Gedisa, 2001.

WASH, C. *Gender and discourse. Language and power in politics, the church and organizations*. Pearson Education, 2001.

WODAK, R. Do que trata a ADC – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, especial., 113-131, 2004. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/00.htm>> acesso em: 13 de março de 2006.

WODAK, R. *et al. The discursive construction of national identity*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

WODAK, R. & WEISS, G. Analyzing European Union Discourses. in: R. WODAK & P. CHILTON. *A new agenda in (critical) discourse analysis*. John Benjamins Publishing Company, 2005.

WOLFINGER, N. H. *On writing fieldnotes. Collection strategies and background expectancies*. London: SAGE, p. 85-95, v. 2 (I), 2002.

WOODWARD, K. identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual. in: T. T. SILVA (Org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. p. 7-72. Petrópolis: Vozes, 2000.

## ANEXOS I – Entrevistas com mulheres vítimas de violência doméstica

### 1) Entrevista com Telma

Tatiana : Quantos anos você tem.

Telma : Vinte e nove.

Tatiana : Vinte e nove.

Telma : hhh

Tatiana : Vinte e nove.

Telma : Vinte e nove.

Tatiana : Você mora em Brasília há quanto tempo.

Telma : Já tem...vai fazer onze anos...já. tem onze anos.

Tatiana : Você morava aqui. Nasceu aqui, ou não.

Telma : Não, eu vim do Maranhão. Do Maranhão, eu vim para trabalhar aqui e aqui estou a onze anos.

Tatiana : Então, você veio direto do Maranhão.

Telma : Vim direto do Maranhão para cá.

Tatiana : x

Telma : Foi eu estou lembrando da outra entrevista ((entrevista piloto realizada no Conselho da Mulher))

Tatiana : Quantas pessoas moravam na sua casa.

Telma : Aqui.

Tatiana : É:lá na sua casa.

Telma : Eu, meu marido e meus dois filhos. Quatro. Três. Comigo, quatro.

Tatiana : Como era seu relacionamento com o marido?

Telma : No início era ótimo... só flores. Depois foi ficando mais... Depois... pouco tempo depois da gente ficar junto... começou toda a discussão... Se bem que a discussão mesmo começou, a coisa toda começou a ficar ruim assim, logo depois que ele soube que eu fiquei grávida. Antes, até era ótimo, nossa, era tão bom... Mas, no dia que eu falei 'Olha, eu estou grávida'... parece assim que o encanto se quebrou, sabe? Assim... Acabou. Aí, começou a ficar... qualquer coisa já respondia, ficava agressivo... ficava... tudo ele ficava chateado... Nada estava bom... nada, nada... Aí começou com as discussão... dessa discussão, passou para a agressão... até o dia eu vim parar aqui.

Tatiana : Como que você veio para a casa abrigo?

Telma : Então, foi justamente ( )... ele começou a dizer que tinha ciúmes... não tinha, porque eu não acredito... eu não acredito nisso de jeito nenhum... E começou com negócio de ciúmes, e traição, e... e dele beber demais. Nossa, bebia demais, começa a beber assim... sem parar, sabe? Podia faltar tudo dentro de casa, mas, bebida, ele tinha que comprar. E aí a gente começou ( ) a me agredir muito, né? tanto verbalmente como fisicamente... e... eu... não agüentei mais... Os meninos já estavam crescendo... e só vendo aquela agressão, agressão... Não era um pai que eu queria para os meus filhos... realmente... Porque, eu ficava com ele, mesmo sem gostar, mas porque eu pensava assim... 'Não, ele vai ser um bom pai,' né? 'Os meninos precisam de um pai. Um pai'... Eu sempre acreditei nessa vida em família, sabe? Sempre acreditei. Mas, como... começou a... nossa, maltratar todo mundo. Ele só não batia nos meninos quando estava bêbado, mas... o resto, ( ) tudo, tudo... Eu falei, 'Não agüento mais não.' Aí eu resolvi... denunciar ele... e foram, me trouxeram para cá. Já tem uns... seis meses que eu estou aqui. Misericórdia, não vejo a hora de sair.

Tatiana : Mas, como que você ficou sabendo da casa abrigo?

Telma : Da casa abrigo? Eu... Foi assim... eu fui para o Guará, para a casa de uma ex-patroa... e, lá, ela me falou, 'Olha, Telma, tem uma casa que acolhe mãe solteira.' Ela não falou nem casa abrigo... ela disse que acolhe mãe solteira. Eu falei 'É essa casa que eu quero ir.' Ela disse 'Só que, para isso, você vai ter que denunciar o seu marido.' Eu falei 'Tudo bem.' Aí... ela falou 'Tem que ir na delegacia da mulher,' aí eu liguei para a delegacia da mulher... e lá a agente atendeu... Aí, informou como que era tudo, aí eu vim... fiz a denúncia... e vim para cá... ( )... Quase que eu ia para um albergue.

Tatiana : Mas por quê? Ele chegou a agredir?

Telma : Chegou a agredir.

Tatiana : Como foi?

Telma : Me ameaçava com faca, sabe? Chegava assim, colocava a faca bem no meu pescoço assim, ó. Coisa mais horrível, nossa situação tão horrível. Colocar faca no pescoço, e... eu acho que... teve uma vez que ele só não me matou porque meu menino de três anos... de quatro anos, agora, né? na época, tinha três... entrou no meio, por incrível que pareça. Ele entrou no meio e ficava me segurando, pedindo para o pai dele parar. Mas era uma situação horrível... uma situação muito difícil. Ele com a faca, e, quando ele vinha... para me... furar assim, aí o bichinho entrava no meio... ficava com medo, né? Aí ele falava 'Só não vou fazer nada por causa dos meninos... não vou fazer nada por causa dos meninos.' Ficava a noite toda, a noite toda, ( )... Era horrível... a situação. Mas ( ) falei 'Não, não agüento mais não.'

Tatiana : E o que você acha da casa abrigo?

Telma : Ah, a casa abrigo, eu acho muito bom. O projeto, a casa assim em si é maravilhosa. Eu gostei muito quando... assim, hoje, eu arranjei muita coisa... muito... quando ( ) você está assim, no fim do túnel, você não sabe mais o que fazer, para onde ir... sabe? para quem recorrer, a casa abrigo foi essa... para mim foi assim... uma luz no fim do túnel, sabe? ( )... porque eu não tinha para onde ir, eu não tenho nenhum parente aqui... para mim foi uma luz assim, mandada por Deus, a casa abrigo e foi, e... e assim...

## 2) Entrevista com Bisa

Tatiana : Quantos anos você tem?

Bisa : Quarenta e... quarenta e três.

Tatiana : Quarenta e três?

Bisa : É.

Tatiana : Onde você morava?

Bisa : No Riacho Fundo Dois.

Tatiana : No Riacho Fundo? Você é daqui de Brasília?

Bisa : Sou.

Tatiana : Sempre morou... a vida inteira aqui?

Bisa : É, morei... passei quatro anos e pouco só fora, morei em Rondônia.

Tatiana : E como você conheceu a casa abrigo?

Bisa : A casa abrigo, eu vim conhecer agora, depois deu ter me envolvido com... com esse moço, né? que:... vivia me agredindo, me ameaçando, ameaçando a matar a minha família, eu vim conhecer agora, esses dias... ( ) assim, esses dias não, esses meses que eu estou aqui, de novembro para cá... que eu sabia que existia. Até então, eu nem sabia o que que era a casa abrigo.

Tatiana : E como... quantas pessoas moravam na sua casa?

Bisa : Só eu e ele.

Tatiana : Só vocês dois?

Bisa : Uhum.

Tatiana : Não... não tinham filhos?

Bisa : Não, não... é... Esse daqui foi um... um relacionamento assim que eu... comecei... ainda bem que eu não agüentei muito tempo, foram só dez meses... Aí, eu conheci, fui morar com ele, aí agüentei só dez meses, aí... não agüentei mais não, foi pouco tempo. Não deu certo, ele já queria me espancar demais, aí eu num... teria muito amor por ele... muito amor por espancamento não, vamos dizer assim... esse negócio de 'Ah, eu te amo,' e ficar apanhando está por fora.

Tatiana : E como era seu relacionamento com ele?

Bisa : Bom, era até legal, né? quando ele estava sóbrio, porque... quando ele... ele era viciado, ele era usuário de drogas... então era até bom... quando ele não estava com... com o uso da droga, era até legal. Ele é uma pessoa muito gente boa, sabe? inclusive. Com relação assim, ele... gosta de fazer tudo para dentro de casa, (é) tudo para dentro de casa... é atencioso, se você estiver doente, ele te ajuda, ele faz tudo dentro de casa, ele te ajuda e tudo... Mas tem esse efeito que, quando ele... ele usa a droga, ele fumava... no caso... ele fumava maconha e tomava muita pinga... aí ele ficava meio doidão, qualquer coisinha... igual já me acordou me batendo... uma vez eu estava dormindo... apesar que eu também bebia muito, né? Aí, mas uma vez ele me acordou... eu estava dormindo, ele me acordou me espancando, me batendo, queria ter relações sexuais todos os dias... entendeu? Acho que num... não necessariamente a gente tem que... só porque está casado, tem que praticar o sexo todo dia... né?

Também não é por aí... tudo... tudo demais enjoa, né? Mas aí ele... em outros termos, tirando a droga, ele é uma pessoa super gente boa.

Tatiana : E como você veio para a casa abrigo?

Bisa : Eu vim por isso. Ele me bateu, eu me cansei, estava cansada já de apanhar, denunciei... aí, quem me convenceu a vir, que eu não ia vir também... quem me convenceu a vir foi meus irmãos... com medo assim, da violência dele, né? Porque ele ameaçava mesmo matar... até meus irmãos, né? minha mãe, meus filhos... eu não tenho filhos com ele... então ele ameaçava em bater... matar minha mãe, meus filhos... aí... foi meus irmãos que me convenceram a vir para cá, e dar um tempo aqui... para ver se ele... né? ia ficar. Mas aí, já teve a audiência, ele... parece até que está mais tranqüilo, parece que ele já foi solto também... agora está tudo... mais ou menos encaminhado. Mas o medo ainda continua, né? O medo poder encontrar com ele no meio da rua, isso pode acontecer... quando eu sair daqui, né? Tudo é possível. Aí, eu não sei qual será a reação. Porque, a reação dele diante do juiz é uma, e... e lá fora? Na frente do juiz, você está bem amparada, está, né? Mas, e fora, sozinha? Numa noite aí, sei lá... numa esquina do setor comercial, por exemplo, você vai virando uma esquina, ele a outra... e vai que se choca assim? Tudo pode acontecer. Eu tenho medo assim. Mas, fazer o quê, né? Tem que encarar a vida, a vida é essa. O risco, vai ter que correr. Apesar que ele está com... eu estou com... Ele não pode chegar perto de mim por quinhentos metros, né? nem eu dele. Mas, isso não é garantia de vida para ninguém... Quem garante que ele não vai fazer, ou se ele não vai mandar alguém fazer alguma coisa comigo? Porque, aí é que está, eu tenho medo é dos alguém que ele possa vir a conhecer e falar assim, 'Ó, está vendo aquela ali ó? Eu não posso chegar nela não, mas você pode.' E chegar, e fazer algum mau, né? Me dar uma facada, um tiro, sei lá. Tenho medo é disso.

Tatiana : Como é que você se via antes... de vir para a casa abrigo? E agora?

Bisa : Bom, aqui foi bom para mim refletir um bocado, sabe? Porque, não é pela idade... não vou falar que isso tem idade porque eu acho que, eu tenho os meus quarenta e poucos, mas nem por isso eu tenho juízo, sabe? Sempre gostei assim de uma aventura... um lance assim meio louco, né? Sempre é gostosinho, dá um friozinho na barriga danado. Mas, acho que tem certas loucuras que não valem a pena. Essa mesmo foi uma, deu conhecer... conhecê-lo e morar com ele sem... saber direito quem é, né? quem realmente ele é. Então, quer dizer, essa foi uma das loucuras que eu... que eu fiz e me dei mal. Mas, (não é antes do conhecer)/... antes de conhecê-lo então... eu não vou falar nem de casa abrigo... antes de conhecê-lo... minha vida era normal, sabe? eu... para mim... eu... só estava faltando um emprego fixo. Porque, no caso... estava fazendo... trabalhando... autônoma, né? Mas, faltava só o emprego fixo. Mas era normal. Aí, conheci ele, ele veio... cheio de sete um, né? Porque, para me enganar só sendo cheio de sete um mesmo. Aí, prometeu mundos e fundos, e não sei o quê, não sei o quê... Quando começou a me espancar, me xingar... dentro da minha casa, não é? Aí eu olhava assim, e falava assim, 'Não é possível, eu estou sendo humilhada dentro da minha própria casa? Isso é um desaforo, não é possível.' Até que um dia ele fez uma que... sabe? eu falei assim, 'Não, é a gota. Eu tenho que me amar, não é possível. Eu não vou amar mais aos outros do que a mim mesma.' Foi aí que eu tomei... resolvi tomar a decisão de denunciá-lo. Porque, até então... antes de denunciá-lo, eu já tinha ido duas vezes na polícia e não... não denunciei. Aí eu falei 'Não, um é pouco, dois é bom, três enche o saco'. E aí denunciei. Mas eu já tinha ido duas vezes para denunciar e eu não tive coragem.

Tatiana : Porque você acha que aconteceu isso com você?

Bisa : Ah, talvez por... por... talvez por assim, vamos dizer assim... se for falar, assim, talvez por carência, né? que todo mundo tem... seu lado carente. Então, às vezes você fica assim... muito carente, aí se apegue a qualquer sete um que o homem joga, no caso... a mulher também, não vou dizer que não tenha mulheres pilantras, porque tem... Mas, a mulher, por exemplo assim, fica mais carente... aí vai na lábia do rapaz, ou do Don Juan, né? Don Juan... e aí eu... caí assim, pela carência e pela:... pela carência dele... aliás, pela carência de um... de um companheiro... e pelo sete um dele que é muito forte, né? acho que foi isso. E, a situação que nos... chegou a fazer isso, eu acho que foi mais o uso das drogas mesmo. Eu com a bebida, e ele com... com a maconha, com coca... entendeu? O que pintasse, ele estava... Acho que o que mais atrapalhou foi isso mesmo. Porque, ele, sem beber, ele não me triscava um dedo... sem, sem beber, ou sem fumar, ele não me triscava um dedo sequer... me tratava super bem. Mas, acho que o que contribuiu mais foi isso mesmo.

Tatiana : E quais seus planos para o futuro?

Bisa : Bom, sair daqui, né? A minha casa, eu tive que vender, porque num... ele acabou com a casa, detonou a casa todinha... Sair daqui, ver se eu arrumo uma casa para comprar... ver se eu arrumo um

emprego, continuar a vida, né? Fazer o quê? Ver se eu volto até a estudar, também... para ver se ocupa um pouco o tempo... Mas, fazer o quê? Tocar a vida, né? Só lamento porque, eu, por exemplo, às vezes a gente fica marcada assim... psicologicamente isso, no subconsciente, vai ficar gravado. Qualquer pessoa que eu ver assim, eu vou ficar com medo que seja ele. Até mesmo se seja... se for a pessoa dele, apesar de estar... estar proibido chegar perto, mas ninguém proíbe ninguém porque não vai ter guarda nenhum mesmo, né? perto de mim. Então, mesmo que ele tente se aproximar de mim, eu sempre vou ter aquele receio, ele pode querer me matar, ele pode... fazer... É uma coisa que num... acho que não é um sentimento legal para ninguém, né? Assim, não é bom para o seu interior... você ter que ficar sempre vigiando as suas costas... olhando sempre para trás para ver se tem alguém com uma faca... É ruim, não é? Eu acho que isso vai ficar no meu subconsciente. Então, eu vou ficar sempre assim... Acho que, quando eu sair daqui, eu vou ficar assim... meia assim, olhando para um lado, para o outro, para trás... né? Isso vai ser normal... pelo menos a princípio... Só o tempo, só o tempo pode dizer.

Tatiana : O que que você acha dessa nova lei?

Bisa : Eu acho ela... eu acho até que ela é uma boa, só que ela está mal elaborada. Ela precisa de ter uns reparozinhos muito... sabe? Por exemplo, assim... eu não entendo, tem certas coisas que não batem, essa justiça, ela é meia... meia falha não, ela é falha e meia. Porque, olha só, diz que dá cadeia de três anos... o crime é afiançável, de quinhentos reais a... até mil e pouco só, parece... Então, quer dizer... primeiro, se é afiançado... Vamos supor, se o cara me bate, eu denuncio, ele vai preso. Se ele tiver quinhentos reais, ele paga, vai para casa e me mata logo. Aí, não precisa mais de lei bosta nenhuma não. Para que essa lei então? Se o crime é afiançável, ele vai preso... sai, paga a fiança, vai para casa, me mata. E aí? Adiantou alguma coisa dessa lei? Não adiantou. Deveria ser inafiançável... se o indivíduo for preso, né? porque é muito raro ele ser preso também, já começa daí. O rapaz, para pegar três anos, acho que tem que fazer... tem que quase matar a mulher, porque não é possível... eu ainda não vi uma que entrou aqui, do tempo que eu estou... eu já estou aqui há quatro meses... não vi uma que entrou... que o homem foi preso, ou ficasse preso mais... O meu mesmo, ele foi preso por noventa dias... Mas não foi por minha causa. Não foi por causa da minha agressão. Sabe porque que foi? Foi porque ele... descumpriu a autoridade, o cumprimento do juiz. Ele se aproximou da casa da minha mãe, que tem menos de duzentos metros da onde ele estava, por isso que... e ele foi pego em flagrante. Por isso que ele foi preso. O meu espancamento, ele ficou preso uma semana, cinco dias aliás, não foi nem uma semana... foram cinco dias. Então, quer dizer, ela está... entendeu? ela ainda não está funcionando. Outra coisa, por exemplo, o... o Orlando, ele tem... ele estava em condicional... ele está em condicional... quer dizer, ele respondeu um processo, que é o meu, ele ficou preso por outra coisa... e não quebrou a condicional dele, acredita? Quer dizer... não une, entendeu? Eu acho que a justiça, ela é falha por isso, não uniu. A partir do momento que o... que a pessoa está em condicional, ele já não deveria ser preso, muito menos solto... ele não poderia nem aprontar nada... nem pensar em me bater. Quer dizer, ele vai preso porque é espancado, cinco dias só... Depois, vai preso porque é tentou... tentou... só por ele ter... ele tentou invadir a casa da minha mãe, por isso que minha mãe denunciou ele... então, quer dizer... aí, ele descumpriu o mandado do juiz, que a minha mãe conseguiu a distância dele de duzentos metros... aí ele descumpriu, por isso ele foi preso, passou três meses preso... Quer dizer, se ele passou três meses preso... olha só, a condicional, a pessoa tem que carimbar de dois em dois meses a condicional... Então, se ele passou três meses preso, ele passou uma condicional sem ser carimbada. Quer dizer, aí não quebrou a condicional do rapaz? É isso que eu acho assim, incrível. Como é que não bate, entendeu? Por isso que a lei não funciona. Porque teria que se juntar. Ele já não poderia nem me bater, ser preso por agressão muito menos... fumar e beber, nem pensar também, diz lá... reza lá no código lá não sei das quantas... Então, quer dizer, é tanta lei para ficar só no papel... Porque, na prática mesmo, daqui que você prova que focinho de porco não é tomada... vai tempo. Por isso que eu acho, é muito mal... está faltando alguns coisas... para ela ser assim bem executada mesmo, está faltando... Porque, é:: do meu mesmo, da lesão corporal, não ficou quase nada... ele não pegou nada praticamente. Eu ainda não vi nenhum ficar três anos... que a juíza desse três anos de cadeia para o cara porque ele... agrediu a mulher. Eu não vi um caso ainda. Então, quer dizer, está sendo mal... está faltando, está muito... está muito... deixa a desejar, entendeu?... entendeu?

Tatiana : E o que você acha da casa abrigo?

Bisa : A casa abrigo é ótimo. Cada um... é um lugar bom assim... dá para você refletir, pensar nas pessoas. Às vezes você pensa que seu... 'Ah, meu caso é o pior do mundo!' e não é, chegam pessoas aqui com as histórias bem piores que a sua, sabe? Pessoas bem... em estados bem piores. Éh eu gosto daqui, eu não acho ruim não. O ruim é só você... ter que ficar, dia, noite, noite e dia; dia, noite, noite e dia; e as fofoca e briga de mulher. O resto é uma maravilha. Mas a... as fofoca e as briga também de vez em quando a gente até de diverte. Não tem nada o que fazer aqui, a não ser ficar assim, mas é um bom lugar assim, para você refletir, pensar, se... se... sei lá, e... ir preparando, sabe? ir se preparando aos poucos, assim... fortalecendo, se fortalecendo interiormente... no seu interior assim. É bom, se você souber assim, bem aproveitar o tempo, dá para você refletir, pensar, rezar, orar muito... conversar muito com Deus e... ir se fortalecendo espiritualmente para num... sair lá fora e ter cabeça o suficiente para não... cair em outra, né? porque a gente nunca sabe... E eu, como eu sou sem juízo mesmo...

Tatiana : Está jóia.

Bisa : E mulher é bicho besta, mulher se ilude com qualquer bosta, não é? qualquer porcaria. Hoje em dia, na escassez que está homem então, meu Deus do céu... não é não? Então.

Tatiana : Obrigada pela entrevista.

Bisa : Só isso.

Tatiana : Só.

### 3) Entrevista com Jô

Tatiana : Quantos anos você tem?

Jô : Vinte.

Tatiana : Vinte? (Onde você morava)?

Jô : Eu morava em Sobradinho.

Tatiana : Sobradinho? Você é daqui de Brasília mesmo?

Jô : Não, sou da Bahia. (Mas eu estava) morando lá em Sobradinho.

Tatiana : Você veio para cá faz muito tempo?

Jô : Não, tem pouco tempo.

Tatiana : Pouco tempo?

Jô : Eu vim para cá duas... três vezes.

Tatiana : Como que você veio para a casa abrigo? Por que que você veio para a casa abrigo?

Jô : Porque meu marido me bateu, aí eu vim para cá.

Tatiana : Quantas pessoas moravam com você lá, na sua casa?

Jô : Morava eu só, meu marido e meus filhos.

Tatiana : Quantos filhos você tem?

Jô : Tinha dois.

Tatiana : Dois? Aí, como foi?

Jô : Agora, da vez que eu vim para cá?

Tatiana : É?

Jô : Ele cortou meu dedo... aí eu peguei e vim para cá.

Tatiana : Você deu... fez a denúncia?

Jô : Eu dei queixa lá no... na delegacia de lá da... de lá de onde eu moro... Aí, me levaram lá para a delegacia da mulher daqui... aí me trouxeram para cá, depois.

Tatiana : Veio com seus filhos?

Jô : Não, sozinha.

Tatiana : Sozinha? Seus filhos ficaram ( )?

Jô : Da outra vez eu vim para cá com meus filhos. Mas, ( ) eu queria ir embora, aí o ( ) pegou e tomou eles... ( ) vara de infância.

Tatiana : Estão na vara de infância... E como... como que você se via assim, antes de vir para cá? Como é agora?

Jô : Como assim?

Tatiana : O que que você sentia antes de vir para cá com eles?

Jô : Quando eu vim para cá?

Tatiana : É.

Jô : Como assim?

Tatiana : Como que você se sentia lá com ele... com seu marido?  
 Jô : Ele vivia só me batendo.  
 Tatiana : Desde que você casou? Sempre foi assim?  
 Jô : Foi... Não, quando ele era mais novo ele não me batia não. ( ) ele começou a usar drogas, ele só vivia me batendo.  
 Tatiana : Começou depois de quê?  
 Jô : Depois que ele começou a ficar usando drogas.  
 Tatiana : E o que que você acha da casa abrigo?  
 Jô : Eu acho bom.  
 Tatiana : O que que você aprende aqui de bom?  
 Jô : Até agora eu não aprendi nada.  
 Tatiana : O que que você acha do seu marido?  
 Jô : Que ele é ( ), ele é ruim demais... ele me bate demais.  
 Tatiana : Ele te ameaçava sempre?  
 Jô : Ameaçava.  
 Tatiana : E os meninos?  
 Jô : Os meninos não, só eu.  
 Tatiana : Era ele que tomava conta da família? Como que funcionava, você trabalhava?  
 Jô : Não, eu andava na rua pedindo.  
 Tatiana : E ele que...  
 Jô : Ele roubava para fumar... para fumar o trem dele lá.  
 Tatiana : É?... E o que que você acha agora desta... dessa nova lei de denunciar e ir preso?  
 Jô : ( ) meu coração... eu não tenho coração para isso não... Eu gosto muito dele.  
 Tatiana : Você denunciou?  
 Jô : Não.  
 Tatiana : Você não denunciou não? Você só veio para cá?  
 Jô : Foi.  
 Tatiana : Por que você não denuncia ele?  
 Jô : Como assim?  
 Tatiana : Por que que você não denunciou ele?  
 Jô : Eu dei queixa dele na delegacia da mulher.  
 Tatiana : É?  
 Jô : Mas não quis que ele ficasse preso não.  
 Tatiana : Por quê? Você acha que...?  
 Jô : ( ) quando ele sair de lá, ele vai fazer a mesma coisa. Ele vai querer me matar... Ele vai sair de lá mais revoltado ( ).  
 Tatiana : Como que você acha que devia tratar assim com ele?  
 Jô : Eu sei lá...  
 Tatiana : Você...  
 Jô : ( ) mudar de usar droga... para de fumar ( ).  
 Tatiana : Você voltaria para ele... se ele parasse?  
 Jô : ( ) voltava.  
 Tatiana : Voltava? Quantos anos ele tem?  
 Jô : Não sei não.  
 Tatiana : Ele é mais novo ou mais velho que você?  
 Jô : Acho que é mais velho.  
 Tatiana : Mais velho que você?  
 Jô : É.  
 Tatiana : Tá, obrigada pela entrevista. Qualquer dúvida, é só falar com as meninas...

#### 4) Entrevista com Camila

Tatiana: Quantos anos você tem?  
 Camila: Vinte e cinco.  
 Tatiana: Vinte e cinco? Você é daqui de Brasília?

Camila: Não. Sou da Bahia.

Tatiana: Da Bahia? Mas você mora/... já mora aqui tem muito tempo?

Camila: Tem dois anos. Dois anos.

Tatiana: Dois anos?

Camila: Huhum.

Tatiana: Por que você veio para a Casa Abrigo?

Camila: Ah, devido briga::... éh confronto entre eu e meu marido, aí eu... resolvi vir para cá... para baixar a poeira... ver realmente o que que ele quer mesmo da vida dele. Porque, isso até hoje ele ainda não sabe, o que é que ele quer. Que ficava só me batendo por coisas... por mínimas coisas ( )... por coisa que só conversando resolvia, mas ele acha que na pancada é que resolve. Por isso que eu vim.

Tatiana: Quantas pessoas moravam...

Camila: Eu, ele e minha menina.

Tatiana: Você tem uma filha de quantos anos?

Camila: De cinco.

Tatiana: De cinco? Aí você veio, mas... como você veio? Você deu queixa, com é que foi?

Camila: Ah, eu dei queixa na delegacia da mulher e... aí eu falei 'como eu vou dar queixa, eu não sou louca, não vou voltar para casa', né? porque... fiquei com medo da reação dele. ( ) reação que... eu pensava, mas ( ) eu peguei e vim. ( ) vou... ( ) tempo, não tenho para onde ir. Tenho minha família, mas... daí que eu me deslocasse para lá e... aí eu não quis, quis vir para cá mesmo.

Tatiana: Como era seu relacionamento com ele?

Camila: Fora a bebida... era um bom marido, um bom pai, carinhoso comigo e com o (meu menino). Mas, o que::... estava atrapalhando mesmo é a bebida e... os colegas, mal companhia, que é o que mais está atrapalhando ele... é a bebida dele.

Tatiana: ( )...

Camila: Não é essa bebida que é direto, é uma vez lá na vida, mas, quando bebe, fica doido... sabe?

Tatiana: O que que você acha da Casa-Abrigo?

Camila: Ah, ela acolhe a gente que não tem para onde ir, dá carinho... Só que eu imaginava... outra coisa... quando eu entrei... Eu acho muito assim... eu fico/... a gente fica/... se sente muito presa aqui dentro... a gente acha que a gente é que... fez alguma coisa de errado, e fica presa, e eles lá solto, fazendo o que quer da... O que eu mais prezo é a minha liberdade, né? Estou aqui/... eu me sinto assim, muito presa... que eu trabalhava, eu tinha minha vida particular assim, então... ( ) lá em casa também eu não estaria não, mas pelo menos tem aquele ar, aquele ar, aquela respiração mais... e aqui já eu não tenho muito, mas é bom aqui. Pelo menos você tem... você tem... (psicólogo), tem a pessoa que cuida de você, eu acho muito importante te isso. Tem o psicólogo que conversa com a gente, eu gostei muito.

Tatiana: Como é que você se via antes e depois de vir para Casa-Abrigo?

Camila: Antes eu me sentia ninguém, ninguém no mundo assim. Num:: nada... nada. Como se eu ainda num... não existisse. O que sentia, era assim. Ninguém gosta de mim, por isso que ele me batia, porque ele não gostava de mim, que num... que ninguém se importava comigo. Mas, na realidade, não é assim não. É porque eu pus isso na minha cabeça e... fiquei alimentando, fiquei assim. Aí, eu já... eu não... aqui eu já me sinto mais... um pouco tranquila. ( ) existe gente que goste da gente realmente, e que quer ajudar. Não... para criticar, porque, crítica, eu tenho a minha família toda, todos viraram as costas. Então, é isso.

Tatiana: E por que que você acha que aconteceu ( )?

Camila: Eu/... é uma coisa assim ( ), (aconteceu de repente), não sei nem porquê. Eu á... eu... o que eu tenho em minha cabeça é nas amizades mesmo que ele tem. Fica assim... colocando coisas na cabeça dele. Teve um... um certo tipo de pessoa que... falou 'ah, ela está te traindo, ela teve outro'. Então, ele pôs isso na cabeça, e não sai da cabeça dele. Então... a raiva, ele... passa e me bate. E ele tenta, 'ah, você tem que me falar, que você me traiu com não sei quem', inventa coisa. E eu... num... não tenho o que esconder, se eu estou com ele é porque eu amo ele, eu gosto dele... eu já tenho dez anos com ele, pra que eu trair ele? Ele sim já me traiu, já fez muitas coisas maldosas. Mas eu nunca (ive coragem ( ), 'ah, eu vou te trair porque tu me traiu'. ( ) Os colegas dele simplesmente... falou isso no ouvido dele, ( ), e ele não tira isso da cabeça. É por várias besteirinhas assim que ele... que acontecem as

coisas... por pouca coisa. Teve uma vez que aconteceu por causa de um CD... sabe? Um CD. ( ) ‘você quebrou o CD, não sei o quê, você quebrou’, eu falei ‘não, não quebrei. Você olhe direito’... ( ) o CD estava no chão ( ) quando ele achou... aí falei ‘logo que você não confia em mim, então eu vou pegar as minhas coisas e vou embora’. Aí ele... achou ruim e disse que de lá eu não saía não... só saía morta. Mas eu saí. Ele me bateu, quando foi no outro dia... ( ) dormindo lá, eu peguei e saí. E... estou aqui.

Tatiana: E como é que você pretende assim, superar esse fato? Quais são os seus planos?

Camila: Eu não tenho plano nenhum na cabeça, sabe? Não tenho plano nenhum na cabeça assim... para onde eu vou quando eu sair daqui... eu perdi meu emprego, a menina não... não está estudando... estava estudando... agora não está. Está um... até agora, eu estou num branco assim, sabe? Não estou com plano nenhum na minha cabeça.

Tatiana: E um projeto, você tem?

Camila: Não... até agora não. Dizer assim, ‘eu vou sair daqui, eu vou... vou trabalhar, vou fazer outras coisas’... não tenho não. Eu preferi ( ) mesmo, porque eu não consegui levar... Eu estou achando que tudo isso que está acontecendo não está acontecendo, não aconteceu. Eu vou esperar.

Tatiana: Quanto tempo tem que você está aqui?

Camila: Duas semanas. E já... depois de duas semana... já teve... choro todo dia. Não ( ). Todo dia com cara feia, todo dia com choro, minha menina nem güenta mais eu. Mas eu não era assim. E eu não entendo porque eu estou assim. É isso. Eu não gosto nem de falar, porque eu só choro. Eu... Eu espera uma coisa dele... e foi outra... sabe? Eu cheguei do serviço tão feliz assim, e ele chegou... Eu jamais imaginei que ele ia fazer isso, sabe? E isso me dói ( ) ‘você me traiu, você estava com outro’. Eu queria provar para ele que não... que eu sou a mulher dele, que ele tem que ter respeito por mim... que eu sempre tive respeito por ele... ( ) uma pessoa da rua... ( ) ‘ela está com outro, sua mulher’ ( ) da cabeça dele, ele não consegue ser feliz comigo. Então, a único maneira dele desabafar é me batendo, em vez de conversar comigo. (Foi assim) de repente, eu não esperava não. Tanto que eu disse que eu ia... ( ). E eu estou assim, eu não... não tenho plano nenhum na cabeça. Só choro. (Eu não lamento não. Talvez eu)... esteja passando por isso porque eu quero ele, porque eu gosto dele, eu amo ele. Eu quero ele bem, mas... ( ) então. Simplesmente falei para ele, ‘você fez a sua escolha. Que diz que estava com seus amigos, que dizem que são seus amigos, mas, o dia que você tiver no fundo do poço, quem está lá... perto de você sou eu e sua filha, não é seus amigos’. Mas ele sabe disso. Ele faz errado porque ele quer. Ele sabe que ele está fazendo aquela coisa errada, não muda porque não quer. Então, eu estou aqui e:... tem hora que eu me sinto, mas infelizmente eu não estou só, tenho Jesus no meu coração. Minha família, ninguém sabe que eu estou aqui, que eu estou num lugar aqui... tão tudo doida. Todo mundo querendo saber de mim, a família dele também, ele também, mas... Eu estou com tanta mágoa... que, se ele estivesse aqui na minha frente, eu... eu não sabia nem o que que eu falaria... da mágoa que eu sinto. Então, é isso... eu só tenho mágoa no meu coração, porque... eu queria um marido que cuidasse de mim, não que ele me batesse... por pouca coisa. Só... só isso que eu tenho para falar.

Tatiana: E como que você acha desse lei... essa lei nova? Ajuda? O que que você acha dessa lei?

Camila: Não, essa lei não ajuda não. Porque, eles pensam assim ‘não, eu... não vou ser preso’. Então, para mim, está do mesmo jeito, porque... já é a terceira queixa que eu faço contra ele, e nunca nem mandaram carta para ele comparecer. Então... ele não mudou nada, ele continua do mesmo jeito, todos. Para mim, não muda nada essa lei. Porque, a gente que continua aqui, a gente sente. Eles lá... eles não estão sentindo nada não, eles não estão... não estão nem aí. Aconteceu, aconteceu e... para eles está tudo bem, porque nenhum vai preso. Então, para mim, essa lei aí... não está valendo de nada. ( ) a partir do momento que o homem espancar uma mulher, ele tem que ser preso ou amanhã, ou depois, não... depois que passa aquilo ali, você está ali... sendo espancada... não pode nem sair para dar queixa... quando você vai dar queixa no outro dia, então o cara... fica de boa aí. Você que vem para cá sofrer. Sofrer, que eu digo assim, fica aqui trancada, a gente se sente assim... longe de tudo. Tem dia que eu nem sei que dia é, da semana, nem nada. Mas... eu estou aí. Eu vou vencer isso aí, e seguir... isso aqui não é a primeira vez não... que eu me separo dele não, já é duas vezes já. Já dei chance para ver se ele muda, mas não... tem mais jeito não... dei já duas chances já. E ele fez coisas piores do que essa. Essa, ele... só me deu uns tapa e... por causa de um CD, então... o CD, para ele ali naquele momento, estava sendo mais importante do que eu. Então... eu fico muito chateada por causa disso, porque não precisava não de ter me batido para mim ficar ferida. Ferida, por fora, eu não fiquei em nenhum momento, mas, por dentro... eu estou ainda até hoje, ( ) duas semanas aqui. Aí, uns

criticam... ( ) ‘ah, eu vou voltar para o meu marido... porque ele tem um lado bom, tem um lado ruim’. Todo mundo tem seu lado bom, ou lado ruim. A gente tem é que ficar é calada mesmo e... falar os problema da gente para Deus, porque vai... ele vai resolver. ( ) falar ‘ah, eu vou voltar para o marido’, para acontecer a mesma coisa, ou pior. Tipo assim... ‘minha vida vai renovar eu vou viver outra vida’. Eu não tenho isso na minha cabeça ( ). O que eu queria era uma família, e eu não... não tive. Então, eu acho que eu... é isso... não sei qual que é o errado, se é eu, ou é ele. Mas eu acho que é os dois... de ambas partes, é os dois. Nunca chegou um diálogo entre eu e ele não, é só um:: xingando o outro, dizendo coisa com a cara feia. Nunca houve diálogo entre nós. Porque, realmente, eu não gostava mesmo de ficar dialogando com ele, ainda mais bêbado. Então, eu ficava quieta. Então... devido ele tanto pensar que foi traído, que ele está achando que foi de verdade. ( ) já botou na cabeça aquilo. Mentira, e começou a beber por causa disso. ( )... bebe assim... cruel comigo por causa disso. Só simples um colega que realmente falou ‘não que... eu vou... vejo aquele casal feliz, vou acabar com a vida deles dois’. E acabou mesmo. Devido a isso aí... acabou. Ele ficou mais violento do que ele já era. E ele bebe junto com esse... esse cara que é amigo dele. Quando vai para rua, é junto com ele. Então, ele diz que ele é o amigo dele. Então... ( ), mas, quando ele tiver no poço, eu quero saber se o amigo... se esse amigo dele... que falou que eu tinha traído ele, vai estar lá com ele, eu quero ver. Então, é isso. ele preferia acreditar no da rua, do que na minha própria palavra, que eu vivi ele... com ele dez anos, não precisava fazer isso com ele não... e não tinha motivo nenhum, entendeu? Eu só::... só lamento... por isso. É a minha palavra contra esse amigo dele. Já pelejei, eu falei ‘não, isso não existe. Não adianta você botar na minha cabeça que eu te traí, que eu não te traí’, ele não quer acreditar, então... eu não vou pôr/... o amigo dele já pôs isso na cabeça dele, que ( ), pronto e acabou a história. Eu falei ‘tem prova... você prova isso, isso e isso?’ ‘Provo’, mas nunca provou. Então... dentro de... um segundo assim, acabou... tudo. Tudo que eu tinha sonhado, tudo que eu tinha realizado. Tudo que eu queria era estar com o meu marido, estar com ele de volta, junto comigo. Mas, com essa desconfiança, desconfiando de mim... acabou tudo. É isso.

Tatiana: Obrigada pela entrevista.

Camila: Uhum.

Tatiana: Qualquer dúvida, é só me ligar, tá?

Camila: Tá.

## 5) Entrevista com Rosana

Tatiana: Quantos anos você tem?

Rosana: Trinta e nove.

Tatiana: Trinta e nove? Como que você veio para a Casa-Abrigo?

Rosana: Como? Éh ( ) depois de... (assim) que eu tive uma briga com o meu marido, em casa... e que já vem de algum tempo, aí eu... resolvi procurar a delegacia da mulher. Porque, eles já tinham me falado... da delegacia da mulher, mas assim, eu não tinha tido coragem de procurar... sei lá porquê. Aí, no domingo... de manhã, eu resolvi ir lá... procurar e... eu queria um lugar... para mim... pensar... para mim ver como é que vai ficar a minha vida... aí eles falaram que tinha essa Casa-Abrigo, a moça lá do ( ) me falou... que aqui eu ia receber até ajuda... ( ) eu resolvi vir para cá.

Tatiana: Quanto tempo tem que você está aqui?

Rosana: Cheguei no domingo.

Tatiana: Domingo?

Rosana: Aham... domingo à noite... eu cheguei aqui.

Tatiana: Você mora aqui em Brasília?

Rosana: Eu moro em Valparaíso.

Tatiana: Valparaíso.

Rosana: Aham.

Tatiana: Quantas pessoas moravam com você lá?

Rosana: Só nos três. Eu, ele... e o ( ). Mas assim, ele saiu de casa... ficou um tempo morando com a outra mulher, que ele arrumou outra mulher... depois ele voltou para casa. Aí, dessa última vez que ele voltou... ( ) a gente continuou, né? a briga. Aí, foi aí que eu resolvi vir para cá... ( ) a gente resolve... ((uma criança chama a atenção da entrevistada))... o que a gente decide.

Tatiana: Como que era o seu relacionamento com ele?

Rosana: Assim, nós temos doze anos casados. E, até então, era um relacionamento bom. Nada assim... ele sempre foi um bom marido, um bom pai. Mas, no último ano... foi quando ele arrumou essa outra mulher... que ele começou a me agredir... foi quando ele começou a me bater. Me bateu várias vezes. Eu perdi até as contas... de quantas vezes. Fora as outras coisas, a humilhação que a gente passa... muita... assim... eu não consigo nem... lembrar de quantas vezes. Todo tipo de humilhação que você pensar... que uma mulher pode sofrer... eu sofri. E isso... um ano. Tem... um ano que... que eu estou agüentando isso. Aí, eu fico me perguntando, igual eu falei com... com a menina... o que que faz uma pessoa mudar tanto... e assim, humilhar tanto uma outra pessoa, por quê? Certas coisas que... que me fazem pensar ( ) na minha vida. Já... tentei tirar a minha vida... várias vezes. Na última vez... que foi no domingo... foi no sábado, eu tentei tomar... quiboa. Eu já tentei tomar comprimido, eu já fiz... um monte de coisa (porque)... ((novamente a criança chama a atenção da entrevistada)) E eu... assim, estou... sem rumo. ( ) você olha para um lado, você olha para outro... e você não vê... assim... uma saída... você não sabe o que fazer da sua vida? É assim que eu estou. Estou sem rumo... sem chão, sem... sem nada. O pior assim, que, às vezes você procura um... família, né? mas elas não entendem... as pessoas não entendem o que você está sentindo, o que você está passando, não entendem. É muito fácil falar assim 'larga esse homem'. É fácil demais para alguém falar. Mas, para fazer... depois de doze anos... é muito difícil, você não sabe... como agir, você não sabe como fazer. Eu nunca imaginei ter... que criar ( ) só, sem ter a presença de um pai. Nunca imaginei... para minha vida. Então, eu fico assim, sem saber o que fazer. Mas, viver... da maneira que eu estou vivendo, eu também não quero. Sabe? ser... ser espancada, ser mal tratada, ser humilhada... ( ) isso, eu não quero... para mim. Então, quando você não vê ( ) uma saída, você não vê um... um rumo, você não vê nada... você pensa em tanta bobagem, tanta besteira... que, quando você vê, você já fez... às vezes, algumas coisas sem volta. Por isso que eu vim para cá. Talvez aqui, eu consiga... ver uma saída... ( ) alguém... me ajuda, sem cobrar, sem criticar ((ruído externo)) ( ).

Tatiana: Como é que era o seu relacionamento antes que ele ( )?

Rosana: Com o meu marido? ( )?

Tatiana: É.

Rosana: Horrível.

Tatiana: E antes ( )?

Rosana: Era bom. Eu não tinha... do que me queixar. ( ) assim, ele não é uma pessoa... eu não vou dizer que ele era uma pessoa carinhosa... ele sempre foi um homem grosso... assim, ele era grosso comigo... mas, não me deixava faltar nada... um bom pai, eu não posso dizer/... eu não posso dizer que ele não era um bom pai... para o ( ). Mas isso não era suficiente. Porque não existe só o ( ). Igual eu falei para ele assim... tudo que me afetar, tudo que afetar ele... com certeza vai afetar ( ). Como já está afetando... ( ). Assim, as coisas que eu vejo no ( ), o ( ) está agressivo... muito agressivo. ( ) não é uma criança normal. E isso me mata... de ver que... de certa forma... eu posso afetar o meu filho o resto da vida... essas coisas pode afetar ele o resto da vida. E isso assim está me consumindo... por dentro. Assim, eu estou... eu não sei o que que eu faço... eu não sei... que rumo tomar... para poder assim, reverter a situação. Igual eu falei para você... tem certas coisas que não tem volta. Parece que só vai... crescendo, crescendo, crescendo e que parece que não tem... não tem volta. Falei... 'estou cansada de chorar' porque... ( ) minhas forças estão assim, se acabando... sabe? Estou me acabando... e não sei o que fazer.

Tatiana: O que você acha que aconteceu... que ele começou a ficar agressivo, ( ), por que você acha?

Rosana: Assim ( ) cansado já de ter... arrumado outra mulher... então, é como se eu fosse um empecilho... e ele, de certa forma... não sei se de maneira voluntária ou involu... eu não sei... ele que acabar com esse empecilho... é como se eu fosse... sabe? eu fosse esse empecilho. Então, para cada vez que ele me olha... ele me odeia... e aí começa... às vezes ele fala comigo que me odeia. Mas o que eu não entendo... assim... eu... eu sempre ( ) eu sempre procurei fazer o meu papel de esposa... sempre. Nunca fui mulher de sair... nunca fui mulher de... de... nunca traí ele. Eu sempre procurei assim, manter minha casa limpa... eu sempre procurei fazer as coisas da maneira certa... e por que chegou nesse ponto? Dele me tratar dessa forma? Eu não sei. Eu falei com ele, 'se eu morresse, será que... te faria bem... será que, para você, seria o... o ideal?' Então, assim, eu me sinto assim... como se eu fosse um empecilho na vida dele. E ele não sabe como... como tirar isso... então, acho que a única forma que ele acha de fazer é me agredir... parece que isso faz bem para ele... me agredir, e falar as coisas, parece que isso faz bem... ou, parece que alivia a culpa dele. É isso que eu sinto. E,

por causa disso que eu tentei fazer esse monte... de besteira. ( ) eu falei com a menina, 'eu vim para cá... para me proteger de mim mesma'... sabe? E não só... não só dele, mas de mim mesma. Talvez aqui, parece que eu estou... mais protegida.

Tatiana: Você tem familiares aqui em Brasília?

Rosana: Tenho. Tenho, mas eles ( )... eles não me entendem. Não entendem, acham que... falar... né? ( )... Estou cansada de ouvir, 'é uma burra, é uma idiota... é uma retardada', estou cansada de ouvir isso ( )

Tatiana: E o que que você acha dessa nova lei... de proteção?

Rosana: Eu achei essa lei ótima. Porque ela, depois que... eu denunciei ele assim, depois de... da primeira vez que ele me bateu... eu fui na delegacia... só que, da primeira vez que eu fui na delegacia... o delegado me tratou com tanto descaso... que eu falei... 'não aqui meu lugar'. Porque, ele me tratou com se... como se não tivesse acontecido nada. Eu cheguei com o olho dessa altura... aí, ele falou assim 'mas a senhora também agrediu ele'... eu falei 'eu agredi ele para me defender. Ou eu vou ficar apanhando, apanhando, e vou deixar isso assim?' E ele falou assim, 'mas, então, vai terminar tudo em pizza' ele falou comigo... 'porque, a senhora vai mover um processo contra ele... ele vai mover um processo contra a senhora, e vai chegar e não vai dar em nada'... eu falei assim 'então, quer dizer que eu chamei a polícia para isso? para ( )? Então, eu volto para casa, continuo apanhando'. E foi o que aconteceu, eu voltei para casa e continuei apanhando. Chamei a polícia pela segunda vez... ( ) toda machucada... de surra. Cada vez que ele chegava tarde em casa tarde, que eu perguntava 'onde você estava?'... pronto, acabou... era motivo de briga... e de surra. Chamei a polícia pela segunda vez. Eu falei 'gente, por favor, tira esse homem de dentro dessa casa, porque todos os dias eu estou apanhando'. (Ele) virou para mim e falou, 'ah, mas só você... a senhora... ele tem o mesmo direito que a senhora'. Então, lidar com homem, homem não entende... mulher. ( ) apanha, ou porque é safada, né? ou porque agrediu o marido. Eu acho que eles não entende. Ai eu falei 'não... faz o seguinte, eu vou procurar alguém que me entende. Porque não está adiantando chamar a polícia. Toda vez que eu apanho, chamo a polícia... a polícia vai embora e pronto, continua a mesma coisa. Não adianta'. ( ) quando eu procurei... ( )... foi quando eu procurei a delegacia da mulher, lá no Valparaíso. Que foi a última surra que ele me deu que, essa... não tinha um... um lugar no meu corpo que não tivesse um hematoma. Foi quando eu... fui na... no IML, né? fui fazer o corpo delito, que eu tirei a roupa, o médico ficou horrorizado. Porque não tinha uma parte do meu corpo... que não tinha uma marca. Ele me bateu/... ele me deu chute... me bateu de cinto... ele me deu uma surra de cinto, ele tentou me enforcar... minha cabeça ficou cheia de galo... de tanto que ele acertou minha cabeça no chão. Isso que eu não me conformo... de apanhar assim... depois de doze anos de casamento, de você dedicar tudo a um homem. Depois você apanhar assim. Aí eu falei 'não... não tem condições'... e fui ( )... deixei lá... isso foi em novembro... que eu deixei isso lá. Até hoje não fizeram nada, ninguém resolveu nada. ( )... a justiça é lenta, lenta demais. Aí ele... pedi ele para sair de casa... falei assim, 'olha... você pode escolher... se você quer ser livre, quer ir viver sua vida, então vive sua vida, mas, por favor... me deixa... me deixa viver a minha'. Aí, ele resolveu sair de casa. Aí, saiu de casa, foi morar ( ). Mas ele nunca me deixou em paz... nunca. Sempre está de volta em casa... assim, me agredindo com palavras... sempre, já me ameaçou tirar o ( ) de mim... que eu não trabalho, eu não tenho condição financeira... e não vou para dentro de casa de parede... porque assim, eu já fui, e é humilhação demais... demais, demais, demais que a gente passa. Você vê seu filho assim, ser humilhado de tudo... de toda forma. Falei 'não, não é isso que eu quero'. Aí, ele pediu para voltar, 'vamos voltar'. Eu... deixei ele voltar para casa mas... não me bateu, não me agrediu fisicamente... ( ) pelo que ele fala, da maneira que ele age, me deixa um lixo ( )... ( )... não sou obrigada a me sujeitar a isso... ( ) às vezes, a gente se sujeita ( )... por gostar, às vezes... pelo filho... por ter um filho, por não querer... criar o filho só... (você) se sujeita a muita coisa. Eu tenho medo de criar o meu filho sozinha, sei lá o que que pode acontecer. A presença de um homem dentro de uma casa faz uma diferença muito grande... o respeito. Não sei... talvez, se eu tivesse, sei lá... ( ) outra educação, sei lá ( ) minha vida de uma forma diferente... entender as coisas... ver o que é melhor para mim, o que é melhor para ele... principalmente o que é melhor para o ( ). Às vezes eu falo assim... hoje eu entendo muito a mulher. Antes, até eu criticava... hoje eu sei.

Tatiana: Terminou. Obrigada... obrigada pela entrevista. Se você precisar...

## 6) Entrevista com Joana

Tatiana : Quantos anos você tem?

Joana : Vinte anos.

Tatiana : Vinte anos? Onde você morava antes de vir para a casa abrigo?

Joana : Lá na Fercal.

Tatiana : Na Fercal?

Joana : Era eu, meu marido e meus dois filhos, quatro pessoas.

Tatiana : Quatro pessoas? Como que você veio para a casa abrigo?

Joana : Depois que ele me agrediu, eu fui para a delegacia da mulher e eles me encaminharam para cá.

Tatiana : E como que era seu relacionamento com ele?

Joana : Ele era muito assim... muito violento, ( ) sempre foi muito violento.

Tatiana : Quantos anos você estava ( ) casado?

Joana : Hã?

Tatiana : Quantos anos que você era casada? Você era casada com ele?

Joana : Não, morávamos ajuntado. Vivi com ele sete anos.

Tatiana : Sete anos? Os dois filhos?

Joana : São dele.

Tatiana : São dele, né?

Joana : Uhum.

Tatiana : Ele sempre foi muito...?

Joana : Hã?

Tatiana : Ele sempre foi muito violento?

Joana : Sempre.

Tatiana : ( ), né? O que você acha da casa abrigo?

Joana : Acho bom.

Tatiana : E o que que você espera daqui para a frente? Para o futuro, quais são os seus projetos para o futuro?

Joana : Eu me separar dele, né? Ajudar a cuidar dos meninos, dar pensão... Só, ele vivendo a vida dele para lá, e eu vivendo para cá, está bom.

Tatiana : Há quanto tempo você está na casa abrigo?

Joana : Desde sexta-feira. Hoje está com acho que cinco dias.

Tatiana : E o que que ( ) acharam daqui?

Joana : Acharam bom, está bom aqui.

Tatiana : O que que você acha dessa nova lei, Maria da Pena?

Joana : Como é que é essa lei?

Tatiana : Essa lei de, toda vez que é agredido, tem que ser feito denúncia, tem que procurar mais?

Joana : Eu acho bom. Só que... a fiança de... assim, para poder pagar, para poder ser solto é muito pouca, né?

Tatiana : Seu marido chegou a ser preso, ou não?

Joana : Chegou. E as família dele pagaram, seiscentos reais.

Tatiana : Você tem parente aqui em Brasília?

Joana : Tem.

Tatiana : Sua mãe mora aqui?

Joana : Mora, minha mãe e meu pai.

Tatiana : E:... como... como que você se via antes e depois de vir para cá?

Joana : Como assim?

Tatiana : Como que você acha que você era? Por que que você acha que aconteceu isso com você?

Joana : Porque ele era muito ciumento, entendeu? Ele sempre bebia, e... sem motivo nenhum, ele já chegava já... espancando, entendeu? Sempre foi desse jeito.

Tatiana : Tem muito tempo que ele... praticava agressão?

Joana : Tem.

Tatiana : Quanto tempo tem mais ou menos?

Joana : Tem cinco anos que ele ficou agressivo.

Tatiana : Por que que você acha que aconteceu isso com ele?

Joana : Eu não sei não.

Tatiana : E quais os seus planos para o futuro?

Joana : É eu me separar dele, né? Ele dar pensão para os meninos, só.

Tatiana : Como que você vê ele agora?

Joana : Agora? Separada dele? Eu não sei, né? Uma hora dessa, ele deve chegar do serviço, deve ir para o boteco, né? sempre que ele chegava em casa, ele me deixa sozinha e ia para o boteco... Ainda mais agora que está sozinho, deve estar... achando bom, né?

Tatiana : E como que você vê ele agora, o que que você acha dele?

Joana : Dele? Muito violento, ( ) tem... eu peguei foi trauma já mais, entendeu?

Tatiana : Você voltaria para ele?

Joana : Não.

Tatiana : Então está bom. Muito obrigada.

## 7) Entrevista com Júlia

Tatiana : Quantos anos você tem?

Júlia : Quarenta e ( ).

Tatiana : Quarenta e?

Júlia : E sete.

Tatiana : Quarenta e sete... Quanto tempo você está na casa abrigo?

Júlia : Quanto tempo? Eu tenho... vai fazer um mês e dez dias, dia de sábado.

Tatiana : Como você veio para a casa abrigo?

Júlia : Quanto tempo eu vim para cá?

Tatiana : Como você veio para cá.

Júlia : Eu vim para cá por causa que eu estava trabalhando lá no Maranhão... Aí, onde eu estava com... eu não falo que é homem não, eu falo que é o bicho mesmo, ( )... Aí, o rapaz, filho do meu patrão, me pediu um balde... para ( ). Ele pegou e falou que o... eu estava dando em cima do rapaz e o rapaz dando em cima de mim... enfezando, todo dia, todo dia ele falava isso. E, quando foi num sábado, ele falou 'Quando ele sair, eu vou colocar fogo nocê... ( ) e colocar fogo.' Daí, eu ficava assim... só contei para os meu patrão, né? que ele falou isso comigo, aí eu fiquei... falei com a minha patroa, 'O neguinho falou que, quando vocês ir embora, ele vai colocar fogo em mim.' Está certo, ele ficou. Ficou na quinta, sexta... até no sábado. ( ), a hora que eu levantei, ele foi falando '( ) você está pensando que você vai ficar livre, você não vai ficar livre não. O dia que (eles) sair, se for embora hoje, eu vou ( ). Se for embora amanhã, ( ).' Está certo, não falei nada, só falei com minha patroa. ( ) precisava ir embora hoje, ( ). Foi certo, eles saíram ( ) dez para oito... dez para oito. Eles não tinham passado da vizinha ( ) da fazenda ( ), ele pegou... eu estava virada assim, lavando roupa... ele pegou ( ), chegou com uma corda para me amarrar. Me amarrou... e saia, aonde que ele ia, ele saia me puxando. Pegou um (copo) de gasolina desse tamanho... e saiu. Fechou as portas tudinho... ( ) uma distância longe, que não passava ninguém. Chegou lá, ele tirou... desabotoou minha roupa que eu estava vestida, tirou... e (me) derrubou no chão... ( )... ( ) essa perna, amarrou nessa mão, para trás, pegou essa outra aqui, amarrou para cá, amarrou para trás, aí pegou ( )... ( ) fogo, três vezes. Aí, ( )... olhando o fogo pegar lá, e olhando... ( ) de braço cruzado. Aí acabou... apagou o fogo, ele pegou o copo de novo, ( ) de novo... ( ) fogo, ele cruzou os braços... Pois ele não achou bom assim não, ele enfiou a mão no bolso, tirou o fumo, fez o cigarro, e acendeu, e cruzou os braços, estava fumando... e me olhando. Quando a gasolina apagou de novo... tornou a apagar, o fogo, ele foi lá, pegou o resto... ( ), ( ) o copo assim na mão... aí jogou o copo para lá, tornou a chegar fogo. Aí ficou... o copo está pegando, e ele está bem olhando aquele fogo pegar em mim... está bem olhando, olhando, caladinho... Depois que terminou, que acabou a gasolina tudinho, ele ainda ficou olhando ainda para ver as borbulhas subir... ele ficou olhando bastante ( )... e eu caladinha. E eu adormeci que eu fiz desse jeito. Acho que foi Deus mesmo... fio Deus que me adormeceu. Então, não mexi nem por uma coisa nem por outra. Fiquei quietinha, não gritei, não chorei, não falei nada, fiquei quietinha... amarrada. Depois de me bater, ele falou assim, 'Está vendo como é que é bom a mulher ser casada tiver outro homem... tiver o marido dela e dar em cima de outro homem, outro homem dar em cima dela? Está vendo como é que é bom? Olha aí como é bom a gente fazer isso. Não está bom a gente namorar desse jeito?' Eu caladinha estava, caladinha eu fiquei. Quando foi ( ), ele me desatou. Tirou eu... eu cheguei no rio,

tomei banho, tirei a areia... e fui embora, vesti a roupa e fui embora. E ele perto, aonde que eu ia, ele estava atrás... acho que é com medo de fugir... onde que eu ia, ele estava atrás. cheguei, fiz o almoço... ele almoçou... espremi quatro queijo... fui lá, lavei... vinte e oito queijo que estava pronto... do jeito que eu estava, queimada... não tinha ninguém para fazer... era eu mesma... e coloquei em cima das tábuas... ( ). Aí, depois que eu terminei de fazer o almoço, que ele almoçou, ele olhou para mim, 'Você não vai almoçar não, Júlia?' Falei 'Não quero não.' ( ) 'Não quero não.' Como a gente vai comer queimado, sentindo dor? Aí eu falei 'Quero não.' Aí ele ficou quieto. '( ) morre de fome... ( ) eu morria de fome, porque eu não estou aqui para trabalhar num sol quente desse... ( ) para mim pegar e tratar de mulher para outro homem não,' desse jeito. E eu, caladinha eu estava, caladinha eu fiquei. Mas eu estava bem pensando dentro de mim, eu falei, 'Qualquer ( ), eu coiso.' E ele escondeu meus documentos... escondeu, escondeu meus documentos. Aí, quando foi assim no domingo, ele falou... ( )... 'Hoje eu só queimei isso aqui, ( ) que está queimando. Amanhã vou selar o cavalo, colocar você no cavalo, ( ) todinho, todinho, todinho, todinho. Depois que juntar, ( ) cabeça por cabeça... aqui dentro do curral ( ), eu vou passar em você, pegar dois ( ) de gasolina, e levar você para o mato... aonde tiver um ( ) de espinho, com as frepa de espinho desse tamanho, ( ) amarrar você e samear gasolina. O fogo pegando na frente, e o espinho furando atrás.' Eu calada, eu só olhava para cima, agradecia a Deus. Não tinha ninguém mais ( ). Falei, 'Só existe Deus. Só Deus que está no céu que sabe. Se eu merecer, bem. Se eu não merecer, ( ).' Aí nós ( ). Quando foi de tarde, eu fiz a janta, ele jantou... e ficou. Eu fui deitar... ( ) aí nós foi deitar. Quando foi dia de domingo cedinho... escuro, escuro, eu pulei ( ), fui fazer o café. Tinha o fogão a gás, que dava para mim fazer o café rápido, ( ) o fogão a gás, mas ( ). Acendi o fogo a lenha... fiz o café, coloquei na garrafa, coloquei lá em cima da mesa e virei as costas... assim, onde é que eu estava, lavando roupa na pia de lavar louça... virei as costas, ( )... Aí, chega o ( )... chamando ele, 'Neguinho, ô neguinho... neguinho.' Porque, o nome dele é Durval, né? mas o apelido dele é neguinho. 'Neguinho, ô neguinho, ô neguinho'... 'Júlia, ô Júlia.' Aí eu... eu falei 'O quê?' ele estava tratando dos porco, eu falei 'O quê?' Aí ele falou assim, 'Olha quem está me chamando aí.' Falei 'Quem tem que olhar é você. Porque você está no terreiro, eu estou dentro de casa.' Só isso. Aí o ( ) falou assim, 'Uai, neguinho, você não está mais escutando, ouvindo a minha voz mais não, não sabe que é eu que estou falando com você, estou te chamando?' E ele, 'Juninho, você sabe de uma coisa, você está atrapalhando a gente trabalhar. Você não tem serviço na tua casa não?' Aí... o Juninho falou 'Não neguinho, eu não estou atrapalhando você a trabalhar não. Você escuta o que ( ), eu vim pegar minhas esporas que está aqui.' ( )... ( ) ele veio ( ) dessa altura lá no chiqueiro para entrar dentro de casa. Pegou o vasião de tirar leite, foi tirar o leite. Chegou lá, só tirou leite duma vaca, que chama Roxona, ele chamou 'Roxona, Roxona, Roxona'... a bezerrinha saiu, ele tirou o leite, colocou no vasião... quando ele abriu o... a porteira do curral para voltar, os bezerros, saiu três... três de uma vez. Foi Deus que falou assim 'Os três vai sair duma vez, para dar tempo dela... fugir.' Aí, o Juninho falou 'Uai, Neguinho... quantas mãos você tem, Neguinho? Você tirar leite de quatro... três vaca de uma vez. Porque, saiu três bezerro... quando você terminar de tirar o leite de uma, que você está ( ), os outros dois já mamou o leite todo.' Ele falou, ((modificando a voz)) 'Juninho, você sabe de uma coisa, Juninho, você está atrapalhando eu trabalhar! Eu...' E ( ) a vaca que ele estava ( ), e foi lá na porteira, e abriu a porteira para os bezerros mamar, e já saiu discutindo mais o Juninho. Eu aproveitei que ele estava discutindo, e eu entrei na porta da sala e... a porta da cozinha... só estava mesmo com um vestidinho... ( ) que eu estava com ele, e eu enrolei na cabeça, e minha sandalhinha véia. Do jeitinho que eu estava, eu ( ). Eu não ia procurar documento, ele já tinha escondido. Aí eu saí. Ele... fui numa valeta, ( )... quando chovesse, ele... encher... a barragem. ( ) represa, ( ) tomar banho, e criar a família. Aí, eu entrei ( ) pela valeta... ( ) subir em cima do barranco para ver a gente lá dentro. Eu entrei nessa vala e saí, andei, andei ( ) cortei ( ) na estrada. Quando eu caí na estrada, ( ). Eu andando com as pernas desse jeito, não tinha jeito de encostar. Aí, eu olhei para trás para ver se ele vinha, ele vinha não, aí eu ranquei. Andei, andei, andei, andei. A gente fala que anda depressa, mas não anda não, estava queimado.

Tatiana : ( )

Júlia : Aí eu saí. Fui... Passei numa fazenda, tinha quatro cachorro... tinha seis cachorro, nem esses cachorro não me viu eu passando. Passei essa fazenda, (saí) de novo, andei, andei, andei, andei, andei... quando cheguei na outra fazenda, cheguei na casa do seu Gabi. Falei 'Seu Gabi'... Não, chamei Dona Maria. Falei 'Dona Maria, ô Dona Maria!' Que é mulher dele. 'Oi? Uai, chega para cá Júlia.' Eu falei, 'Não, eu não posso ( ) não porque eu estou atrapalhando... vim atrapalhar você um

pouquinho.’ Ela falou ‘Atrapalhar por quê?’ Eu falei ‘Não, porque eu quero ficar aqui inté... até ( ) vir, ou ( ) ligar para ( ) vir me buscar.’ Aí ela falou ‘Entra aí.’ Apanhou uma varinha para tocar os cachorros, para os cachorro não me morder. Aí, eu saí andando. E ela logo já olhou para mim, ( ) ‘A Júlia não anda desse jeito, por que que ela está desse jeito?’ Aí, chegou assim na casa dela, na porta, para subir para dentro, ela falou assim ‘Júlia, entra para dentro... e vem sentar para você tomar um café. Você está muito branca, e está suada, chega o vestido chega está pingando suor.’ Ai eu falei ‘Entrar para dentro? Que dia que eu vou subir aí... nessa calçada ( )?’ Eu não dou conta.’ ‘Uai, por quê?’ Falei ‘Porque eu estou queimada.’ Aí ela pegou na minha mão, e estava queimando de febre. Eu estava ( ) febre que não estava agüentando. Ela pegou na minha mão, subiu. Ela falou ‘Senta.’ Eu falei ‘Sentar como? Eu não tenho ( ) para sentar.’ Aí ela... me pegou... me levou lá para a cama dela. Chegou lá, me pegou eu igual criança, deitou assim na cama. Aí ela falou ‘Deixa eu ver a queimadura,’ e suspendeu o vestido. ( ) assim, ( )... Assim, isso queimou tudo. Assim, minha coxa assim dum lado, só... estava assim, do jeito que está aqui assim, só não queimou assim, mas... e assim, e assim, queimou tudo. Quando o seu Gabi chegou, ela foi... pegou um remédio contra a febre e me deu... para acabar a febre, mais. E pegou uma pomada que ela tinha, catou... porque estava muito feio. Aí ela... quando o marido dela chegou, ela falou ‘Gabi, se você ver a situação que a Júlia, que está trabalhando para seu ( ), está... Gabi, você não tem vontade de tomar nem um gole de café.’ Ele é um véi... ( ). Ele falou ‘Eu posso ver, Maria?’ Ela falou assim, ‘Se você quiser ver, você pode ver, mas não uma parte assim que não é todo mundo que pode ver não.’ Aí ele falou ‘Então pode deixar. Está muito queimada?’ ‘Tá.’ ( ) e já montou no cavalo, já ligando para seu ( )... já foi para a casa do irmão dele. E o patrão do irmão dele estava lá. Aí ele falou com ele, se ele podia me trazer para Brasilinha. Perguntou ‘Para onde você quer ir mesmo?’ Eu falei ‘Eu quero ir para Brasilinha. De Brasilinha, eu pego um carro e vou para São Gabriel.’ São Gabriel que eu moro... Ele ainda ficou, me queimou no sábado... fiquei sábado, domingo... segunda-feira. Segunda-feira duas horas, ele pegou eu lá no Maranhão e trouxe. Ele trouxe para (aí). Eu cheguei em Brasilinha seis e meia. Daí, do jeitinho que eles me pegaram, me pôs no chão... me calçaram minha sandália, ( ) bem devagarzinho, chegava a ( )... ( ) porque eu não podia ( ) de jeito nenhum... pisando nas pontas do pé assim. Saí, do jeitinho que eu cheguei, eu só escorei assim... caí, não deitei não, eu caí... no banco assim da rodoviária... e fiquei lá. Peguei só um paninho que eu estava com ele... e joguei nas minhas pernas... eu estava de vestido, né?... botei nas minhas pernas. Aí chegou um cara assim, um rapaz... que vendia assim, ( ) uma barraquinha que eles vendem todo dia, na rodoviária. Chegou, me chamou, ‘Tia, ô tia, a senhora quer um café?’ Falei ‘Quero.’ Aí ele foi lá, pegou o café, trouxe. ‘Está aqui o café.’ Eu peguei no copo, estava quente, esses copos descartável, falei ‘Acho que eu vou deixar esfriar. Porque eu não dou conta de tomar... Eu vou deixar esfriar para mim tomar.’ Ele pegou e pôs lá... deixou lá o copo, e foi lá, pegou outro copo, veio e esfriou. Pegou o café, esfriou o café, ( ). Aí colocou na minha boca... a mesma coisa que estar tratando criança. Colocou na minha boca, depois ele perguntou... terminei de tomar o café, e ele perguntou... ‘Ô tia, a senhora quer ir para o hospital?’ Eu falei ‘Eu quero... mas eu não tenho condição de hoje ir para o hospital. Eu não tenho dinheiro para pagar para mim levar, e nem tampouco eu tenho... nada... de jeito nenhum deu ligar para vir um carro me pegar.’ Ele falou, ‘Não, eu ligo... para a Samu agora para vir te panhar. Mas, depois que chegar aqui, a senhora pular para trás e falar que não vai?’ Eu falei ‘Não, eu vou... eu vou.’ Ele... só ( ) saiu assim, rodou, chegou no barraco dele... não levou dez minutos, a Samu chegou. Aí me trouxe... Levou para o Brasilinha, para o hospital, porque eu estava em Brasilinha, me levou para o hospital Santa Rita. Do hospital Santa Rita... eles lavou... já tinha ( ) e doutora me esperando logo... aí, já lavou, fez o curativo. Falou ‘É, tia... o jeito’... o doutor falou comigo, ‘É o jeito nós ir... a senhora ir para o... lá para o HRAN, porque aqui não tem nenhuma vaga... É a senhora ir para o HRAN.’ Eu falei ‘Do jeito que eu estou aqui, eu vou para qualquer lugar que vocês me levar. Porque, não tinha jeito mesmo. Eu tenho que ir.’ Está bom. Aí eles me colocaram deitada assim de bruços, esse joelho meu ficar assim no alto por causa para num... não sentar na cama. Aí foi indo, e foi vindo, fui andando, fui andando, falei ‘Ah, meu Deus.’ A última coisa... que esse aqui meu já doeu, meu joelho já doeu, falei ‘Vou deitar aqui mesmo.’ E eu ( ) na cama assim mesmo, porque eu... não estava agüentando mais. Aí, cheguei no HRAN. Aí, chamaram um bocado de gente para conversar comigo... quatro assistente social e um... e um policial... me perguntou se eu queria vir para cá. E eu fiquei com interesse em... assim... pensando... outras, outras coisas... ( ) E eu não estou agüentando trabalhar... para mim, ia ter chegado aqui, ia trabalhar, ia... e eu não podia ficar a toa... aí eu falei ‘Meu deus, como que eu vou, meu Deus, para lá?’ e pensando...

Depois eu falei ‘Ah, vou assim mesmo.’ Aí, eles ainda falou comigo, ‘Não, Dona Júlia ( ), não é obrigador... a senhora não vai não é obrigador, não vai na força, a gente pegar a senhora e levar não, é se quiser.’ Eu falei assim, ‘Eu vou... só até eu sarar. Depois que eu sarar eu vou embora.’ ‘E a senhora para onde mesmo?’ Eu falei ‘Eu vou para São Gabriel. Eu não tenho a casa grande lá não, mas eu tenho um barraquinho, dá para mim entrar dentro.’ ( ) eu estou querendo ir, se Deus quiser ( ) eu estou querendo ir. ( ) se dá jeito de ir, né? porque não sarou direito ainda, ninguém sabe se vai ( ).

Tatiana : E como que você vê o seu... o seu companheiro... agora?

Júlia : Foi fugida, ele não sabe não... que eu vim para cá não. Eu saí fugida, igual eu falei que eu saí fugida e... eles me ( ). Eu fugi...

Tatiana : Como... como que você acha... como que você se acha, se vê agora, antes e depois de vir para a casa abrigo?

Júlia : Olha... ( ) porque, antes, ele me batia muito... ele me batia muito, mas não chegou a bater assim um tanto que... que ficasse essa situação. Eu já fui para o hospital com dor assim debaixo da minha costela, ( )... ele deixou... fez a minha chinela cair assim, pisou, subiu em cima de mim, pisou em cima... Ele mesmo mandou benzer a minha chinela. Igual no hospital, eu vim... foi o amigo meu que me levou para o hospital... para benzer a chinela, foi ele que levou. Ele batia em mim antes, muito. E eu preferia largar ele, falei ‘Um dia eu largar você. De qualquer maneira eu te largar. Eu não vou ficar apanhando de ninguém mesmo.’ Agora eu só não sei, ele segurou meus documentos... aí eu contei para ( )... eles pegou e... na delegacia, também eu falei... eles pegaram e... acho que ligaram para o seu Sandoval, seu Sandoval conseguiu pegar os meus documentos, já está comigo. Agora, se eu for para ( ) São Gabriel, eu não quero saber, nem saber ( ). Se tiver uma pessoa para pegar ele... e prender para ele ficar ao menos uns seis meses ou mais... dentro da cadeia, eu achava bom. E, na hora que ele voltar, eu não quero nem saber, nem papo. Agora, só por violência assim eu não tenho nadinha. ( ) falar um trem comigo, eu saio, ó, de fininho.

Tatiana : E quanto tempo que você vivia com ele?

Júlia : Quanto tempo?

Tatiana : É.

Júlia : Dois anos.

Tatiana : Dois anos? Antes, você morava onde?

Júlia : Antes? Lá na mesma... ( ) já trabalhou no Corgo Rico, do Corgo Rico, a gente já foi para o Mangabeira. Do Mangabeira, a gente veio embora de novo... não conseguiu ficar em São Gabriel... quando tornou a voltar para o Corgo Rico, do Corgo Rico a gente foi lá para o Maranhão.

Tatiana : Como é que foi... como é que era o seu relacionamento antes... com ele?

Júlia : Com ele? Fomo assim mesmo.

Tatiana : Ele sempre foi agressivo?

Júlia : Sempre foi. Sempre, sempre, sempre mesmo. Ele era violento com qualquer coisa. Não tinha nada que a gente fizesse para ele assim, que achasse uma coisa boa, para ele estava bom. Tudo estava ruim. Tudo era agressivo, tudo... no tipo dele, que ele é brabo mais do que uns cachorro brabo mesmo. Ele não respeita ninguém mesmo. Do tipo assim dum cara que não tem negócio da pessoa conversar com ele e ele respeitar não, só mesmo... só pode ser polícia. Acho que ele quer ser um grandão mesmo, um garanhão mesmo.

Tatiana : Por que que você acha que aconteceu isso com você?

Júlia : ( ) acho que aconteceu comigo?

Tatiana : É.

Júlia : ( ) é ciúme dele... ( ) o rapaz me pediu... o balde para desgotar a minha pia... aí ele cismou. E o ciúme é até do pai... até do pai dele... é um ciúme besta. Tudo para ele... ele vê o... vê o tanto de macho que ele dá para mim, se fosse, eu era milionária... ((ri)) cada um tinha me dado um bocadinho de coisa. Para você ver o tanto de macho que ele falava que eu tenho. Mas é a última coisa ( ) a gente fala isso mesmo. A gente ( )... escuta, porque não tem ouvido, né?

Tatiana : Quais são seus planos para o futuro? O que que você pretende fazer daqui para a frente?

Júlia : Éh... eu pretendo, daqui mais na frente, Deus me ajudar, Deus me dar força... é eu pegar meus menino, que tem um no orfanato... de Brasilinha... que eu tenho ( ) o pai dele... ( ) o pai dele. Mas esse não... esse, eu não tenho filho com ele não. ( ) o ex-pai dele... meu ex-marido, que é o pai dele. Pegar ele, que está no orfanato, ( ) orfanato, e... a gente cuidar e... trabalhar, né? ( ) lutar para cuidar dos filhos da gente... mesmo. Que eu sempre fui trabalhadora na roça. Nunca gostei de ficar dentro de casa

parada, nunca. Tinha vez que o... o gado, lá no Maranhão que a gente estava... se o ( ) não estivesse trabalhando, eu que tinha que montar no animal e... e juntar... ( ). Eu gosto sempre de trabalhar na roça... Tudo quanto é serviço, ( ) falar comigo para mim... derrubar sal grosso no machado... o resto ( )... Eu estava ajudando ele trabalhar assim, ele tirava as madeira, e eu carregava nas costas, dentro de um rio cheio de pedra... ó para você ver como é que minhas pernas ficou, ( )... nas pedras... andando descalça, ( ) pedra dentro do rio... para fazer cerca. Depois que ele ponhou a cerquinha bem feita, que ele falou, 'Agora eu vou lhe pagar com fogo.' Eu fui negada até a comida para gente comer, até isso. Agora, se Deus quisé mesmo, eu quero trabalhar de novo, fazer do mesmo jeitinho que eu fazia.

## 8) Entrevista com Lia

Tatiana : Quantos anos você tem?

Lia : Trinta e um anos.

Tatiana : Trinta e um? Por que você veio para a casa abrigo?

Lia : Medo... pavor... ((suspira)) desespere.

Tatiana : O que aconteceu?

Lia : Ameaças... e éh:: eu fiquei com muito medo dele me matar porque ele já me ameaça já há nove anos, já me agrediu várias vezes... já fiquei muito machucada, já teve vez que eu não... não tive nem como pedir ajuda assim... já fiquei de cama dois dias sem conseguir levantar, por causa das... dos machucados, né? E, todas vez que eu tentava falar, ele me ameaçava, se eu dissesse alguma coisa, que ele ia me matar... se eu fosse na polícia, ele ia me matar. Isso, até quando ela era bem pequena ainda, né? nem tinha o G., né? Na gravidez também, ele... me agrediu várias vezes. Me pôs para fora de casa, eu grávida... disse que não ia assumir o filho... já pôs arma de fogo na cabeça da minha mãe, né? Já... éh... só sabe ofender, fala que na minha família ninguém presta, que eu não tenho casa, que eu não sou nada, que eu não sou ninguém, né? Xinga... de todos os nomes assim... todos os palavrões que ele pode, que existem... é sempre assim. Sempre quando ele bebe, ele fica mais nervoso ainda. Minha filha não pode nem brincar com o irmão, por qualquer motivo ele já ofende... já furou o braço dela com garfo, né? sem nem um motivo, só porque ela estava passando. Então, foi acumulando, né? Daí eu vim para cá, porque... nesse dia eu fiquei com muito medo, muito medo mesmo... porque, sempre quando ele fecha as janelas e as portas, né? ele é capaz de fazer alguma coisa assim, que ele sempre faz. Aí, eu vim para cá por isso, medo. Muito medo... de morrer.

Tatiana : Como que você vê ele?

Lia : Eu não vejo ele... eu vejo ele, uma pessoa que talvez precise de ajuda também, sabe? Igual eu assim, agora eu estou tendo ajuda, talvez ele precise de ajuda de psicólogos, né? de pessoas assim... que vai tentar entender, né? Eu vejo ele louco... né? Ele não é normal, às vezes ele é anti-social. Porque, às vezes a gente ia em mercado assim, algumas coisas e, no meio das pessoas, ele... me xingava, sabe? me botava lá para baixo. Eu ficava envergonhada, né? Ele não fazia questão de não... não me envergonhar, e não envergonhar a pessoa dele... nem respeitava os meus filhos. Ele sempre fez questão de demonstrar assim, ter todo o poder... e louco, fora de si, né? Agora, eu não sei se ele faz isso... se é de propósito. Então, eu acho que ele precisa de ajuda também... né?

Tatiana : E como que você vê a casa abrigo?

Lia : Ah, eu vejo... uma porta para recomeçar minha vida... ((emociona-se)) É difícil... ((interrupção)) ( ) minha vida... eu quis um lar, né? Assim, passei muitas coisas sem denunciar porque eu queria que meus filhos tivessem um lar, uma família, até porque não deu certo com o pai da minha filha, eu era muito jovem, então... logo em seguida eu o conheci, então eu queria que tivesse dado certo. Mas... a casa abrigo é um lugar assim que... é uma porta para eu recomeçar, é o meu recomeço... É difícil, ( )...

Tatiana : ( ) essa nova lei? O que que você acha da nova lei ( )?

Lia : Eu acho assim importante porque eu já denunciei, já... tirei porque ele pediu, ele prometeu que ia ser diferente, então... a gente ficou um tempo longe um do outro, e ele prometeu que ia ser tudo diferente. Que, se a gente brigasse algum dia, que eu ficaria com as crianças, sem ter problema, que ele não ia deixar de prover as coisas... então, eu acreditei e voltei. Então... é uma força para a gente até assim, não... não voltar atrás, porque eu voltei atrás várias vezes, né? Então, eu... eu acho que... só uma coisa, é porque sempre as mulheres têm que deixar o lar, né? Eles ficam... e a gente tem que sair com as crianças, pode ser meia noite, uma hora da manhã, qualquer hora, eles não querem saber, né?

Então... mas é... é importante, é uma lei que... está ajudando a gente a ter coragem de seguir adiante. Eu acho, vejo assim.

Tatiana : Éh... como que você se via antes e depois de vir para a casa abrigo?

Lia : Antes, eu me via sozinha... éh... olhei para os lados e... não tinha saída nenhuma, né? Me vi a ponto até de fazer uma besteira comigo, com a minha própria vida, né? Talvez até com a vida dos meus filhos, porque eu, fazendo comigo, eles, conseqüentemente... e... eu... me vi sozinha, perdida, sem ser nada, sem ter nada... um nada na vida, um zero vírgula zero. Depois que eu vim para cá, eu estou... assim, aprendi... estou aprendendo a ter coragem de enfrentar as coisas... os meus filhos estão sendo cuidados, tem pessoas que meaju... que estão me ajudando, né? porque eu estava sozinha... então, para mim é bom estar aqui... é muito bom. Eu vejo a casa abrigo... estou passando a enxergar como minha casa, um tempo deu aprender.

Tatiana : E quais são seus planos para o futuro?

Lia : Assim que eu sair daqui, com as coisas encaminhadas, éh:: eu pretendo voltar... retornar aos estudos... eu não terminei o meu segundo grau, né? ainda... e:: conseguir um emprego melhor. Poder criar os meus filhos, poder ir para igreja, que eu gosto... fazer as coisas que eu gosto.

Tatiana : Quanto tempo tem que você está na casa abrigo?

Lia : Ah... doze dias... eu conto os dias. Amanhã faz treze dias... pouco tempo.

Tatiana : Mas está sendo bom?

Lia : Bom. A gente fica nervoso assim, porque as pessoas... cada um tem um jeito, então a gente tem que segurar para não brigar. Mas, para mim está sendo bom... para os meus filhos, porque eu só via aquela pessoa, bebendo o tempo inteiro, me ofendendo o tempo inteiro, ofendendo os meus filhos... Nem pela comida, essas coisas não, sabe? Porque, a gente não vive só de comida, né? Então, estava faltando o principal, que é o respeito e o amor. Então... eu... eu gosto de estar aqui. Está bem melhor aqui do que lá. A gente vê crianças, meus filhos não conviviam muito porque eu sempre tive muito medo, né? E eles estão participando de coisas que eu não tinha tempo... éh:: médico, também não tinha tempo para mim, né? eu estou tendo um tempo para mim também... então, está sendo muito, muito bom. Eu agradeço todos os dias.

Tatiana : Que bom... então, muito obrigada.

## 9) Entrevista com Fátima

Tatiana : Quantos anos você tem?

Fátima : Dezenove.

Tatiana : Dezenove? Como que você veio para a casa abrigo?

Fátima : Porque meu marido me bateu, aí me ameaçou... eu fui na delegacia perto de casa, denunciei. Aí, depois eu fui para a DEAM... aí me trouxeram para cá.

Tatiana : Quanto tempo você vive com seu marido?

Fátima : Três anos.

Tatiana : Três anos? Como ele era? Como ele agia?

Fátima : Assim, no começo ele era bom. Aí, depois que o meu filho nasceu, ele começou a me bater, né? a me xingar... a me ameaçar de me matar.

Tatiana : Quantas pessoas... você morava sozinha com ele?

Fátima : É.

Tatiana : Era só você, ele e o filho?

Fátima : É.

Tatiana : Éh... o que que você acha da casa abrigo?

Fátima : Ah, eu acho aqui muito bom... para ajudar as mulheres que necessitam de ajuda.

Tatiana : Quanto tempo você está na casa abrigo?

Fátima : Tem um mês.

Tatiana : Tem um mês? E como você vê essa nova lei de violência doméstica?

Fátima : Ah, eu acho muito boa, porque... vai melhorar muito, né? a situação das mulheres.

Tatiana : Como que você acha... como que você se via antes e depois de vir para a casa abrigo?

Fátima : Ah, eu devia me sentir sozinha... sem rumo. Aí, eu vim para cá... me deram muitos conselhos... e hoje eu penso de um modo diferente.

Tatiana : Quais são os seus planos para o futuro?

Fátima : Ah, eu quero sair daqui, arrumar outro serviço... botar meu filho na creche e viver com ele ( ).  
 Tatiana : E como que você vê agora o seu marido? Como que você via antes, e como você vê agora?  
 Fátima : Ah, eu não sei, porque, depois que eu vim para cá, eu não tive mais... contato.  
 Tatiana : Então, quando você sair, quais são seus planos? Trabalho...  
 Fátima : É, trabalho... e morar sozinha com meus filhos... tocar a vida para a frente.  
 Tatiana : Por que você acha que acontece isso?  
 Fátima : Ah, por causa da bebida... ele bebia muito.  
 Tatiana : ( )... no começo do relacionamento de vocês, ele bebia?  
 Fátima : Bebia, mas não tanto... como depois.  
 Tatiana : Então, você acha que a principal causa é...  
 Fátima : É.  
 Tatiana : A bebida, né? Está bom, muito obrigada pela entrevista.

## 10) Entrevista com Valentina

Tatiana : Quantos anos você tem?  
 Valentina :Eu tenho trinta e quatro.  
 Tatiana : Trinta e quatro?  
 Valentina :Trinta e quatro.  
 Tatiana : Você tem... tem filhos?  
 Valentina :Tenho.  
 Tatiana : Quantos filhos?  
 Valentina :Eu tenho:.... eu tive quatro filhos, mas, vivos, são três.  
 Tatiana : São três?  
 Valentina :Três.  
 Tatiana : Como você soube da casa abrigo?  
 Valentina :Através da delegacia... do bairro onde eu moro.  
 Tatiana : O que aconteceu?  
 Valentina :Eu fui agredida fisicamente pelo meu companheiro.  
 Tatiana : E o que que você acha do seu companheiro?  
 Valentina :Ó, o único... o que eu acho dele é o seguinte, quando ele está bom, ele é um homi, uma maravilha de pessoa. O problema... o que estraga com ele é o alcoolismo, a bebida, né? Porque, quando ele toma... basta ele tomar uma garrafinha de cerveja, (uns dois copos), ele já fica transtornado.  
 Tatiana : Quanto....  
 Valentina : Ele se torna violento.  
 Tatiana : Quanto tempo você está na casa abrigo?  
 Valentina :Ah, hoje tem... domingo fez quinze... hoje está com dezoito/... dezoito dias.  
 Tatiana : E o que você acha da casa abrigo?  
 Valentina :Até agora não tenho o que falar não. Está muito bom.  
 Tatiana : Como você se via antes e depois de vir para a casa abrigo?  
 Valentina :Ah, hoje eu estou bem mais tranqüila, eu estou melhor... Eu só não estou gostando porque eu, acostumada com o meu trabalho, agora eu estou parada, né?... Agora eu estou trancada aqui, até resolver meus problemas... para mim... tá aqui dentro é uma melhor, né?  
 Tatiana : Você tem família aqui em Brasília?  
 Valentina :Não... minha família mora toda no Ceará.  
 Tatiana : Já tem muito tempo que você mora aqui em Brasília?  
 Valentina :Tem dezenove anos.  
 Tatiana : E seus filhos? Estão com você?  
 Valentina : Esse já... esse agora já é meu segundo relacionamento, né? Quando eu vim em oitenta e oito para Brasília, já vim casada... eu estava casada recente... aí eu tive três filhos dos

quais são... são só dois vivos, né? Aí, o de quinze anos mora com o pai... do primeiro relacionamento... e o menorzinho, que tem cinco anos, mora comigo. E, com esse companheiro agora, que me agrediu, que eu vim parar aqui dentro da casa abrigo... eu tenho um bebê de sete meses.

Tatiana : E eles estão com você?

Valentina : Éh... o de quá... o que vai fazer cinco anos viajou com meu irmão tem... hoje está fazendo dois meses que ele foi para o Ceará, para a casa da minha mãe... e está comigo só o bebezinho.

Tatiana : Como que você vê essa nova lei?

Valentina : Ah, eu acho que já deveria ter acontecido bem antes, porque, com o meu primeiro companheiro, eu fui vítima de agressões também, né? E, na época, não existia essa lei. Portanto, eu vivi com ele quase doze anos... e ele me espancava direto. E me fazia as mesmas ameaças. Se eu denunciasse ele, que ia ser pior para mim, que ele ia me matar. E, como não existia essa unidade, né? essa lei... sobre a violência contra a mulher... aí, por isso, ( ) se a mulher denunciava, às vezes o homem fazia até pior, depois, né? que ele ia preso... Aí, desse agora, a primeira vez que ele veio me agredir fisicamente, aí eu denunciei ele, cáí fora.

Tatiana : Por que você acha que aconteceu isso com você?

Valentina : Em qual sentido?

Tatiana : Por que você acha que aconteceu?

Valentina : Ah, eu não sei... não sei se isso é... se pode dar o nome de sorte, ou destino, entendeu? Eu nunca me imaginava que pudesse parar na casa abrigo, nunca pensei.

Tatiana : Como era seu relacionamento com o seu marido?

Valentina : Ah, era muito bom. No começo, antes da gente morar junto... já tinha quase três an... ia fazer três anos agora em maio, né? dia... quinze agora, de maio, completava três anos. Aí... mas, nesse tempo todo, nós viemos... passamos a morar junto na mesma casa em janeiro agora... Tinha apenas três meses... três meses e alguns dias que a gente tava junto, quando aconteceu dele vir me agredir fisicamente. Aí eu também não aceitei mais.

Tatiana : Mas, aconteceu algo antes... da...?

Valentina : A gente discutia direto, né? porque ele sempre era ciumento... ele sempre foi ciumento. Depois, que eu tive o meu bebê, ele propôs da gente tentar morar junto, ele tinha plano até de casar mesmo... no papel, entendeu? no cartório e tal. Eu falava para... Eu não imaginava assim, eu falava “para quê? Para depois ter mais trabalho para se divorciar?” Porque a gente discutia muito, né? Qualquer motivo ele ficava pegando no meu pé, eu não podia ter mais amizade. Ele estava me proibindo até de... que eu... trabalho, eu sou cabeleireira, né? Aí, ele não queria mais que eu trabalhasse nessa área... Porque, a gente tem muito contato, tem muitas amizades... as clientes se tornam amigas da gente, né? Aí, ele não queria mais que eu trabalhasse nessa área. Ele queria que eu ficasse totalmente em casa, dependendo dele para tudo... Aí, chegou ao ponto dele... no dia vinte e dois... agora, né? ele... bebeu bastante, aí, quando ele chegou em casa, ele... ele assim, sem mais, sem menos, ele me agrediu... aí, eu não aceitei.

Tatiana : Me diz como você vê ele agora.

Valentina : Ah, é uma coisa assim, eu só lembro quando alguém me pergunta, entendeu? Porque, para mim, a pessoa me maltratou, sua imagem, eu tento apagar da minha mente... né? Porque, eu não vou negar que eu ainda... eu ainda gosto muito dele, né? Mas, primeiro de tudo, eu tenho que gostar primeiramente de mim. Eu tenho que me dar valor para depois eu... gostar de quem está do meu lado. Como que eu posso dar valor numa pessoa que está do meu lado que não está nem aí para mim, quer é me maltratar?

Tatiana : E como que você vê a casa abrigo?

Valentina : Isso aqui é um ponto muito bom, onde a gente é muito bem acolhida, entendeu?... Isso aqui é... Eu gosto muito... estou gostando bastante daqui. Mas eu... quanto mais rápido

possível eu conseguir levantar uma passagem para mim ir pro Ceará, para a casa da minha mãe, melhor para mim.

Tatiana : Quais são os seus planos para o futuro?

Valentina : Bom, até agora eu não tenho assim nenhum plano. Eu penso assim de voltar a trabalhar, entendeu? viver minha vida como eu vivia antes, independente... eu... Não sei, só cuidar dos meus filhos, entendeu?

Tatiana : Esses são seus planos?

Valentina : É.

Tatiana : Muito obrigada.

## 11) Entrevista com Lúcia

Tatiana : Quantos anos você tem?

Lúcia : Trinta e nove.

Tatiana : Trinta e nove? Éh:: como era... quantas pessoas moravam na sua casa, antes de você vir para cá?

Lúcia : Para Brasília?

Tatiana : Não, para a casa abrigo.

Lúcia: Olha, éh... eu não estava com o Bruno, esse periculoso... Eu fiquei dois anos com ele assim... Ele sempre me agarrando a pulso... me agarrando a força... me::... tentando estuprar e umas... e outras e outras coisas... né? O pai dele mandou me tirar... eu passei um ano na casa... na trezentos... no Recanto das Emas, trezentos e trinta e nó... éh... conjunto trinta e nove, casa um... da Maria Júlia, mãe da Graziela... e eles contratou o pessoal da casa... e o pessoal, com medo, aceitou o acordo de... éh me violentar, né? E botaram chumbinho no meu ouvido, na minha comida, eu manchei toda, ainda estou toda manchada, está entendendo? E o que acontece é o seguinte, ele chegou até a comprar um dos músicos, que eu não falei ainda para psicóloga nenhuma... ele chegou a comprar o João, e a esposa... forçadamente ele comprou, e o João falou que estava com medo dele... e se rendeu. Está entendendo? Só que o Gegê chorou muito e não aceitou o acordo... e outros músicos também não aceitou o acordo. E o meu músico, que sempre foi de confiança, o Jorge, ex-tecladista do R e do E... que ele tem muitas outras funções também com ( )... éh... com a música, né? trabalho de vocal e tudo mais... dono da gravadora X... que saiu de Taguatinga e está na Samambaia... ele também foi uma pessoa que... morre de chorar, vendo que é um desespero... que o Bruno já tinha tirado... a Elaine da casa de misericórdia no Goiás... veio para Brasília, para a casa dos pais dele, não deu sumiço nela (pouco), conheço ela, é muito minha amiga... tirou... éh a Cíntia... inclusive ele tem até o nome dela no braço, não sei se ela está viva ou não, porque ela sumiu da casa do pai dele... A marcinha, ele violentou ela, pagou quinhentos reais... para ela falar a verdade, né? perante a lei... a verdade, versão dele... e... ela recebeu o dinheiro, e ele, cheio da merda, levou um pessoal do Recanto... e quebraram a moça todinha, tem muitos pontos... ( ) dela, tem muita sutura, quebrou osso, quebrou tudo. Outra vez, ele se encontrou com ela, grávida de outro homem, ele já estava comigo, eu não sabia, mas eu desconfiava que ele era periculoso e estava querendo me trair. Mas assim, tentei me sair dele durante dois anos. E ele queria estrangular ela, grávida... chutou o nenenzinho dela... só que ele ameaçou ela de aidética... junto de mim, né? lá na misericórdia. Eu não podia ficar na casa de misericórdia porque era uma casa de recuperação de dependentes químicos. E lá, toda pessoa que tem dependência química, eles conhecem. E, como eu só tinha nicotina... ( ) mandar ela observar isso aqui, você não fica. Mas, por muito ele pedir... deixaram eu lá. Então, eu pedi ajuda da prefeitura... de Goiás, lá em Luziânia, botei minha filha no ( )... dois mil e quatro. Eu tenho tudo aí na minha carteira, eu tenho toda a documentação. Ele queria se apossar da minha filha, você está entendendo? Aprontou demais da conta. E vem me perseguindo esse tempo todo. Junta uma

coisa com a outra, dizendo ele... ele... ele é o tipo da pessoa que, quando ele lhe agride... ele chega e fala, da maneira que... ele fala, usa o nome de autoridade, como juízes... delegado... Eu não acredito, porque eu sei que autoridade não vai se envolver com bandido... Jamais. Ele fala 'Meu pai paga fiança. E eu faço isso por'... ele falou na minha cara, 'O delegado mandou te matar.' Disse que era o delegado que estava mandando, e o prefeito do Goiás, usou até o nome do governador de Minas... Falou tudo isso. Depois disse que eu não era nada dos Gonçalves... que eu era... nada dos Pereira. É aquela coisa, sabe? é um bandido perigoso. Então, é violência porque eu já vim com a violência da parte... de pai e mãe... que é assim, eu criei, é filhos de outros... éh... a perseguição... é perseguição mesmo, eu tenho que ser realista, porque isso é uma perseguição, todo mundo sabe. E ainda vou parar na mão de um perigoso desse? Fiquei viúva recentemente... né? Quando eu fiquei viúva... aí foi que eu sofri mesmo. E, ter que encontrar um bandido desse... Às vezes... eu não tenho nem como chegar e conversar, porque a gente repetia a história, a mesma história, é para juiz, é para promotor, é para advogado... é para psicólogo. A gente... às vezes a gente... cada um fala um pouquinho que é para num... ( ) por isso que eu falo de cada coisa um pouquinho. E ele tentou me matar. Foi na casa do músico... foi carta que chegou do Fórum para mim, tudo. O pai dele... queria ( ) tomar minha filha, como ele fez com a Cíntia... deu sumiço numa cearense... Então, se eu já tenho... eu já tenho o meu problema... eu até ( ) as pessoas que ele usa... eu tenho que chegar em todas e perdoar... mesmo que eu não queira aproximação... mas tem (uns)... que são do meu coração... Não dizendo que a casa abrigo tenha alguma coisa com isso, mas, quando eu passei aqui a primeira vez... a Doutora Jane... eu prestei queixa dele, ele não compareceu na DEAM... E a mãe dele, e um policial... é prova disso... civil, que, no dia que eu entreguei ele para a polícia no Recanto das Emas... não posso... citar o policial, quem é, lógico... o policial... na frente do policial, eu pisquei o olho... ele, 'se eu souber que foi você, eu te mato'... Ele não queria ir só... e foi um monte de malandro prestar BO contra mim... tá entendendo? E o problema é o seguinte, o pai dele defende mesmo. Só que, delegado... juiz e promotor não vai estar com a cara lisa... ouvindo um bandido desse mentir toda hora. Porque, eles matam mulher assim, ó, como mata mosquito. E, ele já tinha matado uma na trezentos e cinco, e o pai ((bate com as mãos)) abafou o caso... Matou o primo do Lucas, que é um menino... que é uma pessoa que ele tem lá seus vícios, mas não mexe com ninguém. Comigo nunca mexeu... então, não posso acusar ele de nada, porque, muitas vezes, matou minha fome... muitas vezes... a Dona Matilda está aqui... se ele usa alguma coisa, eu não sei, num... está entendendo? Eu só sei o que ele... tinha cadeira de rodas, vive lá na porta... E ninguém gosta dele, ninguém. Porque, ele é de alta periculosidade. É o tipo do ladrão, do bandido, do mafioso que pega mulher aqui, lá na frente, passa para outro. E era isso que o pai dele queria fazer. E eu sei que essa histó... nessa história toda, ele joga para o Gonçalves... joga para os Gonçalves de B., joga para os Pereira de B., joga para governo ali, governo aqui... esse bandido tem que ser punido Esse bandido, tem que botar ele nos eixos e ser punido. Não é que eu queira... nem estou com ódio, querendo dar sumiço nele não, porque, quem pode tirar a vida é só o senhor Jesus, foi ele que deu. Mas, um cabra desse, tem que ter uma... certa ordem para ele, tem que ter um certo limite. Ó, ele bate em mim... eles queriam tomar minha filha, porque, a filha da Ana Cíntia, ninguém sabe... como é que aconteceu. Não sabe se a cearense está viva, se voltou para o marido dela, que o marido dela era perigoso, segundo ou primeiro ( ). Eu só sei que me adianta muito... isso aí, éh... essa entrevista sobre a violência doméstica da mulher, né? também tem uma lei Maria da Pena, né? Isso me... isso me interessa muito porque o cabra, ele é perigoso... ele é perigoso demais. Ele teve a ousadia de dizer que ia quebrar a cara... e chamou a delegada Diana, de Goiás, da quinta regional, de vagabunda. Ela estava em Cristalina, ele tentou me matar. E eu reconheci os cara, quem era, o pai dele estava usando. Está envolvido... Fui espancada pelo Cícero, pelo Hanisson, fui espancada por ele... fui espancada pelo esposo da... de uma senhora aidética, que chama...

Leitão... tudo isso dentro da casa de misericórdia, me espancaram. Queriam rasgar uma camisa e botar no meu pescoço... e me enforcar à noite, tudo isso... Será que o prefeito de Goiás... eu não tenho nada contra o doutor Celso... será que o doutor Celso G., sendo um juiz ( ), vê isso de mão no queixo e não toma providência disso? E cadê o ministro da justiça? Que, quando eu... antes de tudo isso, eu já estava sendo perseguida pela minha família no estado de Alagoas... Quando eu vim do estado de Alagoas, agora eu volto um pouco atrás... que eu cheguei aqui, que eu perdi meu esposo... Severino Anísio da Silva, esse bandido já estava me perseguindo e eu não sabia. Eu fui avisada, e as pessoas que me avisou é mentira... A traficante... Verônica, Elis, está entendendo? Todas elas... e demais envolvidas... Porque, matando ele, ficava mais fácil, eu sem ninguém aqui, sozinha... está entendendo? Então, é por isso que eu digo... muitas pessoas falam bem assim, ‘ah, tem um albergue, tem isso, tem aquilo.’ Não, eu disse, ‘olha, eu... seja dolorido para quem for, mas, a casa abrigo, eu fico bochechuda com os funcionários, mas eu volto atrás, porque a casa abrigo sempre me deu apoio.’ E eu bati na porta de parente, bati na porta de amigo, não teve um que me desse nem um pão, desculpe a expressão, Tatiana, mas isso não é desabafo não. Eu já não tenho nem lágrimas, Tatiana, eu já ( ) uma pessoa... antigamente eu vegetava. Hoje não, hoje eu vivo com os pés no chão. Hoje eu sou... eu sou um artista de pés no chão... me considero desse jeito. Então, o que acontece é o seguinte, eu bati na porta da DEAM, a DEAM abriu as portas para mim, eu bati na porta da delegacia do recanto, abriu as portas para mim, eu bati na casa abrigo... por mais que eu tenha dado trabalho, que eu sei que eu sou chata, enjoada... um pouco mimada pelos meus amigos... eu ( ), aquela coisa toda, mas eles me dá o maior carinho... e têm o maior carinho especial por mim... Cheguei aqui sem roupa, foi Nair quem me deu roupa, não é que eu estou falando isso para pagar pau para Nair, nem para a Leila, nem para o seu Breno, nem para ninguém não, é porque eles olham a minha situação, vêem que eu tenho razão e chegam, faz mesmo, por mim... Edi, tudinho, tudinho, Marli, se eu for falar o nome, de tudo... está entendendo? Eu sei que era direto, eu pedia para ligar para a minha família, para a Ana ... eu digo a Ana assim porque ela é uma mulher nova, está entendendo? Xinguei ela, ( ). Mas acontece ( ) xingar assim porque eu queria... mas acontece que ela manda chamar o bandido, mas o bandido não vem. Você vai fazer o quê? está entendendo? Então, por isso eu digo... não é que eu esteja fazendo isso com medo de ir para a rua não. Realmente eu tenho, não vou mentir. Com um periculoso desse, nem se eu tivesse um apartamento maior sofisticado eu ( )... ((ri)) está entendendo? Acontece o seguinte, porque eu rodei Brasília inteira... meus amigos com medo dele fazer uma besteira comigo na porta deles, ou eles... com eles mesmo. Mas, o único lugar foi... de noite, dentro dos carros da polícia correndo comigo, me ( ) ah, Tatiana, isso dói demais... Os policiais chegar me acatar assim, me trazer para a casa abrigo, porque essa família que eu tenho não vale bosta. Me desculpe a expressão ( ), foi o único lugar que me deu apoio foi aqui. Quando eu cheguei aqui sem roupa, foi roupa, foi calçado, foi tudo. Realmente, eu sou uma artista, eu estou arrasada... mas o único lugar... eu fico emocionada assim porque eu às vezes xingo um funcionário, xingo o outro, e eles nem liga mais, não levam em conta de nada. Porque, foi o único... bati na porta do ministério mesmo. Meu parente, trabalhando lá dentro, o Paulo M., está entendendo? Porque eu sei o que meus parentes... meus pais são famosos, e eles querem o quê? Eles querem tapar o sol com a peneira. Culpa não é de quem me criou não, culpa é dos pais. Porque, hoje, era para mim ser uma traficante, era para mim ser uma drogada, era para mim ser uma prostituta, e eu não sou nada disso, eu sou uma mulher descente, ( )... os músicos me amam, os artistas me amam, porque todos está sabendo que eu estou num lugar guardado. (‘)Se ela tiver que ir para qualquer lugar, eu boto ela na casa abrigo(’).

Tatiana : Como que você...

Lúcia: Fala aí.

Tatiana : Como que você vê... como você vê... como você via o seu companheiro? Como você vê ele agora?

Lúcia: Vê?

Tatiana : É.

Lúcia: Eu não quero nem ver, nem imaginar. Ele é perigoso. Ele está assim, de repente ele... ele quer me matar, chega com cinco, seis homens, me passando para a mão de traficantes, sabe? ( ) já me passou para a mão de diversos traficantes, ( ) o traficante ( )... porque ele falou para mim que ele não tem coragem, mas o pai dele quer... ele nunca mentiu para mim... ‘meu pai quer me matar’ a todo custo... ‘quer te matar’, ( ).

Tatiana : Porque que você acha que acontece isso com você?

Lúcia: Aconteceu porque ele foi comprado por algum... segundo, foi um deputado com nome de Branco. Segundo ele, eu não sei se é verdade... e a cunhada dele também... estava envolvida com esse branco... está entendendo? Diz que o deputado Branco queria dar uma ajuda para os Gonçalves de B... para não sujar a imagem dos Gonçalves de B... a Neide, que mora vizinha. E ele me contou, ‘eu não tenho coragem de lhe matar. Eu quero que você suma da minha vida,’ mas não deixava eu sair de perto dele. Não é... não é amor... não é amor, porque o pai dele falou ( ) na casa dele eu não bebia. Mandou o caminhão do filho dele me buscar onde eu estava trabalhando de doméstica... trabalhando não, eu estava ajudando, que a mulher não tinha condição de pagar... ganhando seiscentos reais. Mas me dava almoço, janta, roupa, calçado... está entendendo? E eu, numa situação dessa, eu fiquei. Porque eu não poderia arrumar um lugar para mim ficar final de semana... ajudando no serviço de som, ou cantar uma coisa, porque ele ia lá rebentar. Não deixava nem eu me ( ). Então, o que acontece? Mandava me buscar no carro, e me entregava na mão de traficante... que nem me entregou na trezentos e quatro, na mão da Sueli Chaves de ( )... Me entregou na casa de um Vanderlei. Vanderlei, ele ensina... se ele trafica, ou deixa de traficar, eu não sei, nunca vi ele traficando... sei que ela me passou... para a casa do Vanderlei. E, o negócio da família não era botar na casa dele, o velho queria que ( ). E, de lá, foi outro cara do P-sul comprar um som dela... e me vê... está entendendo? E esse rapaz que foi me buscar lá... era o Carlos. Foi buscar o som, não foi buscar eu. E eu estava no hotel Maribelo... antes dessas coisas acontecer, antes de meu esposo morrer, esse dito homem estava lá hospedado. Viu quando meu marido foi levar dinheiro para mim e tudo. Então, é o que eu digo, o bandido é o tipo daquele que pega aqui e passa para outro na frente. Os carros, as coisas... ( )... aqui, o coisa que ele trafica, roubou, ele falava, ‘você vai ser boca de cadeado,’ ele falava para mim desse jeito. Só que eu sei que ele estava me passando para a mão de traficante. Ele falava ‘eu não vejo a hora de dar fim nessa mulher,’ falava para a Sueli. ( ) Eu não tenho, Tatiana, eu não quero esse homem nada, eu não quero. O bandido tem... esse bandido tem que sumir da minha vida! Esse bandido tentou botar uma garrafa de vinho... lá em Taguatinga, no albergue, dentro da minha vagina. Tatiana, isso é vida... dura. Eu fugindo dele, eu fujo direto. E, nesse brincadeira, já aconteceu o assassinato de meu esposo... antes do assassinato teve uma... de reconhecimento de paternidade falso... mandaram eu assassinar dez salários mínimos... está entendendo? Eu assinei com o doutor José Maria no judiciário. Eu pedi ajuda ao ministro da justiça, ele me encaminhou para o doutor José Maria, no judiciário. O doutor José Maria fez um acordo, porque eu estava recebendo dez salários múltiplo... e não precisava nem chegar perto dos parentes. Eu assinei. Quando eu terminei de assinar, ele sumiu, nem dinheiro nem nada. Então, isso não é reconhecimento de paternidade. Lógico que tem alguém que não quer reconhecer minha paternidade e está enfiado no meio. Então, eu não vou culpar a casa abrigo, eu não vou culpar a DEAM... eu não vou culpar juiz, eu não vou culpar delegado. Eu vou culpar o político que está por trás, que trate de consertar o erro que ele deu. Eu estou aqui para perdoar a todos. Agora, desde que ele tenha consciência e entenda que eu sou um ser humano, eu sou de carne e osso igual ele. Igual você aí... uma moça linda, bonita, maravilhosa, mas

você também é de carne e osso, se eu beliscar dói... ((interrupção))... ele e um amigo dele ( ) casa de misericórdia, um tal de Zé Jeitoso, né? Veja só, de cada coisa, eu estou passando um pouco, para você não dizer assim... pôxa, isso não é doadeira da minha cabeça não... é porque você tem que ficar informada um pouco, é uma entrevista, de cada coisa... uma hora eu falo dos parentes, outra hora ( )... aquela coisa, né? O que acontece é o seguinte... você é psicóloga, não é, Tatiana? Então, o que acontece, veja só, ele, nessa misericórdia, conhecia todo tipo de homem... lá tem pessoas direita também... como o Mário, que eu assinei a agenda dele, e outros... eu não vou culpar todos

, mas tem muitos traficantes. E, na vez que ele saiu... eu tenho a impressão que ele fez algo mau... para meu esposo, né? contratado com alguém já do pai dele, que o pai dele conhece... tudo quanto é gente ruim... Então, saiu ele, o Monte e o Altamir... e me deixou na misericórdia. Passaram seis dias sem voltar. E, quando voltaram, voltaram muito desconfiado e não queriam sair para rua, está entendendo? Então, o que acontece, Tatiana, é o seguinte, o Bruno A. de Sousa, ele é o tipo de homem... eu não posso culpar... ó... não julgueis para que não venha a ser julgado... eu não posso culpar a ninguém, mas ele eu posso, porque eu presenciei. A moça nega até a morte... 'Pêra, por que que você falou isso?' Quando eu conheci ela, eu falei ( ) mas eu não sou de levar e trazer. Mas eu falei... A Marta, ele fez um estrago nela... a cearense que está com o marido, diz ele que está numa favela com o marido, não sei se é verdade ou mentira. A Elaine está com um homem. E eu sou a quarta. E ele... essa mulher... esse é um negócio de... de passa-passa também... passa para frente, sabe? A Susana A. ( ) no recanto... e tem a Célia... que é uma traficante perigosíssima, ele... me apresentou... ela é de Ribeirão Preto... e está no Goiás. É comadre... é madrinha dele... ele estrangulou ela meio dia em ponto. Foi preciso... foi uma bagaceira... em cima da minha cama, foi calcinha, sutiã, tudo. ( )... aí você pergunta ( )... eu cheguei na DEAM, realmente, lavada de sangue. Mas foi (um) susto que eu tive. E o... até agora eu não entendi qual era a mulher, era muito gorda, de cabelo para trás, preso. Ela tentou me por no carro. Estava tentando, mas não consegui se aproximar de mim nem da (irmã). Já vinha me seguindo do estúdio. Eu estive na casa do músico para dar um toque para ele que ia agilizar a minha vida. Lógico que eu, né? que eu não ia ficar à toa. Fui lá ver o CD e tudo, ( )... e, qualquer coisa, eu ligava para Jorge, para a família dele, né? que eu sou apaixonada pela família inteira... Então, o que acontece é o seguinte, ele... envolve ele, porque ele não podia chegar onde eu estava... envolve outros. Porque, Tatiana, está muito esquisito... se os parente, desde de criança ate agora está sigiloso, lógico que tem envolvimento de queima de arquivo. Eu não quero sujar a imagem dos Gonçalves de B.... eu não quero sujar a imagem dos Pereira, nós somos pobres, mas eu tenho que admitir que a minha família é a família ( ). Eu não quero sujar político nenhum... eu quero que seja resolvido... perante a sociedade. Porque, só acontece escândalo se não tiver acordo. Se dois... estamos eu e você assim, aqui... eu só brigo se você quiser. Se você disser 'Lúcia, não tem briga,' eu não vou brigar sozinha. Então, por que que que assume, 'eu vou fazer o DNA, vou fazer isso e isso'? Mas foi uma falta de respeito do político que agiu com o juiz... com o doutor José Maria, com o promotor... me levar para o judiciário, como se eu fosse... doutor Bruno não, doutor Bruno me encaminhou para aqui... honestamente. Porque foi a assistente... eu pedi ajuda no ministério território... ela me encaminhou para o doutor Bruno, e o doutor Bruno honestamente me encaminhou para a casa abrigo para não deixar eu na rua, na mão de um traficante. Foi isso que eu falei para a Luana, está entendendo? Quer dizer, eu sei que ele tenta comprar todo mundo, se ele conhecer você hoje, ele vai tentar negociar para botar eu na mão dele. Porque ele... porque ele tem interesse de fazer comigo... lógico... se um marginal matou meu marido, ninguém vai dizer que foi um político que mandou... Tá na cara, Tatiana. O político não mandou um pistoleiro, já foi um marginal que é para ninguém desconfiar que foi um político... está entendendo? E, se acontecer alguma coisa comigo, ou com qualquer pessoa da casa abrigo, todo mundo vai saber quem foi, porque os Gonçalves de

B. vai ter que cair para dentro, porque, até agora, estão mudo... está entendendo? Até agora, estão mudo. Não vai agir, para isso tem o... para isso tem o Jornal Nacional, para isso tem a Fátima Bernardes, para isso tem o Boni. Eu tenho certeza que eles estão calados esperando a hora agá. Eles... aqueles dali são igual esses funcionários daqui. Quando eles vê o sofrimento ( ) bota lá dentro, tenho certeza... o doutor Bruno, e ele perseguindo, o cara, eu corri ( ) a primeira vez que eu entrei aqui... passei quatro meses, desliguei. E, quando cheguei aqui, que o doutor Bruno me encaminhou para a DEAM, eu... eu estava com tanto medo, que eu sabia que o irmão dele estava me perseguindo, que eu passei direto... eu passei direto para Taubaté, para casa de um... de uns pessoal... que eu conhecia, e tem família ( )... já botaram eu para dormir num quarto só, e ficaram tudo observando. No outro dia, vieram para... para a força aérea, me deixaram... e o Júlio César ficou comigo na DEAM... que ele mora em Araponga, entendeu? o Júlio César. Tem uma casinha lá. É solteiro, sabe? Ele é deficiente, ele... o negócio da mão assim... tem um problema assim na... na munheca. O que acontece é o seguinte... esse periculoso, ele me pegou... lógico que é uma queima de arquivo... Porque, as autoridades não vai aceitar tirar minha vida, porque as autoridades sabe... que depois vão... se eles fizerem isso comigo, estão fazendo uma injustiça com Jesus Cristo... E depois? Eles vão saber que eles são capazes de morrer também ( ) de boca fechada. Então, quando não tem mais o que contratar, contrata bandido.

Tatiana : E como que você vê a nova lei, da Maria da Pena?

Lúcia: Eu vejo a nova lei... a... os advogados daqui, a assessoria daqui, a direção daqui tem tratado nós mulheres, nisso aí eu posso falar, muito bem. Eu sei que a gente, mulher, estressa mesmo os funcionários, é verdade, estressa, não é fácil você vir... escoltada para aqui, apanhada, escoltada, eu não falo de policia não, de meio mundo de bandido que... quando marido não pega, mesmo que não é uma causa dessa minha, de paternidade e outro mais... é uma caso, uma queima de arquivo... e o que acontece mais, sabe? o que que acontece? Eles botam os bandidos para vir até certos meio para não chegar na DEAM... para ( ) carro, fazer e acontecer. E o que que acontece? Eu vejo a lei Maria da Pena, o que eu vejo a lei Maria da Pena é uma cobertura total, está entendendo? Porque, psicólogo corre atrás, éh advogado corre atrás... seu Breno corre atrás, Ana corre atrás, eu sei que ela faz isso... eu... doutora éh Jane cór... essa que corre mesmo... está entendendo? ( ) os policiais... arrisca a vida deles para ir buscar roupa, como foi da minha amiga aqui no Paranoá. Claro, o policial coloca uma arma no ( ), ele não sabe nem se volta vivo, cara! A gente tem é que se juntar todo mundo e tirar isso a limpo, não olhar quem foi lesado, ou lesada, isso aí a gente tem que deixar para trás, tem que botar esse político, essa bandido cara a cara assim, traficante e tudo... e acabar com isso. Porque, a lei Maria da Pena é cobertura, a culpa está lá em cima, de quem não quer vir. Porque, eu não vou dizer... lógico, você está aqui me atendendo, eu soube que você vinha ontem, a Marli me falou... a direção inteira procura o melhor para a gente... tudo aqui é encaminhado. Agora, a gente tem que ficar na fila da espera. Então, eu vejo a lei Maria da Pena como cobertura, eu me sinto bem na casa abrigo. ( ) eu estar sofrendo na mão do bandido, e estar sendo perseguido até por parentes mesmo... então eu prefiro estar na casa abrigo, porque... eu vou terminar com uma frase... eu até me emociono... casa abrigo, para mim, funcionário, é como eu já disse, eu encho o saco deles, mas tem uma coisa, funcionário para mim é os irmãos que eu conheço em Brasília... é ele, os músicos, é isso aí... Porque, aqui é onde eu durmo, aqui é onde eu faço minha refeição, aqui é onde tem as doações para mim. Porque, os parente, eles, se estão mudo até agora, logicamente... Mas eu nunca nem vi... eu não sei nem quem é esse governador, quem é esse vice, mas toda noite eu estou orando por essa equipe inteira, porque é dentro de Brasília que eu estou. Se eu estivesse na minha terra, eu estava rajada de tiro. Eu nunca ( ) nada-consta, veio do Ministério da Justiça, foi entregue na minha mão. Eu não tenho uma manchinha. Esse bandido arranjou um monte de traficante para ( ) e obrigou... fazer BO contra mim. E aí de um delegado, de um policial, estiver só no

balcão, que ele pode até fazer uma maldade. Ele pode até fazer... ele não botou arma na cabeça não, mas lá fora ele disse, 'vou mandar a Célia, a Priscila, o irmão dela, prestar BO'... você vai na delegacia, 'vou mandar prestar BO contra você' dizendo que eu fumo droga, eu nunca fumei, Tatiana. Se eu já botei uma droga na minha boca, então Jesus Cristo foi quem me ofereceu. Nem os cara que fuma, que fazem café da manhã e muitas vezes... ( )... eu não tenho sossego com esse homem na face dessa terra. Que o que eu digo assim, eu não vou culpar, eu estou disposta a perdoar. Agora, também, pôxa, chega em mim e conversa. Não quer assumir? 'Eu não assumo,' pronto. Deixa a minha vida sossegada. Porque, lógico que o bandido está envolvido com alguma coisa, já teve a queima de arquivo. ( ) para onde foi dez salários mínimos múltiplos que eu assinei? Para onde foi dez salários mínimos múltiplos? Para onde foi algo mais que eu assinei, ( ), para onde foi esse dinheiro? E a justiça está aonde? Eu pedi apoio no ministério, escrevi uma carta para o ministro... e pedi apoio. Chegou uma carta para mim, dizendo que o ministro tinha ( ) em Samambaia, né? Que eu não sabia... está entendendo? Aonde era o judiciário? Lá perto do Liberty Mall... Conjunto Nacional, procurei, achei... O doutor José Maria... evaporou. Acabou tudo, e correndo atrás de mim para me matar. Logicamente que é uma quadrilha, ( )... eu sirvo ao deus vivo, a gente todo dia, eu, é você, é os funcionários, a gente somos guiado pelos anjos, não tem que ter medo não, traficante, o lugar dele é na cadeia, atrás das grades. E Deus dá um destino... Aí, acontece o seguinte, eu fico chateada por quê? Pôxa, eu assinei... fazendo de mim otária... um avião o tempo todo em cima do Liberty Mall, me seguindo... Um helicóptero, eu tenho foto, meus amigos tiraram foto do avião... isso, eu provo para você... Eu tenho foto, Tatiane, você crê nisso? Fui eu estava de calça... eu lembro, blusa azul, eu estava de calça... quase vermelha... cor de café-com-leite bem forte, eu estava de bota preta... eu... tudo que eu estava usando, eu lembro. E o avião parou em cima do Liberty Mall, eu assinei e tudo... e foi uma queima de arquivo. Então, agora... saiu da direção provisória e foi parar no bandido. Logicamente, o bandido me matando, vai dizer que foi treta de gangue, e eu não tenho ( ), não... Seu joelho quebra ali, não quer consertar, eu não quero mais nem conversa. Tem todas essas mulheres aqui dentro... todas elas eu falo. Mas, se tiver uma... que me ofereça alguma coisa, e eu não gostar, então já estou caindo fora dela. Não dá não, para a gente ser amiga. Eu não... eu não tenho nada contra, eu moro sem anos com ( ), apesar de não ter. A gente eu tenho uma, mas eu não tenho nada contra, nem com a vida dela, só não sou obrigada a ser o que ela é... nem falo mal dela. Não aceito, mas quero e está determinado... está entendendo? E eu tenho certeza, eu tenho certeza... que eu estou acobertada... porque meu nada-consta não tem uma sujeirinha. Nada consta em nada. isso aqui, ó, que aconteceu comigo, que até hoje é uma confusão, ( ) não quer nem falar sobre isso, para num... tudo isso, nem constar na polícia, não consta. Nada, não consta. Está entendendo? nada, nada consta. Tudo que eu faço não consta. Agora, quando chegou aqui, me enche de BO... está na cara que esse caro está comprado por alguém. Segundo ele, revelou para mim que a cunhada dele, a Neide, estava comprada pelo um deputado chamado B. Distrital... Isso é o que ( ). Então, a Lei Maria da Pena para mim... o único lugar dentro de Brasília que eu encontrei apoio... lá fora com os meus amigos, mas eles não podiam sustentar a barra, ( ) matar esse bandido na porta deles. Aí, se eles matassem o bandido, a polícia ia... era motivo para a polícia me botar atrás das grades... criminal, né? Era um motivo ( ) atrás das grades. Eu ia botar a vida dos meus amigos em complicação. Eu vinha, ele falou, 'na DEAM vai não vai, se for, eu te mato.' Lógico, que eu vim escondido. Eu não fui para a DEAM, eu pedi ajuda por aí, por outros cantos, e algum juiz me encaminhou. Acontece o seguinte, que eu digo a você... está entendendo? Se acontecer alguma coisa com algum delegado, com algum civil, com algum PM, sabe? algum funcionário da casa abrigo, até um psicólogo mesmo daqui, eu já vou cair em cima, e sei quem foi porque eu passo um gabarito da hora... Eu não estou falando isso para pagar pau não, porque, quando você tem uma família, que quer te ajudar, presta bem atenção... você tem uma família, eu não estou ( )

nem os Pereira, que tem ( ), nem os Gonçalves... Mas só tem uma coisa, eu fui ( ) na casa do meu pai biológico uma vez, depois que eu estou em Brasília, foi em dois mil e dois... dois mil e três... quando a fazenda dele foi invadida pelo exército, eu fui a única que fui que nem uma cachorrinha, arrastando. Ele não me chamou não, mas eu sabia que eu era a única que não podia deixar ele ir para trás das grades. Eu fui a única. Agora, veja o que acontece ( ) se ele quisesse ajudar... ( ) pôxa, se fez alguma coisa errada, eu vou entender, ou ( ) talvez foi até a meu favor, ou não, eu vou entender. Mas não chegar assim dessa maneira, e tal e coisa... e pronto... e vamos ver como é que fica. Quer dizer, minha filha está lá no ( ) C. J. Se um bandido invade lá, não vai ter uma guerra no ( )? Porque, às vezes é um filho de um presidente, de um governador, não dá uma guerra não, mas você sabe ( ). Eu não sou famosa, mas me com/... me consideram o poema da música... está entendendo? E o que acontece é o seguinte, eu falo para você diretamente, que eles estão interessados assim, em tirar a minha vida, lógico que é queima de arquivo. Foi comprado um traficante de alta periculosidade, indicado... e o mesmo traficante indicado ( ). Pronto, aí ficava tudo quieto, ninguém mexia mais na causa, vão ter que pagar o que eu assinei e meus direitos. Eu tenho advogado que eu confio. Primeiramente o senhor Jesus, ( ). Eu... tem o Breno. Eu sei que ele é ( ) como um pai, tem o doutor Alves, a doutora Verônica... a Ana, vão ( ) minha causa. E eles resolverá... vão ter que tomar... a justiça toma providência, e eu não quero sair, ficar de qualquer jeito, para o bandido se vingar de mim. Eu quero dar um tempo. Estou certa, Tatiana? Eu quero dar um tempo. Eu confio, passe o que passar a circunstância. Mas eu já disse ( ), volto a dizer, a gente tem dia que está estressada aqui dentro, e tudo, né? deixa os funcionários fora de sério, mas essa é a minha casa.

Tatiana : Obrigada.

## **ANEXO II – Lei Maria da Penha**

### **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.**

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

#### **TÍTULO II DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

##### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

## **CAPÍTULO II DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

## **TÍTULO III DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

### **CAPÍTULO I DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO**

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à freqüência da violência doméstica e familiar

contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

## **CAPÍTULO III**

### **DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL**

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I - qualificação da ofendida e do agressor;

II - nome e idade dos dependentes;

III - descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

#### **TÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS**

## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 13. Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido nesta Lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 15. É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

I - do seu domicílio ou de sua residência;

II - do lugar do fato em que se baseou a demanda;

III - do domicílio do agressor.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

## **CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;

II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;

III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

## **SEÇÃO II DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA QUE OBRIGAM O AGRESSOR**

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

### **SEÇÃO III DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA À OFENDIDA**

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

- I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
- II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
- III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
- IV - determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

- I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
- II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
- III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
- IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

### **CAPÍTULO III DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

- I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;
- II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;
- III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

### **CAPÍTULO IV DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

## **TÍTULO V DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR**

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## **TÍTULO VI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no caput.

## **TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.

Art. 37. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 38. As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art. 40. As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 42. O art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 313. ....

.....

IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.” (NR)

Art. 43. A alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. ....

.....

II - .....

.....

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

..... ” (NR)

Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129. ....

.....

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

Art. 45. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152. ....

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.” (NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Dilma Rousseff*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.8.2006